

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário
ISSN 0870-1865
29 de Julho de 1993
Preço: 120\$00
(IVA incluído)
N.º 1023
Director:
Carlos Brito

AUTARQUIAS 93

Carvalhas em Sines e Santiago do Cacém

Pág. 3

Cascais e Sintra: as propostas

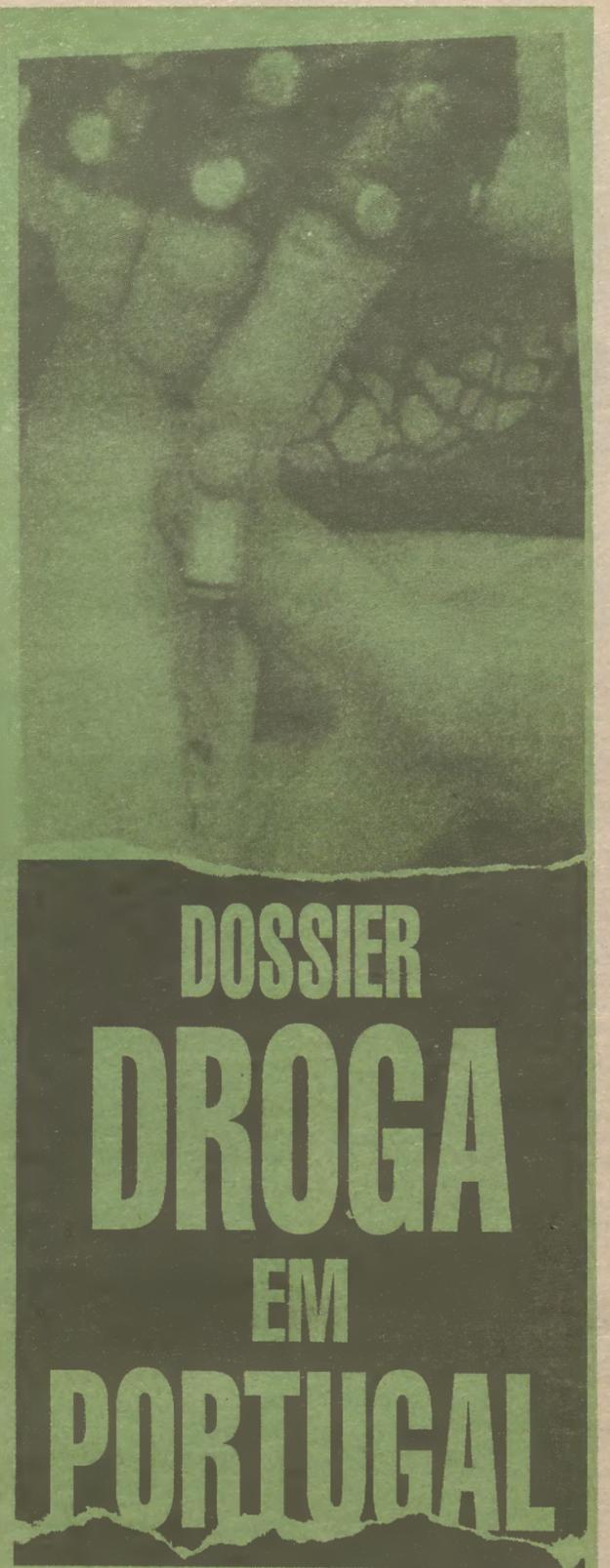
Págs. 4 e 5



na festa! /

AMORA-SEIXAL
3, 4 e 5 SETEMBRO

SUPLEMENTO Nº 2



DOSSIER DROGA EM PORTUGAL

Artigos de

Francisco Lopes

da Comissão Política
e do Secretariado do CC

António Filipe

Deputado e membro do CC

Paula Coelho

Membro do CC

Carlos Gonçalves

Membro do CC

João Carlos Pereira

Presidente da JF de Paio Pires

Graça Mexia

Psicóloga, membro
da AM de Lisboa

Maria Amélia Teixeira

Entrevista com

Hirondina Chitas

Técnica do CEPD
do Restelo

Págs. 16, 17, 18, 19, 20 e 21



Carvalho da Silva anuncia a posição da CGTP relativamente às medidas anunciadas pelo Governo.

RESUMO

21 Quarta-feira

O presidente da Ordem dos Médicos garante que prosseguirá o inquérito próprio mandado instaurar sobre o caso das mortes dos hemodialisados de Évora, independentemente dos resultados da investigação da Procuradoria-Geral da República ■ O PS anuncia a sua intenção de propor em Setembro uma audição parlamentar sobre o emprego e o desemprego em Portugal ■ O professor Mariano Gago defende a fusão do ensino superior com o politécnico e a abolição das propinas ■ A maioria dos aduaneiros despedidos ainda não recebeu a parte da indemnização a pagar pelo Governo, denuncia o sector do sindicato ■ A ONU declara nula a reivindicação do parlamento russo sobre o porto de Sebastopol, na Crimeia ■ O ANC reage às ameaças de recurso à guerra civil por parte de organizações de direita, exigindo que o caso seja levado à conferência multipartidária.

22 Quinta-feira

Lino Paulo, candidato à presidência da Câmara de Sintra pela CDU, denuncia em conferência de imprensa "um buraco orçamental de seis milhões de contos", resultado da incapacidade do PSD na gestão do município ■ 400 mineiros deslocam-se a Lisboa para exigir a reabertura imediata das Minas de Aljustrel ■ Reacende-se na serra da Boa Viagem um incêndio de grandes proporções ■ Agricultores açorianos ocupam as instalações das duas maiores empresas de laticínios da ilha de São Miguel em protesto contra a redução do preço do leite à produção ■ O escritor Salman Rushdie, autor dos "Versículos Satânicos", participa no Porto em vários actos públicos no âmbito de um festival de jovens socialistas ■ O grande patronato japonês apela ao Partido Liberal-Democrático para que escolha rapidamente um sucessor para o recém-demitido presidente do partido e ainda primeiro-ministro, Kiichi Miyazawa ■ O secretário-geral do Grupo Parlamentar do PSOE, José María Mohedano, demite-se do cargo para o qual fora eleito há menos de um mês ■ Israel desencadeia um ataque aéreo contra o grupo Hezbollah, no Sul do Líbano.

23 Sexta-feira

Vários incêndios alastram de Norte a Sul do País, dizimando milhares de hectares de florestas ■ Loures inicia as suas festas anuais com a actuação do cantor cubano Pablo Milanés ■ O Presidente da República envia ao Tribunal Constitucional o projecto de lei anticorrupção ■ Cerca de meia centena de jovens manifestam-se em Dili a favor da independência de Timor-Leste ■ A Arménia assume o controlo militar do enclave de Nagorno-Karabakh ■ A Democracia Cristã Italiana inicia o debate do que classifica a sua renovação política e ideológica, admitindo a mudança de nome do partido ■ Depois de ameaçar com a convocação de eleições antecipadas, John Major vence na Câmara dos Comuns a batalha por Maastricht ■ Os ministros dos Negócios Estrangeiros da Associação dos Países do Sudeste Asiático aprovam em Singapura a criação de um fórum regional para as questões de segurança.

24 Sábado

Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, alerta em Cereal do Alentejo para o facto de "paralelamente ao desemprego crescente" continuarem a cair as "ofertas de emprego" ■ O Presidente da República considera que a "crise do mundo rural" constitui um "problema de enorme gravidade e transcendência", sublinhando que não se pode dizer aos agricultores "de um momento para o outro que não vale a pena trabalhar a terra, mesmo que lhes dêem subsídios" ■ Portugueses residentes na Alemanha concentram-se em frente do Ministério da Educação, em Lisboa, em protesto contra a decisão de Couto dos Santos de encerrar as escolas onde se lecciona o português nas cidades onde haja menos de 15 crianças ■ O PRD anuncia que vai distribuir pelos eleitores que votarem nas próximas eleições autárquicas uma série de "ofertas de elevado valor e utilidade", como forma de "combater a crescente abstenção" ■ Boris Ieltsin interrompe as férias e regressa a Moscovo, na sequência do anúncio de uma alegada crise iminente.

25 Domingo

Cerca de dois mil caçadores concentram-se em Leiria numa jornada de protesto contra as reservas de caça associativa ■ Os participantes no IX Encontro Nacional das Comissões de Base de Saúde reclamam a demissão do ministro da tutela, Arlindo de Carvalho, devido à situação de "descalabro" em que se encontra o sector ■ Uma equipa da ONU chega a Bagdad para proceder à instalação de câmaras em dois edifícios do programa nuclear iraquiano ■ Dez mortos e cerca de três dezenas de feridos perfazem o balanço dos sucessivos ataques de Israel contra o Líbano ■ A UNITA inicia o bombardeamento à área norte da cidade do Cuito ■ O ministro dos Negócios Estrangeiros russo é acusado pela Frente de Salvação Nacional de "alta traição".

26 Segunda-feira

Governo afirma que o combate ao desemprego é a grande prioridade ■ O PCP afirma que o anúncio das prioridades do Governo para o próximo ano não passa de uma "encenação" que não pode ser levada a sério ■ A CGTP manifesta a sua grande insatisfação pelas medidas anunciadas pelo Governo para combater o desemprego ■ Cuba assinala o 40º aniversário do assalto ao quartel Moncada ■ Inicia-se a Cimeira Franco-Britânica, com um encontro entre Major e Balladur.

27 Terça-feira

Em reunião do seu Conselho Directivo, a Associação Nacional dos Municípios Portugueses exige a restituição às Câmaras Municipais do montante retido pelo EDP como pagamento de dívida ■ A Comissão Nacional de Eleições emite um parecer negativo à pretensão do PRD de atribuir prenda aos eleitores que exerçam o seu direito de voto nas autárquicas ■ Israel prossegue os bombardeamentos contra o sul do Líbano ■ Inicia-se em Genebra uma nova ronda de negociações de paz para a Bósnia, reunindo sérvios, croatas e muçulmanos.

EDITORIAL

Retrato de férias

Aparentemente, quase tudo pára no Verão. A sociedade portuguesa parece entrar numa letargia ensolarada, em que, a crer nas primeiras imagens, todos se transferem para praias e férias várias, introduzindo no quotidiano outro ritmo mais espaçado, mais lento, mais descansado.

E contudo... E contudo, se bem se atentar, os grandes problemas do País e da sociedade acabam por surgir até mais claros, mais isolados, despidos da chuva de acontecimentos que todos os dias constitui uma moldura que os disfarça, mais do que os destaca. O haver poucos acontecimentos acaba por quase deixar lugar apenas aos que são efectivamente importantes, àqueles cujas implicações e peso na sociedade não se compadecem com o compasso de espera estival, antes lá estão, persistentes, constantes.

Os jornais cessaram as notícias sobre os despedimentos na Renault ou o encerramento das minas de Aljustrel. Mas os trabalhadores despedidos não foram para férias. Enfrentam hoje esse pesadelo com que o capitalismo varre o mundo. Estão, decerto, parados. Mas não para repousarem de um ano de trabalho: estão parados por que a tanto os obriga a lógica implacável do lucro e da exploração, estão parados porque perderam tudo o que tinham, o seu posto de trabalho, o seu salário.

Os trabalhadores despedidos da Renault e de Aljustrel não foram para férias como seguramente não foram, nem irão, as outras centenas de milhares de portugueses no desemprego. Para eles, este compasso de espera estival, este país a ritmo lento do mês de Agosto, será afinal uma angústia adiada, um mês em que nem a procura de novo posto de trabalho poderá ser feita.

E, contudo, quantos sonhos e vitórias alcançadas traduzem estas férias.

Uma exposição e um livro de Sebastião Salgado trazem aos nossos olhos contemporâneos a presença do trabalho sem limites nem regras, da exploração desenfreada das minas e das fábricas da Índia, do Brasil ou da Malásia. São imagens que fazem recordar que ainda há uns breves cem anos elas poderiam ser recolhidas nas minas ou fábricas inglesas, espanholas ou portugue-

sas, onde crianças empurravam vagonetas de minério e mulheres de faces cavadas viviam curtas vidas pautadas pelas lançadeiras dos teares.

São imagens que fazem recordar que ainda há uns breves cem anos se lutava e lutaria na Europa por 8 horas de trabalho, 8 horas de descanso, 8 horas de vida própria. Que fazem recordar que no 25 de Abril de 1974 apenas um escasso número de trabalhadores portugueses tinha direito a férias pagas. Que fazem recordar que foi a golpes de luta e reivindicação, de coragem e persistência, de solidariedade e luta que se conquistaram reformas, ensinos gratuitos, assistência médica, férias, revisões salariais.

Neste Verão de 93, há bem negras nuvens a esconder o sol de férias. A Europa - vale dizer, o mundo - conhece o que é sem dúvida a mais brutal ofensiva contra todos, mas todos, os direitos sociais dos trabalhadores desde o final da II Guerra.

A braços com uma crise económica de dimensões imensas, o capitalismo não encontra outra solução para os seus bloqueios se não atacar os direitos dos que trabalham. Segurança no emprego, aumentos salariais, reformas e pensões, regalias sociais, tudo é varrido por um capital de novo revelando a sua face verdadeira e brutal, o seu pendur natural, a sua essência de exploração e pilhagem.

A «solução» é diminuir salários, a «solução» é diminuir reformas, a «solução» é fazer pagar propinas, a «solução» é despedir, a «solução» é não descontar para a Segurança Social, a «solução» é perseguir sindicalistas, a «solução» é encerrar empresas.

Atinge os cumes de hipocrisia e absurdo ouvir ministros cavaquistas encherem os discursos com a palavra progresso para entretanto serem cúmplices e agentes deste gigantesco esforço de retrocesso dos padrões de desenvolvimento e de bem-estar da vida do Homem na Terra.

As análises clássicas da capitalismo e das suas contradições ganham nova actualidade. O sistema revela brutalmente as suas incapacidades de gestão dos problemas da Humanidade: face à crise, penaliza o único factor criador da riqueza que dela permitiria sair - o trabalho.

A contradição entre a lógica da necessidade criação de riqueza e a lógica da apropriação dos seus frutos ocupa hoje os títulos dos jornais de todo o mundo, dos suplementos

económicos às crónicas de quotidiano, com palavras que disfarçam mal que, ao fim e ao cabo, as taras do sistema haviam de há muito sido apontadas.

A maior produção social de riqueza não corresponde fatalmente às melhores condições de acumulação privada de riqueza. O mundo e os homens seguramente precisam que mais riqueza seja produzida, mas o mesmo não acontece para que mais capital se acumule na posse dos seus detentores.

Para o capital, ser mais rico pode significar produzir menos. E explorar mais.

A trajectória da acumulação de riqueza na mão de muito poucos é um traço das épocas de crise - e Portugal já o sente com transparência meridiana. Numa coisa, a política cavaquista teve de facto sucesso: uns poucos portugueses estão mais ricos e muitos portugueses estão mais pobres. Sem trabalho, sequer.

E é também no Verão que as florestas ardem. Um ciclo infernal cada ano retomado. Não são acidentes, não há quem o ignore. Não se pode também «descarregar», de consciência tranquila, como faz o Governo, na «falta de civismo das populações» (vide PDR), nas inclemências do clima ou do fogo da floresta existente. Isso são dados do problema que têm de enfrentar-se... A floresta arde porque o país se desertifica, os homens abandonam a agricultura e as suas relações com a floresta são profundamente alteradas como consequência de uma desastrosa política agrícola. Mais um golpe nesta direcção foi dado com a aprovação pelo PSD e PS de um projecto visando destruir a gestão dos baldios pelos povos serranos.

A floresta arde porque se apoiou e apoia para lá de todo o bom senso uma plantação desordenada, de grandes manchas e com espécies inconvenientes.

A floresta arde porque também os interesses de especuladores imobiliários, os interesses (em perda de velocidade...) dos senhores da celulose, dos especuladores da madeira queimada.

A floresta arde porque o Governo continua a tergiversar na tomada de medidas, sobretudo de prevenção contra o flagelo. Por acaso? Por incúria? Certamente que não. Por singela coerência com a sua própria política, com os interesses que defende.

As fábricas encerram e as florestas ardem. Poucos títulos nos jornais ajudam a distinguir o retrato real de dez anos de cavaquismo.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Sôcio Pereira Gomes - 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Sôcio Pereira Gomes - 1699 Lisboa CODEX. Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390 Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO: Editorial «Avante!», SA - Av. Almirante Reis - 90, 7º-A, 1100 Lisboa. Capital social: 15 000 000\$000. CRC matriculada: 47058. NIF - 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO: DISTRIBUIÇÃO ADE's Editorial «Avante!» - Av. Almirante Reis, 90, 7º-A, 1100 Lisboa - Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 Fax: 815 34 95

Alterações de remessa: Até às 17 horas de cada sexta-feira: Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL INTERPRESS - Sociedade Distribuidora de Jornais e Revistas, Lda, Sector de Distribuição. Sede: Rua do Norte, 115, 1º, 1200 Lisboa. Telef. (01) 342 07 84/342 23 49/342 22 04. Delegação Centro: Praceta Dr. Alberto Oliveira, 4, 3000 Coimbra Telef. (039) 71 35 77 Delegação Norte: R. Monte dos Pisos, 326, Guilhões, 4450 Matosinhos Telef. (02) 953 15 86/953 17 49/953 17 50

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7º-A 1100 Lisboa - Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 - Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7º-A 1100 Lisboa - Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 - Fax: 815 34 95

Composto e impresso na Haska Portuguesa, SA R. Elias Garcia, 27 Venda Nova - 2700 Amadora Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS *

PORTUGAL (CONTINENTE) - 50 números: 5.400\$00; 25 números: 2.790\$00

REGIÕES AUTÓNOMAS - 50 números: 6.786\$00

ESPAÑA - 50 números: 8.326\$00

MACAU - 50 números: 13.042\$00

GUINÉ-BISSAU E S. TOMÉ E PRÍNCIPE - 50 números: 14.056\$00

EUROPA (e ARGÉLIA, MARROCOS, TUNÍSIA) - 50 números: 14.960\$00

EXTRA-EUROPA - 50 números: 18.760\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____
Morada _____ Telef. _____
Código Postal _____
Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

PCP

Carvalhas visita concelhos do Sul do distrito de Setúbal

"Uma jornada em cheio!"

"Uma jornada em cheio", segundo a expressão de um camarada do Sul do distrito de Setúbal, marcou a deslocação do camarada Carlos Carvalhas, no passado sábado, aos concelhos de Santiago do Cacém e de Sines.

Um almoço em Cercal do Alentejo juntou cerca de duzentas pessoas, perante as quais, João de Almeida, membro da Direcção da Organização Regional de Setúbal, e Ramiro Correia, Presidente e de novo candidato à presidência da Câmara Municipal de Santiago do Cacém, fizeram uma breve apreciação sobre as linhas de força da campanha e do projecto CDU e sobre o balanço do mandato autárquico que agora se aproxima do fim, com nota positiva, a reforçar a confiança nos resultados eleitorais.

Na ocasião, o Secretário-geral do PCP, que tomou a palavra nas várias iniciativas que preencheram a jornada, abordando aspectos na política nacional e referenciando questões mais localizadas, em função das intervenções dos camaradas que o antecediam, referiu:

"Reafirmamos que para nós, e contrariamente ao Governo e ao que pensa Cavaco Silva, um elevado nível de emprego, a estabilidade no emprego e a melhoria progressiva do nível de vida (alargamento do mercado interno) são objectivos prioritários e permanentes de uma política de desenvolvimento."

A crise não é para todos

"Consideramos que a política do Governo é a principal responsável pela crise, crise que não é para todos", continuou o dirigente comunista. "A sua política, dita anti-inflacionista, foi no essencial uma política deflacionista com a paralisação das actividades produtivas e o consequente aumento do desemprego."

"O desemprego é já hoje no nosso país um problema social grave que atinge com particular relevo bolsas regionais. Na análise do desemprego tem que

se ter em conta o seu ritmo de crescimento, a estrutura etária dos desempregados, a sua duração e concentração regional, bem assim como o nível das prestações sociais.

"É intolerável a insensibilidade do Governo face aos dramas da situação social, como é inadmissível a sua desresponsabilização.

"Ainda recentemente o Primeiro-Ministro em entrevista à Televisão procurando desresponsabilizar-se cometeu conscientemente um engano de 100 mil desempregados, quando afirmou que existiam «apenas» 230 mil portugueses no desemprego. O mesmo se passou em relação às empresas com salários em atraso que já ultrapassam as 250, bem assim como aos gastos na saúde per capita que não chegam a atingir 60 contos e não 120 como foi dito.

"Paralelamente ao desemprego crescente verifica-se que as ofertas de emprego continuam a cair (em Junho passaram de 7300 para 5600).

"Portugal não está condenado ao declínio e à acentuação das injustiças. É possível com outra política dar resposta aos problemas sociais mais gritantes e rasgar as perspectivas de desenvolvimento equilibrado em benefício das populações e do todo nacional".

Mais adiante, e ainda referindo-se à actual situação económica, Carlos Carvalhas afirmou:

"A precipitada entrada do escudo no SME e a antecipação da liberalização do movimento de capitais mais uma vez está a mostrar os seus efeitos na especulação contra o escudo.

"A sustentação das altas taxas de juro para aguentar a cotação do escudo sobrevalorizado custou em prejuízos ao Banco de Portugal de 1989 a 1992, trezentos milhões de contos de que o Governo, que tem procurado passar por este assunto como gato sobre brasas, é o principal responsável".

O Secretário-geral do Partido falou ainda sobre a situação na agricultura:

"A política agrícola do PSD que detém esta pasta há mais de 13 anos é, só por si, a condenação de todo um Governo.

Somos solidários com as justas reclamações e lutas dos agricultores. "O Governo tem que intervir no escoamento dos produtos agrícolas e aproximar o custo dos factores de produção com as médias da Comunidade. É inaceitável que o Primeiro-Ministro afirme que os agricultores portugueses têm que ser competitivos quando

A visita de Carlos Carvalhas prosseguiu, ainda no concelho de Santiago, num encontro-convívio ao aprazível Parque do Rio Figueira, uma obra da Câmara Municipal, cujas sombras e frescura contrariaram o calor que se fazia sentir. Eram 15.30 horas e também aqui duas centenas de pessoas aguardavam o Secretário-geral do PCP.

vite da Comissão Concelhia de Sines do PCP. A experiência vivida da democracia participada, na sua mais íntima conjugação com o Poder Local nascido de Abril, foi a tónica do debate, com um somatório impressionante da obra realizada a não escamotear dificuldades, mas na razão directa da determinação de aproximar

vel, assim como é inegável a diferença entre a gestão do litoral alentejano e a gestão do litoral algarvio. A realidade mostra-nos, infelizmente, que o PCP tinha razão quando alertava para as consequências de uma política de pseudodesenvolvimento que assentava pura e simplesmente na criação de novas vias e novos itinerários, que serviriam para, num passo de mágica, aproximar o país da Europa e o «interior» do «litoral», criando assim condições para a fixação das populações. Sem uma verdadeira política de ordenamento e desenvolvimento, estas «novas vias» vão continuar a servir, pura e simplesmente, para se chegar mais depressa ao litoral, ou à Suíça, e outros destinos da nova onda de emigração. Podemos assim afirmar que o primeiro contributo indispensável que devemos dar para uma correcta gestão do litoral passa por estancar efectivamente este êxodo populacional tão prejudicial para o país em geral e para o litoral em particular.

"A gestão do litoral português é hoje enquadrada por um conjunto de diplomas que regulamentam a sua ocupação, fiscalização e utilização, e cuja heterogeneidade revela claramente a inexistência de uma política integrada de gestão do litoral. Uma parte fundamental da Reserva Ecológica Nacional situa-se no litoral. Muitas áreas do nosso litoral são abrangidas por parques ou reservas naturais ou potencialmente classificáveis como áreas de paisagem protegida, mas é também sobre estas mesmas áreas que existe uma enorme apetência em termos de exploração turística. Os novos hábitos de ocupação das férias e tempos livres e a crescente acessibilidade fizeram crescer consideravelmente nos últimos anos a utilização das praias e espaços adjacentes. A gestão repartida por diversas entidades aliada a uma fiscalização insuficiente e que permitiu numa primeira fase uma ocupação clandestina do domínio público marítimo revela-se ainda hoje na forma anárquica de ocupação e uso das praias pondo em perigo um património ecológico incalculável."



Exemplo de democracia participada aconteceu no sábado, com Carlos Carvalhas. Doze representantes de comissões de moradores do concelho de Sines reuniram-se, a convite da Comissão Concelhia do PCP e, com o Presidente da Câmara, debateram a obra realizada

com a sua política faz subir o custo dos factores de produção que se situam a níveis muito superiores aos da CEE e, simultaneamente, faz descer os preços pagos à produção.

"É por isso inteiramente justo que os agricultores exijam e lutem para que se trave a degradação dos preços agrícolas e para que se negocie com a Comunidade medidas de salvaguarda, para que se implemente uma política de crédito e de seguro agrícolas acessíveis; para que se verifique na prática e não na propaganda, uma verdadeira informação, formação e valorização profissional dos agricultores.

"O Governo tem escancarado as portas às importações. O caso das frutas é exemplar. Em 1985 ainda Portugal exportava duas vezes mais do que o que importava. Hoje é o contrário, o país importa três vezes mais do que exporta."

Foi a vez de falar o camarada Sérgio Martins, médico, membro da Comissão Concelhia de Santiago do Cacém e mandatário das listas CDU.

A democracia participada

A caminho de Sines, Carlos Carvalhas ainda teve oportunidade de parar nas instalações da Comissão de Moradores da Sonoga, onde foi recebido em casa cheia. Depois, eram cerca das 18.30 horas, foi o interessantíssimo encontro com membros das Comissões de Moradores e autarcas do concelho, a que assistiu o público, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Sines.

Representantes de doze dos treze organismos populares de base que no concelho mantêm uma regular e crescente actividade, corresponderam ao con-

sempre e cada vez mais os eleitos e a população e as suas estruturas organizativas.

Francisco Pacheco, Presidente da Câmara e de novo candidato ao mesmo título, também ele aqui "prestou contatos" e antecedeu a intervenção de Carlos Carvalhas no jantar volante que, já no Salão da Música, congregou quatrocentos activistas e apoiantes da CDU, iniciativa na qual se procedeu à apresentação colectiva dos candidatos da Coligação Democrática Unitária a todos os órgãos autárquicos do concelho.

Terminava "em cheio" a jornada a estes dois concelhos do litoral alentejano. E Carlos Carvalhas não deixou de aproveitar a ocasião para, sobre o assunto, destacar a obra da CDU:

"O valioso património de realizações realizado pela CDU nestes concelhos é inegá-



Momentos do convívio em Sines, durante o jantar volante em que participaram 400 pessoas. Carlos Carvalhas com Manuel Sobral, da Comissão Política e responsável pela DORS, e Francisco Pacheco, de novo candidato à presidência da Câmara Municipal. E um aspecto do animado jantar

PODER LOCAL

Carlos Sota, na apresentação final das candidaturas CDU

«Temos um Programa para os problemas de Cascais»

Contando com a presença do Secretário-Geral, Carlos Carvalhas, a CDU de Cascais completou, no passado domingo, o processo de apresentação de candidaturas às próximas eleições com uma sessão onde estiveram presentes os cabeças de lista aos órgãos autárquicos do Concelho, nomeadamente os candidatos à presidência da Câmara Municipal de Cascais, Carlos Sota, e à Assembleia Municipal, Vítor Carvalho e Silva. A iniciativa decorreu no restaurante Limo Verde, na Parede, e teve a participação de cerca de 200 pessoas.

Carlos Sota, candidato da CDU à Câmara Municipal de Cascais, abriu a sua intervenção afirmando:

«Num momento em que os sintomas da crise, da degradação e da descaracterização deixaram de ser sintomas para se transformarem em chagas abertas aos olhos de toda a população do concelho, num momento destes é preciso força e determinação. E porque consideramos que em Cascais as sucessivas gestões camarárias da responsabilidade do PSD/CDS/PS não cumpriram os objectivos que tinham assumido para o concelho, ganha mais força e mais legitimidade a nossa candidatura».

E mais adiante afirmou:

«A nossa candidatura à Câmara de Cascais é maioritariamente reconhecida, como uma candidatura de Cascais para Cascais. E por isso, é



Carlos Sota: «A CDU terá a força que o Concelho de Cascais quiser»

«O PSD apresenta um discurso e um pacote de promessas exactamente igual às que tem apresentado sucessivamente ao longo destes anos



Pormenor da Mesa que presidiu à sessão do passado domingo, num momento em que Carlos Sota fazia a sua intervenção

«Com o PS, Cascais de sempre não deixaria de ser diferente à actual situação. Agora são eles que já dizem e afirmam que nada têm a haver com a actual situação do concelho. A eles lançamos-lhes um desafio. Que sejam honestos com a população do concelho e admitam que não gostam de Cascais», concluiu.

zações serão envolvidas com espaços de qualidade ambiental; zonas verdes e equipamentos lúdicos e com todas as infra-estruturas, com esta medida, ganha o investidor, ganha o comprador, ganha o concelho.

«Procuraremos, também, que Cascais tenha cada vez mais uma vida própria. Aplicaremos o modelo de áreas habitacionais, compatibilizadas com áreas de serviço e comércio.

«Na área do turismo e serviços, fundamental para a vida do concelho é urgente que se potencialize as condições naturais e culturais do concelho. Não menos importante será a concretização dos projectos há muito previstos: centro de acolhimento de congressos; campos de golfe e o programa de animação do passeio marítimo entre outros. Conosco, Cascais será novamente um melhor destino turístico para todos, como forma de criar postos de trabalho e de potencializar o

crescimento económico do concelho.

Após se referir, igualmente, à necessidade de se erradicar os 7000 barracas do Concelho de Cascais e de se tomar medidas na preservação do património e na área desportiva, o candidato da CDU afirmou:

«Quanto ao interior do concelho, é urgente a sua qualificação. O interior terá que ser equipado e tratado tendo como soberanos objectivos: a imagem global do concelho e o bem-estar da sua população que «hoje» é fortemente penalizado nos níveis de qualidade de vida que usufrui.

«É urgente uma política eficaz e de acordo com as realidades socioeconómicas de cerca de 35 000 pessoas que moram nos bairros ilegais versus «clandestinos».

«As actuais normas de recuperação e legalização desses bairros aprovados pelo PSD/CDS/PS não servem e por isso não resolvem o pro-

blema. Conosco, essas «normas» serão de imediato alteradas. Conosco, a Câmara será um agente activo e participativo no processo. Serão instalados gabinetes técnicos nas Freguesias de Alcábaldeche, S. Domingos de Rana, com o objectivo de uma resposta eficaz e qualificada e tendente a uma rápida decisão dos processos».

E sublinhou, mais adiante:

«A realidade social de Cascais não nos assusta. Temos um programa que encerra a realidade do concelho, corresponde aos anseios da maioria da sua população e tem uma visão moderna para o concelho».

«A população conhece-nos e sabe que tem nos homens, nas mulheres e nos jovens, eleitos da CDU as regras do trabalho, da honestidade e da competência. A CDU terá a força que a população do concelho quiser. Não há razões objectivas para que não confiem o concelho de Cascais à CDU», concluiu.

Os nomes dos candidatos

São os seguintes, os nomes que encabeçam as listas da CDU aos principais órgãos autárquicos do Concelho de Cascais:

Candidato à presidência da Câmara Municipal de Cascais – Carlos Manuel Rosa Sota.

Candidato à presidência da Assembleia Municipal – José Ribeiro de Carvalho e Silva.

Candidato à presidência da Junta de Freguesia de S. D. de Rana – João Camilo Correia Vincent.

Candidato à presidência da Junta de Freguesia de Alcábaldeche – Manuel António Paquete Santinho.

Candidato à presidência da Junta de Freguesia do Estoril – José Manuel Rodrigues de Oliveira.

Candidato à presidência da Junta de Freguesia de Carcavelos – António Eduardo Costa Sequeira.

Candidato à presidência da Junta de Freguesia de Cascais – Joaquim Pires Isqueiro.

Candidato à presidência da Junta de Freguesia da Parede – Mário Mano Casal Ribeiro.

Um mundo de propostas

Depois o candidato falou das candidaturas CDU.

«Aqueles que dizem que apostamos na continuidade importa esclarecer o seguinte: se se referem à honestidade, trabalho e competência, somos de facto uma candidatura da continuidade. Se se referem às nossas propostas e programa, importa dizer que a sua grande maioria advém de um amplo debate com a população e com todas as entidades intervenientes na vida do concelho e, por isso, constituem património dessa mesma maioria da população. Cascais não pode continuar a ser um concelho de soluções adiadas. Queremos promover no concelho a modernização, o progresso, o desenvolvimento económico, social e cultural e a elevação da qualidade de vida dos seus habitantes.

«A nossa gestão assentará numa gestão com regras, transparente e participada com todos. Conosco na presidência da Câmara, consideramos indispensável a criação de uma comissão consultiva de opinião, com espaço de reflexão sobre o concelho; todas as reuniões de Câmara serão públicas e levaremos a Câmara às localidades», concluiu.

Pormenorizando, de seguida, algumas linhas de intervenção que a CDU se propõe implementar em Cascais, Carlos Sota disse:

«Empenhar-nos-emos para que à qualidade da construção corresponda a qualidade ambiental da sua envolvente. «Conosco todas as urbani-

Muitos apoios

Num documento genericamente designado «Força Cascais!» já deram o seu apoio à CDU, entre outros, os seguintes nomes:

Alexandre Babo, escritor; António Augusto Faria, professor Educação Física; António Eduardo Sequeira, professor de Educação Física; António José Regueira, cabeleireiro; António Maria Fernandes, técnico de Desenho; António Martins, Engenheiro; António Meireles, advogado; António Montez, actor; Armando Tomás, comerciante; Astúcia, dirigente sindical; Bernardino Dias Oliveira, técnico Saúde Ambiental; Carlos Baião, engenheiro; Carlos Costa Dias, bancário; Carlos Rabaçal, professor Educação Física; Carlos Ribeiro, comerciante; Claudina Marques Rodrigues, cientista; Cordeiro, comandante; Costa Rodrigues, gestor; Dário Almeida, empregado de Seguros; Eduardo Machado, professor; Emília Codina, doméstica; Emília Oliveira Nunes, dirigente sindical; Ermelinda Duarte, actriz; Fernando Carrilho, estudante; Fernando Lopes-Graça, compositor; Fernando Nobre Pereira, industrial; Fernando Pereira, engenheiro; Fernando Santos Inácio, engenheiro; Florinda Lebre, doméstica; Florinda

Casal Ribeiro, doméstica; Francisco Agostinho Burgos, professor; Gravato, engenheiro; Helena Carreira, bancária; Ivone Ralha, professora; João Fróis, delegado de Saúde; João Pires, comerciante; Joaquim Figueira, comerciante; José Neves, oficial administrativo; Júlia Resende, professora; Júlia Broco, industrial; Julião Flor dos Santos, industrial; Licete Sequeira, funcionária pública; Lúcio Ferreira, psicólogo; Luís Filipe Carvalho, professor; Luís Martins, comerciante; Luís Ralha, arquitecto; Lurdes Gonçalves, ginecologista; Machado, arquitecto; Maria do Carmo Grava-ta, doméstica; Maria Emília Barbosa, dirigente sindical; Maria Luísa Casal Ribeiro; técnica analista; Mário Casal Ribeiro, fiscal de Banca dos Casinos; Maurício Penha, escultor; Mozart, comerciante; Nuno Barroso, estudante; Orlando Figueiredo, contabilista; Pedro Filipe Pousada, estudante; Pedro Germano, professor; Ramon La Féria, cirurgião; Raul Dinis, atleta olímpico; Teresa Botelho, professora; Teresa Couceiro, empregada de Seguros; Teresa Pereira, técnica análises clínicas; Vítor Branco, técnico de contas; Vítor Garoto, serralheiro civil.

uma candidatura que incomoda aqueles que têm feito do concelho um concelho sem rumo, sem estratégia, sem modelo de desenvolvimento e que sempre remeteram a maioria da sua população para níveis de qualidade de vida inaceitáveis no limiar do século XXI e às potencialidades que tem o nosso concelho. Incomoda aqueles que têm primado pela passividade e convivência, incapazes de compreender os problemas e que sempre afastaram irresponsavelmente no quanto pior melhor».

Contestando as outras candidaturas que se apresentam a escrutínio, Carlos Sota disse:

procurando fazer esquecer que governa Cascais há 14 anos consecutivos.

«Já deu provas que não é capaz de aplicar uma gestão participada, transparente e honesta e de implementar um modelo de desenvolvimento de acordo com as potencialidades naturais do concelho privilegiando a maioria da população».

«O PS já foi câmara e o seu trabalho saldou-se por uma gestão ruínoza e nos últimos oito anos demitiu-se do trabalho e afastou nos momentos mais graves e difíceis para o concelho, numa postura de passividade e de convivência com o PSD.

PODER LOCAL

Acusa Lino Paulo

Sintra com buraco orçamental de seis milhões de contos

Em conferência de Imprensa convocada com carácter de urgência, a CDU de Sintra analisou «a grave situação financeira da Câmara Municipal de Sintra, que se traduz num avultado buraco orçamental». O vereador da CDU e candidato à presidência deste município, dr. Lino Paulo, expôs a situação.

9 253 609 contos e foram arrecadados 3 789 955 contos. A falha, o grande «buraco», está na incapacidade que a Câmara, dirigida pelo PSD, tem demonstrado de,

252 204 contos. E que, de Contratos-Programa negociados com a Administração Central, apenas se receberam 25 000 contos dos 160 000 contos previstos.

se arrecadavam 29% das receitas previstas, já estão cabimentadas 59% das despesas orçamentadas (o cabimento total ascende a 9 385 908 contos).

Proprietários e Moradores de Bairros Clandestinos que apenas receberam 15% (41 832 contos de 276 768 contos).

«E repare-se — acentuou Lino Paulo — que, quer para os Clubes, quer para as Ass. de Proprietários, as verbas cabimentadas (ou seja, prometidas e decididas em reunião de Câmara) totalizaram valores bem diversos do que lhes foi pago. Respectivamente: 84 161 contos para os Clubes, 24 770 contos para as IPSS, 275 573 contos para as Ass. de Proprietários».

«Estamos fartos de papel pintado»

«Lamentavelmente, o tempo deu razão às críticas que a CDU formulou ao orçamento do PSD-PS. Lamentavelmente, o apregoado rigor, realismo e exequibilidade eram meras palavras sem conteúdo», prosse-

«No dia 12 de Janeiro do corrente ano, em Conferência de Imprensa realizada nesta mesma Vila de Sintra, a CDU denunciava o irrealismo e o empolamento de que sofria o orçamento municipal para 1993», começou por dizer o prestigiado vereador comunista da região de Sintra, acrescentando:

«Afirmávamos, então, que ao PSD e ao presidente da Câmara interessava acima de tudo poder vender a imagem de uma Câmara que tem dinheiro e que, portanto, tudo vai fazer. Ao PSD e ao Presidente da Câmara interessava tudo poderem prometer, alegando inclusive que até está em orçamento».

«A posição da CDU foi então diversa da assumida pelo PSD e pelo PS. Para estes, o orçamento que votaram favoravelmente era alvo dos maiores elogios e, sobretudo, era apreciado pelo seu rigor. Se o PSD afirmava que o orçamento era con-

«É este orçamento da responsabilidade do PSD-PS que hoje se apresenta em total ruptura. Hoje, passados que são seis meses de gestão, é possível calcular com algum rigor o buraco orçamental que irá existir no



Lino Paulo, durante a conferência de Imprensa em que denunciou a grave situação financeira do município de Sintra

final do ano. É igualmente possível uma primeira análise da gestão financeira e da responsabilidade face ao diminuto arrecadar de receitas.» E explicou:

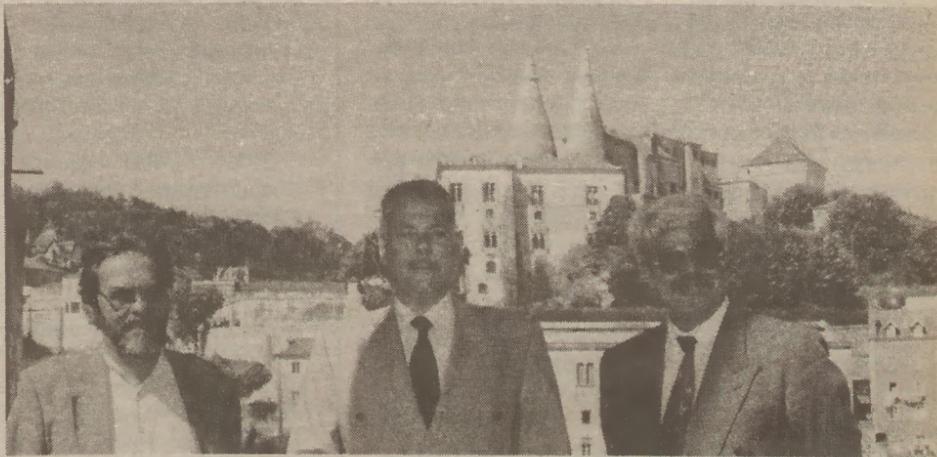
«O PSD e o PS aprovaram e garantiram, «com todo o rigor», um orçamento, para a Câmara, que ascende a cerca de dezasseis milhões de contos (15 998 512 000\$00). Passados seis meses, a verba arrecadada é de (dados de 1993/Julho) quatro milhões, setecentos e quarenta e quatro mil contos (números precisos: 4 743 877 984\$00)».

«A falha não está nas receitas correntes — frisou Lino Paulo. — Destas, o orçamento previa arrecadar

com a sua actividade, ser capaz de arrecadar as receitas de capital. Destas, o orçamento prevê 6 744 903 contos e apenas foram recebidos 953 922 contos.

«A incapacidade da Câmara tem sido uma incapacidade de trabalho. Trabalho que era (é) necessário para receber os 265 000 contos das verbas do jogo. Destes ainda nem um tostão foi recebido. E é de lembrar que a mesma gestão PSD já conseguiu, em anos anteriores, perder cerca de 550 000 contos das verbas do jogo.

«Igualmente é por falta de trabalho que dos 972 588 contos de Fundos Comunitários apenas foram recebidos



A CDU tem uma equipa com provas dadas, na vereação da CM de Sintra (ao centro, Lino Paulo, acompanhado dos outros dois vereadores CDU no executivo camarário)

«Num rápido quadro referente ao «orçamento das receitas» é possível sintetizar» (ver quadro anexo).

«Perante estes números — concluiu o candidato da CDU — e com cálculos elaborados pela CDU, prevejo que, no final do ano, as receitas correntes atinjam 7 800 000 contos, dos quais 4 600 000 provenientes dos impostos directos. Do mesmo modo, e a manterem-se os actuais ritmos de trabalho da Câmara, as receitas de capital não ultrapassarão os 2 500 000 contos (cálculo por excesso). Assim, no final do ano, o «buraco» orçamental atingirá, no mínimo, os seis milhões de contos».

Propaganda a mais e dinheiro a menos

E Lino Paulo prosseguiu: «A situação vivida no Município face a esta situação, resultante da falta de rigor e de eleitoralismo do PSD e do PS, é extremamente grave. Basta dizer que, a meio do ano, quando apenas

«Como é óbvio, — acrescentou — esta situação coloca problemas graves a nível de Tesouraria e exige uma política de saneamento de despesas que, logicamente, não poderá continuar a contemplar os elevadíssimos gastos com a promoção e propaganda, de fins claramente eleitoralistas, do actual Presidente da Câmara. De igual modo esta grave situação financeira não pode continuar a pôr em risco o funcionamento das mais diversas instituições que terão elaborado os seus orçamentos a partir de previsíveis transferências de verbas por parte do Município». E pormenorizou:

«Estão nesta situação: as Juntas de Freguesia que apenas receberam até agora 38% das transferências orçamentadas (230 742 contos de 599 500 contos); os Clubes Desportivos que apenas receberam 7% (6310 contos de 85 650 contos); as Instituições de Solidariedade Social que apenas receberam 19% (5000 contos de 26 500 contos); as Associações de

guiu o orador, considerando que «a população do Concelho foi enganada. Há promessas feitas — e feitas com base no orçamento — que não serão cumpridas por aqueles que as fizeram. Este «buraco» orçamental de mais de seis milhões de contos vai exigir, no futuro, uma política de rigor, de seriedade, de efectiva motivação da Câmara, na sua riqueza em recursos humanos. Vai exigir a máxima rentabilização do aparelho técnico da Câmara. Vai exigir que a Câmara esteja motivada e a trabalhar para o desenvolvimento do concelho. Esta é a única forma de criar riqueza.»

E Lino Paulo concluiu:

«É esta criação real de riqueza que a CDU defende e é para ela que a CDU trabalha. O PSD e o PS já demonstraram, e no orçamento do corrente ano mais uma vez o fizeram, que, para eles, criar riqueza é inventar números num papel a que chamam orçamento. Estamos fartos de papel pintado e de promessas. É tempo de trabalhar. É tempo de mudar.»

RECEITAS (algumas)	PREVISTO (em contos)	ARRECADADO (em contos)
Impostos Directos	5 087 100	2 114 236 - (42%)
Taxas obras/urbanizações	900 000	488 009 - (54%)
Total Receitas Correntes	9 253 609	3 789 955 - (41%)
Verbas de Jogo	265 000	0
Fundos Comunitários	972 588	252 204 - (26%)
Contratos-Programa	160 000	25 000 - (16%)
TOTAL RECEITAS CAPITAL	6 744 903	953 922 - (14%)
TOTAL RECEITAS	15 988 512	4 743 878 - (29%)

Quadro das receitas previstas e arrecadadas na CM de Sintra

AUTARQUIAS 93

AUTARQUIAS 93

Guarda

José Manuel Costa, 39 anos, casado, prof. do 2º ciclo, membro do Secretariado da DORG do PCP, é o candidato da CDU à presidência da Câmara Municipal da Guarda. O candidato à presidência da Assembleia Municipal desta autarquia é **António Manuel Antunes Ferreira**, 33 anos, casado, advogado, membro do PCP.



José Manuel Costa

Na Conferência de Imprensa onde se anunciaram estas candidaturas, a CDU afirmou-se como «a força política que tem a coragem de dizer sem rodeios o que pensa da gestão municipal, porque não está comprometida com os erros e as guerrilhas PS/PSD», caracterizando a gestão de Abílio Curto/PS de «presidencialismo absoluto, ausência de diálogo e confronto, incapacidade para resolver questões primárias, gestão pouco rigorosa e pouco planificada, com inversão das prioridades».

As propostas da CDU para o Concelho da Guarda dão prioridade ao diálogo, à descentralização de meios e competências para as Freguesias, à planificação e elevação do nível técnico da Câmara, à democratização autárquica, à promoção da cultura e do desporto.

Baião

Realizou-se no passado sábado, dia 24, em Ancede, um comício para apresentação dos cabeças de lista às Câmara e Assembleia Municipais de Baião, respectivamente **Manuela Pereira** e **Manuel Rodrigues**.

Algumas centenas de pessoas assistiram, com entusiasmo, a este comício, que contou também com a presença do dr. José Calçada, deputado do PCP à Assembleia da República, Heloísa Apolónia, do Partido Ecológico «Os Verdes», e Helena Magno, da Ecolojovem.

Na sua intervenção, Manuela Pereira afirmou que não faria nunca promessas nem criaria expectativas que não pudesse cumprir, «como aliás sempre acontece com as outras forças políticas». Mas garantiu que «tudo quanto apresentar no seu programa será para cumprir, sem qualquer margem para dúvidas».

Enumerou de seguida algumas das muitas carências da Freguesia de Ancede, com particular realce nos sectores da saúde, do ensino, cultura e desporto, no abastecimento de água ao domicílio, nas vias de comunicação e no turismo, que poderá, se bem explorado, «ser uma fonte de riqueza para o concelho, dadas as suas belezas naturais, que são muitas».

A concluir, Manuela Pereira, fez questão de realçar «a sua indomável vontade de realizar os mais prementes anseios dos habitantes de Ancede e do Concelho de Baião, o que só será possível com uma forte votação na CDU».

Oliveira do Bairro

A Comissão Coordenadora de **Oliveira do Bairro** da Coligação Democrática Unitária (CDU) reuniu para fazer o balanço à preparação das eleições autárquicas e para definir os cabeças de lista à Câmara e à Assembleia Municipal.

São os seguintes os candidatos da CDU:

À presidência da Câmara Municipal, **Milton dos Santos Borrás**, 53 anos, natural do Troviscal; contabilista, professor efectivo do Ensino Secundário e militante do PCP; à presidência da Assembleia Municipal, **dr. Fernando Peixinho Pires Fernandes**, 64 anos, médico, foi presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Oliveira do Bairro e presidente do Centro Social de Oiã; é director da Clínica Central de Oiã; é membro da Intervenção Democrática (ID).

A Comissão Coordenadora da CDU considerou ser seu objectivo a apresentação de listas no maior número possível de freguesias, e, como objectivos eleitorais prioritários, a eleição de um vereador, a eleição de candidatos da CDU para a Assembleia Municipal e para as Assembleias de Freguesia do Concelho. Serão brevemente apresentados em Conferência de Imprensa outros candidatos e as principais linhas programáticas da CDU para o Concelho de Oliveira do Bairro.

PCP

PCP-Açores condena falta de diálogo com a lavoura

No mesmo dia em que, na semana passada, mais de mil e quinhentos agricultores se manifestaram em Ponta Delgada, numa iniciativa promovida pela respectiva Associação de Jovens Agricultores de S. Miguel, com o objectivo — conseguido — de obrigar a «Lacto-Açoriana», da Ribeira Grande, e a «Loreto, Lda.» a negociarem os preços do leite, o Gabinete de Imprensa do PCP-Açores divulgou uma nota do Secretariado da DORAA sobre a crise na lavoura açoriana, que a seguir publicamos.

De acordo com as apreciações e alertas feitos há muito pelo PCP-A, nomeadamente no respeitante ao processo de integração, desastroso para a lavoura e a agricultura açorianas, negociado com a então CEE pelos Governos Central e Regional, as consequências estão à vista!...

Era inevitável que o plano de integração da RAA na CEE, não salvaguardando a sua base produtiva estratégica e não sendo acompanhado por uma estratégia global de desenvolvimento baseada no reforço do aparelho produtivo regional, viria a degenerar em crises graves e profundas para todos aqueles que produzem.

O PCP-A reconhecendo que o Governo Regional não é obrigado directamente a intervir na situação actual, não pode deixar de responsabilizá-lo, juntamente com o Governo da República, pela criação antecedente das condições que levam à actual crise que se vive na lavoura açoriana.

O PCP-A, responsabiliza directamente o Governo Central de Cavaco Silva pela actual baixa drástica do preço do leite à produção a qual se deve aos acordos feitos pelo sr. ministro da Agricultura com a Comunidade Europeia para a **antecipação em três anos** da entrada em vigor do Mercado Único para os produtos agrícolas, com o consequente escancaramento das nossas fronteiras continentais perante a invasão selvagem das importações.

A Lavoura dos Açores foi imediatamente penalizada por este péssimo negócio do sr. ministro, vendo o preço do litro de leite baixar de 40\$50 para 35\$00 e vendo as ajudas da CE que lhe estavam destinadas por litro de leite (no valor inicial de 5\$50/litro) serem desviadas no gabinete e por via administrativa (com

o suporte do INGA — organismo estatal denominado Instituto Nacional de Intervenção e Garantia Agrícola) totalmente para as mãos da indústria e do comércio.

No entender do PCP-A, a Lavoura tem todas as razões para protestar e se manifestar em defesa dos seus interesses.

O PCP-A condena firmemente a falta de diálogo com a Lavoura que se verificou em todo o presente processo e apela a que este diálogo se concretize com a maior urgência.

O PCP-A entende que é possível encontrar soluções diferentes que salvaguardem simultaneamente os interesses da lavoura, da indústria e do comércio nesta situação e



Agora, os agricultores revoltaram-se (foto arquivo)

lembra que um acordo aceitável já foi negociado por exemplo no Continente, entre os produtores e a Lacticoop, uma união de cooperativas.

O PCP-A alerta para o facto de, apesar dos acordos que desejavelmente deveriam ser encontrados agora, continua a levantar-se o problema da garantia do aumento sazonal ao leite no Inverno, e sobretudo o problema de que, a partir de Março de 94, passando as ajudas compensatórias da CE para 3\$70/litro, se

irá de novo levantar, e com maior gravidade ainda, o problema do pagamento a preço justo do leite à produção. Sendo como é uma situação previsível a curto prazo, o PCP-A entende que, em vez de esconder a cabeça debaixo da areia como tem feito até à data, o Governo Regional inicie desde já os contactos com o Governo da República e a CE e tome todas as iniciativas que se considerarem necessárias para se evitar uma nova e mais grave ruptura ao nível do sector leiteiro regional.

Encontro das Comissões de Base de Saúde

Realizou-se em Évora no dia 24 de Julho o 9º Encontro das Comissões de Base de Saúde com o lema «A Saúde que Queremos». Foi uma importante jornada de denúncia sobre a política de saúde e o seu estado, durante o qual foi responsabilizado o Governo PSD.

Presentes estiveram cerca de 1500 pessoas vindas um pouco de todo o País e sobretudo do Alentejo. Como convidados o coordenador da CGTP-IN, Manuel Carvalho da Silva, o dr. Aires Ramos, em representação do Bastonário da Ordem dos Médicos, um representante do Sindicato dos Médicos, a Associação dos Deficientes do Distrito de Évora, representantes das Câmaras de Arraiolos, Alandroal, Mértola e Évora, assim como representantes do PS e do PCP, além de outros convidados da área sindical e profissional de saúde.

Foi um debate vivo, com bastante interesse, mas ao mesmo tempo preocupante devido ao estado a que chegou o Serviço de Saúde prestado aos cidadãos. De Mértola, Serpa, Lisboa, Avis, Mari-

nha Grande, Montemor, Campo Maior, Borba e tantos outros concelhos vieram exposições sobre a saúde, que merecem uma reflexão séria de todos os responsáveis pela política desta País.

Particularmente significativo foi o sentimento de revolta das diversas Comissões de Base, aos trágicos acontecimentos de Évora e à política de compromisso feita pelo ministro da Saúde em relação ao Conselho de Administração do Hospital Distrital de Évora. Muitos foram os participantes que se referiram a este e outros escândalos nos hospitais, assim como exigiram a demissão do actual ministro. Muito saudada a intervenção da Câmara Municipal de Évora, na qual o vereador Jorge Rebeca expôs a política da Câmara para esta área e informou os participantes das diligências feitas para os responsáveis do caso da Hemodiálise do Hospital Distrital de Évora.

Sem dúvida uma importante jornada de acção e de luta, este 9º Encontro das Comissões de Base de Saúde.

Deputados europeus do PCP e Ano Europeu do Idoso

Dia 22 de Julho, realizaram-se em Évora, Montemor e Vendas Novas iniciativas no quadro do Ano Europeu do Idoso, nas quais participaram os deputados europeus Rogério de Brito e Sérgio Ribeiro.

Rogério de Brito, acompanhado pelos camaradas Rogério Arraiolos e Carlos Pinto de Sá, encontraram-se com o Secretariado Concelhio do MURPI em Montemor; depois tiveram um encontro na Biblioteca Municipal, no qual participaram cerca de 150 pessoas; houve ainda um encontro na Rádio Almorsor, seguindo depois o deputado para Vendas Novas, onde, acompanhado por João Teresa Ribeiro, presi-

dente da Câmara Municipal, teve um encontro com o Município local onde estavam mais de 50 pessoas.

Sérgio Ribeiro, com o camarada Diamantino Dias, foi recebido na Câmara Municipal onde o vereador Jorge Rebeca e a dr.ª Antónia Raminhos deram uma informação detalhada sobre a intervenção municipal com a 3ª idade, seguindo-se uma visita ao Centro de Dia na Rua do Fragoso e ao MURPI, em Évora, tendo em ambos os locais o camarada Sérgio Ribeiro usado da palavra para os idosos aí presentes. Nesta viagem por Évora, ainda houve tempo para duas entrevistas às rádios «Jovem» e «Voz do Alentejo».

O desenvolvimento da região do Porto e o PDR do Governo

A propósito da recente divulgação, pelo Governo, do Plano de Desenvolvimento Regional, a Direcção da Organização Regional do Porto do PCP promoveu uma conferência de imprensa, em que participaram os camaradas Avelino Gonçalves, Ilda Figueiredo e José Calçada, os dois primeiros membros do Comité Central e da DORP e o terceiro deputado à Assembleia da República. É o seguinte o teor do documento então distribuído:

«A recente divulgação, pelo Governo, do Plano de Desenvolvimento Regional já entregue em Bruxelas, veio mais uma vez demonstrar que o Norte em geral, e o distrito do Porto em particular, continuam a não merecer a atenção devida, tendo em conta, por um lado, a sua população e, por outro lado, as enormes carências em infra-estruturas de comunicações e transportes, de saneamento básico, de habitação social, de equipamentos colectivos sociais e culturais, os desajustamentos estruturais que persistem nos sectores produtivos, com consequências também nos salários e nas condições de trabalho, as insuficiências graves que continuam em níveis de instrução e qualificação da população activa, designadamente da jovem.

«É conhecido que o distrito do Porto, tal como a generalidade do Norte, mantém dos piores indicadores socioeconómicos do País, e dos piores da Europa Comunitária, quer em termos de rendimento médio por pessoa que ainda não chega a metade da média comunitária, quer em acidentes de trabalho, condições de vida, mortalidade infantil e níveis educacionais, incluindo no acesso ao pré-escolar, na sobreocupação das escolas, no abandono precoce do sistema de ensino.

«A aplicação, ao longo dos últimos anos, do 1.º Quadro Comunitário de Apoio, e dos

respectivos fundos estruturais, que visavam a preparação do País para o impacto do mercado interno, iniciado em Janeiro deste ano, não teve em conta esta situação, o que levou a própria CCRN a concluir:

Parece indiscutível que se verificou um sério agravamento dos desequilíbrios internos à região, acentuando-se a concentração no litoral e o esvaziamento do interior;

É de admitir que tenha diminuído a posição relativa da região Norte no contexto do espaço socioeconómico português.»

Agravamento dos desequilíbrios

«Assim, não só todo o Norte se ressentiu do agravamento das assimetrias regionais, com a progressiva desertificação das zonas rurais do interior, onde a crise na agricultura é cada vez maior, como a Área Metropolitana do Porto sofre maiores pressões demográficas, sente acrescidos problemas urbanísticos e ambientais, carências de infra-estruturas de acessibilidades e transportes, de habitação social e equipamentos colectivos, a exigir uma intervenção de emergência.

«Por outro lado, são conhecidos os problemas da zona industrial do Vale do

Ave onde o Governo preferiu ignorar a crise da têxtil e adiar a implementação de um efectivo programa de reestruturação e modernização de todo o sector das indústrias têxteis e de vestuário, tal como na zona do Vale do Sousa, além da têxtil e vestuário e da metalurgia, se anunciam já os problemas do calçado e da madeira e mobiliário, sem que se vislumbrem sensíveis diversificações sectoriais.

«Quando se analisa a percentagem de fundos comunitários gastos no Norte durante a aplicação do primeiro PDR, não deixa de ser sintomático verificar que apenas cerca de 8% do total do SIBR — sistema de incentivos de base regional — tenha sido aqui utilizado, o que, sem dúvida, terá contribuído para a manutenção do atraso em matéria de investimento industrial. Situação idêntica se passou com as pescas, designadamente com o programa de orientação plurianual para a frota, em que não coube ao Norte mais de 13% do investimento apoiado, contra 80% concentrados no Centro e Lisboa e Vale do Tejo. Também em matéria de formação profissional e em certas áreas da ciência e tecnologia há uma clara disparidade nas taxas de aprovação e execução dos programas operacionais no Norte, quando comparados com Lisboa e Vale do Tejo.

«A estas inadmissíveis desigualdades de tratamento é necessário acrescentar as conhecidas disparidades em financiamento público, via Orçamento do Estado.

«Ora, toda esta situação assume particular importância num momento em que está em preparação o 2.º Quadro Comunitário de Apoio, o qual vai determinar a base fundamental do investimento público, praticamente até ao fim da década, visando a preparação da região para enfrentar as consequências negativas da aplicação do Tratado de Maastricht, e, designadamente, da 3.ª fase da União Económica e Monetária. Mas, se até agora, com base nos critérios actuais, se mantiveram e, nalguns aspectos, até se agravaram as assimetrias regionais, não se pode continuar a insistir no mesmo modelo, sob pena de se criar uma situação económico-social insuportável.

«No entanto, a análise do segundo PDR demonstra que o Governo teima no mesmo tipo de intervenção centralizada e fechada, quer na formulação da decisão, quer na elaboração da proposta que não foi descentralizada, nem devidamente participada, o que mais uma vez demonstra a razão fundamental da manutenção do bloqueamento da regionalização pelo PSD.



«Assim, alertando para esta situação, e, simultaneamente, intervindo sobre os problemas regionais e as carências das populações, a DORP do PCP considera que não estão suficientemente acautelados os interesses do Norte em geral, e do distrito do Porto, em particular, seja pelos relativamente escassos meios financeiros disponibilizados para a intervenção operacional regional do Norte (apenas 104 milhões de contos de subvenções comunitárias), seja nos exemplos que são referidos relativamente ao distrito do Porto para as diversas intervenções operacionais a nível nacional.

«É sintomático que não apareça qualquer referência a novos atravessamentos do Douro, seja para o metros de superfície, o qual é também esquecido, seja para uma nova ponte à cota baixa, para uma ponte na zona de Gondomar e outra em Entre-os-Rios, bem como os respectivos acessos e a alternativa à EN 106; que a nível das infra-estruturas ferroviárias se esqueça a necessidade de aproveitamento da linha de cintura do Porto com ligações de Ermesinde a Leixões, o aproveitamento da ponte D. Maria, a electrificação e duplicação das linhas do Minho, da Póvoa, de Guimarães e do Douro pelo menos até ao Marco; que para um problema tão grave como o da habitação social apenas se prevejam cerca de 6 milhões de contos para aquisição e infra-estruturação de terrenos; que se esqueça a educação pré-escolar; que não se preveja um programa específico para as indústrias em crise na região; que não se aposte decididamente no aproveitamento das potencialidades naturais e patrimoniais do distrito do Porto.»

Numerosas propostas

O documento divulgado pela DORP sublinha final-

mente: «Ainda que seja possível ter em conta as necessidades do Norte, incluindo do distrito do Porto, através de uma melhor aplicação regional das diversas intervenções nacionais, o que exige uma profunda alteração não apenas dos critérios de selecção dos programas para aplicação dos fundos comunitários, a nível nacional, regional e sectorial, mas também da formulação da decisão, da gestão e acompanhamento desses programas, processos que devem ser descentralizados e devidamente participados (...) insiste nas suas propostas a incluir no PDR».

Num extenso anexo, a DORP especificou-as, no domínio das infra-estruturas, dos equipamentos e políticas sociais, das actividades económicas e, por fim, no plano institucional.

Numerosas propostas foram assim divulgadas sobre a rede viária e a travessia do Douro, de que se destacam a conclusão da ponte rodoviária do Freixo, a construção de uma nova ponte rodoviária entre Porto e Gaia, a conclusão das obras do IC2, o projecto e a construção de uma nova ponte rodoviária em Entre-os-Rios, a conclusão do IP4 e a construção do IP9 e de nova ligação Porto-Viana, a via estruturante do Vale do Ave; no domínio da rede ferroviária destacam-se as propostas sobre a modernização, ampliação e equipamento das estruturas de apoio às linhas férreas da região, o aproveitamento integral das infra-estruturas existentes e a sua coordenação com interfaces rodoviários e parques de estacionamento e a duplicação, electrificação e melhoria das condições de segurança das principais linhas existentes na região.

Coordenação de transportes públicos, construção de pelo menos 30 mil fogos de habitação social, apoio aos municípios na construção da rede de esgotos e distribuição domiciliária de água, apoio ao estudo e implemen-

tação de energias alternativas, menos poluentes e mais baratas, são, entre outras propostas, as que salientam no domínio das infra-estruturas.

No que diz respeito ao item «Equipamentos e Políticas Sociais, o documento debruça-se sobre as questões da Saúde — «além de uma política que promova o SNS gratuito para todos os utentes, é fundamental assegurar a cobertura generalizada e efectiva de cuidados primários, não só em termos de adequadas instalações e equipamentos, mas também em profissionais de saúde»; sobre Educação, a generalidade das numerosas propostas visa «garantir a generalização do acesso à educação pré-escolar, passando no distrito do Porto da ordem dos 15%, inferior à metade da média do continente (34%), para valores que nos aproximem da CEE (80 a 100%)». Valiosas propostas também nas áreas da Cultura, Ciência e Tecnologia, Formação Profissional, Combate à pobreza e exclusão social, concluem este capítulo.

Quanto às Actividades Económicas, o documento de propostas da DORP considera «fundamental que nos programas sectoriais se tenham em conta as especificidades do Norte e que os apoios visem a valorização da produção agrícola e industrial, o aproveitamento racional dos recursos e potencialidades regionais, a modernização a reorganização das empresas, incluindo a melhoria das condições de trabalho, a valorização do emprego, a melhoria das qualificações profissionais e dos salários, visando a melhoria das condições de vida dos trabalhadores, sem o que não é possível o desenvolvimento regional.»

Por fim, no plano institucional, o documento «insiste num novo modelo imprescindível ao desenvolvimento regional, o que exige o cumprimento do preceito constitucional de criação das Regiões Administrativas».

CAMARADAS FALECIDOS

JOAQUIM BRITO SILVA

No passado dia 5 de Abril faleceu o camarada Joaquim Brito Silva. Operário da Construção Civil, com 69 anos de idade, o camarada era militante do Partido desde 1977 e estava organizado na Freguesia de Palmela.

CARLOS JEREMIAS ESPADA

Também em Abril, no dia 30, faleceu o camarada Carlos Jeremias Espada. Nascido em 1918, o camarada era militante activo e dedicado da Organização de Freguesia de Palmela. Era membro do Partido desde 1974.

FIRMINO RODRIGUES

Com 81 anos de idade, faleceu no passado dia 13 do corrente o camarada Firmino Rodrigues. Foi leitor da CRGE e pertencia à Célula do Socorro — «Mouraria», em Lisboa. Era membro do Partido desde 1974.

MANUEL AUGUSTO ANDRADE

Por doença súbita, faleceu no passado dia 18 do corrente o camarada Manuel Augusto Pimentel de Andrade. Era militante do Partido desde Janeiro de 1975, organizado na Célula da Lisnave.

JOSÉ BATISTA MORAIS

Vitimado por doença, no passado dia 18, faleceu o camarada José Batista Morais. Membro do Partido desde 1975, pertenceu à Célula da antiga Tecnisado, depois Tecnimetal. Foi delegado sindical até ao fecho da empresa. Era membro da Comissão de Freguesia de Santa Maria, Setúbal, onde residia.

Aos familiares e amigos dos camaradas falecidos, o colectivo da Redacção do «Avante!» apresenta sinceras condolências.

TRABALHADORES

Sindicatos revelam números da crise

A tendência é para agravamento

Um estudo da União dos Sindicatos de Aveiro (USA) revela que a situação económica e social no distrito está «extremamente deteriorada com tendência para se agravar».

Segundo a União, em Março havia 14 mil inscritos nos centros de emprego contra 12 mil em Dezembro. Estes números mostram que, a partir de Janeiro de 1993, se increveram no desemprego cerca de 650 trabalhadores. A USA acrescenta que «o número dos trabalhadores a receber subsídio de desemprego aumentou no ano de 1992 para 1993 em 2200, registando-se hoje mais de sete mil subsidiados».

Os sindicatos do distrito chamam também a atenção para o aumento do número de empresas com salários em atraso, citando como exemplos os sectores do calçado, químico, têxtil, metalúrgico, corticeiro, cerâmico, madeiras e pesca.

A situação no distrito a nível do desemprego caracteriza-se pela prática crescente das chamadas rescisões por mútuo acordo e pré-reformas, por despedimentos colectivos, encerramento de empresas e pelo recurso à redução de dias de trabalho.

14% de desemprego em Setúbal

A União dos Sindicatos de Setúbal também divulgou recentemente dados sobre a situação laboral, alertando em particular para o nível do desemprego que atingiu no distrito sadino 14 por cento.

O estudo da USS indica que só no sector metalúrgico existem mais de 4500 trabalhadores ameaçados de desemprego, números que são agravados com a recente situação na Renault Portuguesa.

No sector têxtil, nos últimos seis meses, cerca de mil

trabalhadores ficaram sem emprego, sendo os casos mais expressivos na Convex (2509), GEFA (450) e Alicontex (100), enquanto nas indústrias eléctricas, o desemprego atingiu, recentemente, cerca de 1300 trabalhadores.

Ainda segundo dados da USS, no sector corticeiro encerraram suas empresas durante o mês de Junho, o que provocou o despedimento de 113 trabalhadores para juntar aos 600 da Mundet, 150 da Corticeira Ibéria e 350 da Queimado e Pampolim.

No sector agrícola, o número de trabalhadores com salários em atraso ascende aos 500, enquanto na Função Pública foram já considerados como disponíveis 43 trabalhadores da Segurança Social.

Tudo indica que esta situação vai continuar a agravar-se, como mostra o recente anúncio de encerramento da Movauto até final

do ano, com o consequente despedimento de mais 214 trabalhadores. A USS refere ainda que grande parte dos desempregados têm idades médias de 46 anos, ou seja velhos para arranjar emprego e novos para se reformarem.

Porto perde 70 mil empregos

De acordo com números fornecidos pela União dos Sindicatos do Porto, o desemprego pode vir a atingir a curto prazo cerca de 70 mil pessoas no distrito.

Segundo alerta a USP, estes números poder vir a ser atingidos muito brevemente se não forem resolvidos os problemas que afectam muitas empresas do distrito e se o Governo persistir na aplicação da lei dos disponíveis.

Os sindicatos denunciam que «enquanto aumentam preços e impostos, o patronato mantém praticamente



SCRITÓRIA DA T.II'

congelada a contratação colectiva, com a conivência do Governo, que está mais preocupado em fiscalizar os trabalhadores desemprega-

dos do que em exercer qualquer actividade de fiscalização e inspecção das infracções cometidas pelas empresas».

Sindicato da Hotelaria denuncia política escandalosa

A Direcção do Sindicato da Hotelaria do Sul, reunida na passada segunda-feira, concluiu que o agravamento da situação laboral no sector é consequência da política do Governo e da sua «cumplicidade descarada com as medidas desastrosas do patronato da Hotelaria» que faz um aproveitamento escandaloso da crise do turismo.

O sindicato considera que a actual situação se caracteriza pela precariedade de emprego, repressão, despedimentos, encerra-

mentos e desmembramentos de empresas, de salários em atraso e pelo bloqueamento da negociação colectiva.

A direcção sindical condena esta política e manifesta o seu total apoio e solidariedade a todas as lutas que os trabalhadores do sector estão a desenvolver designadamente na Torralta, SAAL, Casino do Estoril, Hotel Espadarte, Hotel Tivoli, Hotel Roma, Hotel dos Templários em Tomar, Hospitalização privada e ENATUR.

ORT's da Renault querem explicações

Os organismos representativos dos trabalhadores da Renault Portuguesa consideram que os portugueses têm «direito de saber as verdadeiras razões para a retirada do aparelho industrial» do País.

Os trabalhadores reunidos na passada semana qualificaram a legislação sobre despedimentos colectivos de «altamente lesiva» dos seus interesses não só devido ao seu «clausulado», mas por «não permitir aos trabalhadores ou aos seus ORT's o

recurso aos tribunais». Os ORT's afirmam que o Governo é «co-responsável com a administração da Renault», uma vez que «não exerceu em devido tempo a vigilância necessária» do cumprimento dos acordos, chegando mesmo a criticar as posições dos trabalhadores quando estes chamaram a atenção para o não cumprimento dos contratos.

Por outro lado, os trabalhadores acusam o Governo de não ter reagido a tempo face à situação de anormali-

dade ao nível da gestão. «ensaiando mesmo uma retirada que o pudesse irresponsabilizar, através da venda apressada das suas participações no capital da empresa».

Na reunião, os presentes decidiram exigir da administração da empresa informação sobre «a evolução de médio prazo relativamente a produtos a produzir, investimentos para manutenção da capacidade produtiva, situação comercial e em particular da rede de concessionários e vendas directas».

Fenprof quer rever CCT do ensino particular e cooperativo

A Federação Nacional dos Professores e outras organizações representativas dos trabalhadores dos estabelecimentos de Ensino particular e cooperativo reuniram-se com a Associação de Representantes dos Estabelecimentos de Ensino Particular para iniciarem o processo de negociação do Contrato Colectivo de Trabalho do sector para vigorar no próximo ano lectivo.

Para a Fenprof, a revisão do CCT deve consagrar a «equiparação dos docentes às dos seus colegas do ensino oficial; um aumento significativo para os docentes próximos da aposentação; um aumento para os técnicos não docentes que os equipare, em termos remuneratórios, aos docentes; um aumento mínimo para todos os trabalhadores da ordem dos oito a nove por cento».

Na nota da Fenprof, indica-se que «não foi ainda possível chegar a consenso» em relação aos princípios apresentados tendo a AEEP falado em aproximação em vez de equiparação e proposto aumentos da ordem dos seis por cento. As negociações deveriam continuar durante esta semana.

DREL perturba escolas

A Direcção Regional de Educação de Lisboa (DREL) está a perturbar o normal funcionamento das escolas, acusa o Sindicato dos Professores da Grande Lisboa (SPGL) que refere o caso concreto das eleições para o Conselho Directivo da Escola Secundária de Ramada-Odivelas.

Segundo esta estrutura sindical, a DREL decidiu não homologar a lista eleita para aquele órgão, sem qualquer fundamentação e após longas semanas de espera, excedendo a data limite (15 de Julho) para a tomada de posse dos Conselhos Directivos eleitos.

A decisão da DREL implica a realização de novas eleições na referida escola, porém, como refere o sindicato, «a maioria dos professores já iniciou o período de férias».

A Direcção do SPGL condena «estas decisões tardias e infundamentadas» que atribui à «prepotência e irresponsabilidade do Ministério da Educação/DREL», reafirmando a sua decisão de continuar as acções necessárias à reposição da normalidade e legalidade na Escola Secundária de Ramada.

Fábrica da Caima vai mesmo fechar

Numa reunião realizada a semana passada entre a administração da Caima e representantes dos trabalhadores, a empresa manteve a sua intenção de encerrar a Fábrica de Albergaria e despedir 200 trabalhadores.

Como justificação, a empresa invoca a crise prolongada do sector de celuloses, a concorrência interna e externa e os prejuízos registados nos últimos dois anos, exclusivamente imputados à fábrica de Albergaria.

Estes argumentos não são aceites pela Federação dos Sindicatos da Química, Farmacêutica, Petróleo e Gás que afirma, por seu turno, que «os resultados negativos da Caima são apesar de tudo, comparativamente inferiores aos das outras empresas do ramo».

A FEQUIFA recorda que «nos anos de ouro (quando as celuloses foram consideradas o petróleo verde), que antecederam a actual crise do sector, começada em 1991, a Caima, incluindo a fábrica de Albergaria, era viável e fartou-se de acumular lucros». Para a federação, a empresa

«sabia que a seguir aos anos bons vêm sempre anos maus, e também sabia que a concorrência ia apertar», pelo que devia ter apostado na sua modernização.

A FEQUIFA afirma ainda que a empresa não tem fundamento para proceder ao despedimento, já que não fornece dados que demonstrem a inviabilidade da fábrica de Albergaria, nem viabilidade da Caima sem aquela fábrica. A federação diz também que a empresa não provou que o encerramento da fábrica e o despedimento dos trabalhadores é uma medida inevitável. Deste modo, a FEQUIFA adianta que, «apesar da Administração invocar a crise e a concorrência, tudo indica que estamos perante uma decisão política, ligada com o já velho contencioso existente entre o Governo e a Caima por causa dos problemas ambientais».

Refira-se que os trabalhadores da fábrica de Albergaria decidiram por unanimidade deslocar-se ontem ao Governo Civil de Aveiro, a fim de sensibilizar o governador para a necessidade de defender os postos de trabalho.

TRABALHADORES



Carvalho da Silva afirmou em conferência de imprensa que as medidas anunciadas pelo Governo não trazem nada de novo

Propostas do Governo não resolvem desemprego

A CGTP-IN manifestou a sua grande insatisfação perante as propostas avançadas pelo Governo e patronato no sentido de resolver os problemas do desemprego no País.

Em conferência de imprensa dada na segunda-feira, após a reunião da Comissão Executiva da central sindical, Carvalho da Silva acusou o Governo e o patronato de quererem mais uma vez que sejam os trabalhadores a pagar os custos da crise. Como sublinhou o coordenador da CGTP-IN,

«o documento apresentado pelo Governo na concertação social não corresponde às promessas feitas inicialmente pelo Primeiro-Ministro», enquanto que as «principais reivindicações da CGTP-IN não tem até agora um mínimo de respostas satisfatórias».

A CGTP-IN defende a necessidade de medidas que ponham cobro à onda de despedimentos e encerramento de empresas, o fim do bloqueamento da contratação colectiva e da fuga fiscal, bem como reivindica

melhoria dos salários reais e mais justiça social.

No encontro com os jornalistas, a CGTP-IN criticou também o Plano de Desenvolvimento Regional (PDR), por considerar que se «distancia do País real apostando nalguns megaprojectos».

Para Carvalho da Silva, a anunciada criação de 100 mil postos de trabalho em seis anos não resolve a situação de desemprego do País porque, entretanto, continuam a perder-se milhares de postos de trabalho. Por outro lado, o dirigente sindical

afirmou que toda a lógica de especialização do PDR continua a apostar nos baixos salários.

A Comissão Executiva da CGTP-IN anunciou a realização em todo o País de uma «estafeta», que teve início na passada terça-feira e termina domingo próximo, para mostrar os problemas que afectam os trabalhadores dos vários sectores. A salvaguarda do aparelho produtivo, do emprego, da segurança social e saúde, e dos direitos dos trabalhadores constituem o lema da acção de protesto.

Patrões querem «flexibilizar» ainda mais

Como se não bastasse de «flexibilidade», isto é, como se o patronato não tivesse já toda a liberdade e meios legais para precarizar o emprego, despedir à direita e à esquerda, pagar salários com atraso, meter ao bolso os descontos dos trabalhadores para a Segurança Social, etc., eis que a CIP, Confederação da Indústria Portuguesa, etc., vem dizer, num aparente contra-senso, pelo menos para o comum cidadão, que só se pode combater o desemprego se se «flexibilizar o regime jurídico em vigor» para a cessação do contrato de trabalho e «alargar a possibilidade de recorrer ao contrato a termo certo».

Mas não basta que os portugueses com emprego tenham de ser contratados a prazo, para a CIP é preciso

ainda que seja regulado «de forma mais precisa o exercício do direito à greve», querem um outro «enquadramento» do lay-off que possibilite o «mais eficaz recurso a esta medida» e exigem a «possibilidade de realização de trabalho suplementar sempre que imperiosas necessidades da empresa o imponham».

Os industriais pretendem também «eliminar questões legais face ao trabalho nocturno» e «reduzir a burocracia e rigidez do regime actual de turnos rotativos e laboração contínua».

Tudo isto em nome de «uma racional e eficaz gestão empresarial» e, imagine-se, para combater o desemprego...

General Motors ameaça despedimento colectivo — trabalhadores já entraram em greve

A General Motors Portugal revelou que pretende encerrar as suas instalações na Abóbada «Armazém de Peças», até final de 1993, ameaçando despedir cerca de 50 trabalhadores.

Segundo indica uma nota do Sindicato da Indústria Metalúrgica e Metalomecânica do Distrito de Lisboa, «as razões invocadas pela empresa para o despedimento colectivo não têm fundamento, pois na fábrica da Azambuja, para os mesmos sectores de actividade, existem neste momento empresas a prestar serviço em regime de subcontratação».

Acresce que a General Motors Portugal pediu milhão e meio de contos aos Fundos Comunitários para uma nova linha de pintura, o que o Sindicato considera «incompatível com a destruição de postos de trabalho».

Neste momento, para além do despedimento colectivo, a empresa pretende ainda impor rescisões de contrato e transferência para a linha de produção da Azambuja. Contudo, o sindicato denuncia que pelas rescisões por mútuo acordo a empresa pretende pagar valores muito abaixo de outros anteriormente praticados, bem como está a discriminar trabalhadores com base na idade.

Na transferência para a linha de produção da Azambuja, a empresa quer obrigar os trabalhadores a aceitar o trabalho de dois turnos, recusando-se a pagar eventuais despesas de deslocação.

Os trabalhadores reunidos em plenário deram um prazo até 20 de Julho para que a administração desse resposta às suas reivindicações, mas face à recusa de negociações decidiram paralisar diariamente entre as 13.30h e as 15.30, no período de 26 a 30 de Julho.

ADUANEIROS SEM INDEMNIZAÇÕES

A esmagadora maioria dos aduaneiros despedidos na sequência da abolição de fronteiras ainda não recebeu o terço das indemnizações a pagar pelo Governo, como prevê a lei nos casos em que as entidades patronais não tenham condições para assegurar o pagamento por inteiro, denuncia uma nota do Sindicato dos Trabalhadores Aduaneiros em Despachantes e Empresas (STADE).

Entretanto, acrescenta o sindicato que a Inspeção-Geral do Trabalho está a fazer «contas ao tostão, desprezando em muitos casos a antiguidade dos trabalhadores», havendo casos em que os trabalhadores «por decisão patronal receberam um pouco mais do que a indemnização prevista na lei, mas esse excedente vai-lhes agora ser descontado na parte a pagar pelo Governo, enquanto que os que nada receberam só terão direito ao terço prometido».

Para o STADE, é absurdo que a Inspeção-Geral do Trabalho revele tal rigor em relação a entidades patronais que cumpriram com as suas obrigações, mas «não use o mesmo critério» relativamente a empresas que não pagaram «um centavo aos trabalhadores». O sindicato acusa o Governo de «má-fé, prepotência e falta de sensibilidade para a resolução de problemas tão graves como aqueles que afectam os trabalhadores aduaneiros».

MINISTÉRIO SEM DATA PARA ALJUSTREL

A delegação dos Mineiros de Aljustrel recebida na passada quinta-feira pelo secretário de Estado da Indústria, Luís Monteiro, foi informada que o Ministério «não tem qualquer indicação quanto à reabertura da mina».

Esta resposta não satisfaz os mais de 400 mineiros que vieram a Lisboa protestar e exigir a reabertura imediata da mina. Na acção, os mineiros denunciaram que «neste momento a empresa tem um prejuízo de 52 mil contos mensais só em salários, enquanto antes de ser encerrada o prejuízo era de 50 mil contos». Por outro lado, os mineiros recordam que foram investidos 17 milhões de contos há pouco mais de um ano num projecto de concentrados, inaugurado pelo ministro da Indústria, que considerou na altura que o projecto era viável».

Apesar disso, hoje, 350 mineiros estão em lay-off, tendo apenas ficado quatro operários a assegurar o trabalho. Assinale-se ainda que o encerramento definitivo seria fatal para a actividade da vila de Aljustrel que depende quase em exclusivo da mina.

SARDINHADA CONTRA 5%

Mais de uma centena de trabalhadores da Administração Local comeram sardinhas, pão e água frente ao Ministério das Finanças, numa acção que se destinou a protestar mais uma vez contra o aumento de cinco por cento imposto ao sector. Durante o «piquenique», os presentes empunhavam cartazes chamando a atenção para os resultados da política do Governo, quer no que se refere aos aumentos de miséria quer em relação à lei dos disponíveis e à privatização de serviços de recolha de lixo, saneamento básico e distribuição de água.

MOVAUTO EM LUTA CONTRA ENCERRAMENTO

Trabalhadores da Movauto concentraram-se na passada quinta-feira frente ao Governo Civil de Setúbal para alertar para a grave situação da empresa.

Segundo o anúncio feito pela administração, a Movauto encerrará as suas portas no final do ano, enviando para o desemprego 214 trabalhadores. Até ao momento, os trabalhadores não obtiveram qualquer resposta positiva no sentido de evitar o encerramento.

ENATUR CONTINUA EMPRESA PÚBLICA

A Federação dos Sindicatos da Hotelaria e Turismo de Portugal (FESHOT) regozija-se, em comunicado, com a decisão confirmada na passada semana pelo secretário de Estado do Turismo de manter a ENATUR como empresa pública. A nota conjunta da federação e da comissão de trabalhadores considera que tal decisão «permitirá garantir a manutenção dos postos de trabalho, o desenvolvimento do património histórico, arquitectónico nacional, elemento característico da imagem daquela empresa».

5.º ACAMPAMENTO DA INTERJOVEM

A Interjovem, organização juvenil da CGTP-IN realiza o seu 5.º acampamento nacional entre os dias 2 e 15 de Agosto, no Parque de Campismo do SITAVA, em Vila Nova de Milfontes, na costa alentejana. No âmbito do encontro, a Interjovem promove várias actividades, em que se destaca uma série de debates sobre o tema da solidariedade com os povos de Angola e Cuba, sobre a situação dos jovens trabalhadores no mercado de trabalho, o sindicalismo. A organização promete ainda levar a cabo diversas iniciativas desportivas.

NACIONAL

CNA preocupada com negociações em Bruxelas

Vinho português em perigo

A CNA - Confederação Nacional da Agricultura - exigiu terça-feira ao Governo que este tome medidas para fazer face às dificuldades do sector vinícola, «que se mantêm e agravam de ano para ano com preços de ruína e de miséria para os produtores e põem em causa o próprio futuro e a viabilidade das adegas cooperativas», segundo se afirma num comunicado datado desse dia.

A CNA diz que «é necessário acabar com as importações de vinho, com as negociações secretas da Comunidade Europeia da reforma da Organização Comum do Mercado do Vinho» que, no seu entender, «são uma facada nas costas dos viticultores portugueses».

A Confederação acusa o Executivo de Cavaco Silva

de nada ter feito que pudessem «atenuar» as dificuldades deste sector estratégico para Portugal. «A previsível quebra de produção para a próxima colheita não terá nenhuma influência na melhoria dos preços, visto estarem a ser importadas grandes quantidades de vinho de outros países, particularmente de Espanha e comercializado como vinho português», denuncia a nota.

A organização representativa de associações de agricultores manifesta as «maiores preocupações quanto à Reforma da Organização Comum do Mercado do Vinho (OCM) feita secretamente em Bruxelas nas costas dos viticultores portugueses sem que as suas organizações legítimas sejam ouvidas», entre as quais a própria CNA.

«O Governo está mudo e calado sobre esta importante questão, mas as notícias vindas a público em relação à OCM do Vinho vêm confirmar as preocupações da CNA de que algo está a ser tramado contra a viticultura portuguesa», refere o comunicado, que prossegue: «estamos desde já contra as destilações obrigatórias a preços de miséria. Estamos contra a adição de açúcar para fazer vinho, seja nos países do norte da Europa, seja nos países do sul».

Favores aos países do Norte

Para a CNA, «é um absurdo que se pretenda reduzir a produção de 15 a 20 por cento e ao mesmo tempo

continuar a autorizar a adição de açúcar para elevar a graduação de massas vínicas produzidas em regiões incapazes de uma produção natural de graduação alcoólica adequada».

O comunicado assinala o contra-senso em se impor o arranque de videiras de Portugal, sobretudo na região dos vinhos verdes por produzirem vinhos de baixa graduação, e se continue a permitir noutros países a obtenção de grau alcoólico à custa de açúcar de beterraba.

«É um atentado aos interesses dos viticultores do sul da Europa a proposta para acabar com as ajudas à utilização do mosto concentrado na correcção alcoólica dos vinhos e se continue a admitir uma elevação artificial do grau por via de um produto estranho à viticultura».

«Face a todos estes perigos que ameaçam a viticultura portuguesa, os viticultores devem considerar-se desde já em estado de alerta», diz a CNA que afirma



A CNA recela que a reforma do mercado do vinho repita a reforma da PAC: desvantagens para Portugal e favores aos países do Norte

que não quer que esta reforma da OCM seja a repetição da reforma da PAC.

«Corre-se o risco de que esta OCM do Vinho seja talhada à medida da Europa do Norte e também dos interesses dos grandes armazénistas, importadores e negociantes de vinho da Europa, em geral multinacionais,

como aconteceu com a denominação dos vinhos de Torres, por decisão da Comunidade, a favor da marca de um grande produtor e armazenista espanhol», conclui a nota que exige ao Governo que diga aos agricultores o que se passa, na realidade, com estas negociações.

Açores

Produtores de leite cobram dívidas

Várias centenas de agricultores da ilha de São Miguel, Açores, ocuparam a semana passada duas fábricas de lacticínios, na Ribeira Grande e em Ponta Delgada, despejando centenas de litros de leite pelo chão e envolvendo-se em confrontos com a polícia.

Os agricultores pretendiam reaver um subsídio comunitário que lhes devia ter sido entregue pelas empresas de lacticínios mas que estas, alegando dificuldades de mercado, têm-se recusado a entregar os montantes devidos.

Numa das fábricas, no entanto, agricultores e gerência chegaram a um acordo, comprometendo-se os últimos a pagar 40 escudos e 50 centavos por litro de leite entregue e a total entrega do subsídio comunitário devido, enquanto uma outra fábrica prometeu para

breve a entrega do dinheiro devido.

Entretanto a Confederação Nacional da Agricultura, CNA, solidarizou-se com os lavradores produtores de leite da ilha de São Miguel num comunicado onde se considera ser uma justa luta a acção de protesto ocorrida na quinta-feira passada na Ilha de São Miguel, contra a baixa do preço do leite à produção e pelo pagamento da ajuda compensatória à produção, instituída pela Comunidade Europeia, que chega às mãos dos lavradores através dos industriais de lacticínios.

A CNA repudiou a carga policial de que foram vítimas os agricultores, por ordem do Governo Regional, apesar deste «fingir que nada tem a ver com os problemas que estão na base dos protestos».

Quatro em cada cinco pensionistas recebem menos de 23 contos por mês

Mais de dois terços dos pensionistas do regime geral, em 1991, recebiam reformas que não excediam a pensão mínima, de acordo com dados do Centro Nacional de Pensões divulgados na segunda-feira pela agência LUSA. Segundo esses números, no conjunto da totalidade dos pensionistas portugueses, quatro em cada cinco recebiam abaixo dos 22 mil e 800 escudos, incluindo-se neste caso os beneficiários do regime especial dos rurais e da pensão social.

Em 1991, a pensão média em Portugal era de 20 contos mensais, mais do dobro da pensão média de 1986, que não excedia os nove mil e 600 escudos, mas abaixo do valor da pensão mínima do regime geral, que era de 22 mil e 800 escudos.

Segundo dados de 1991 do Centro Nacional de Pensões, recebiam a pensão mínima do Regime Geral 41,6 por cento do milhão 455 mil 963 pensionistas daquele regime e 26,9 por cento recebiam abaixo do valor mínimo das pensões de invalidez e velhice daquele ano (22 mil e 800 escudos) o que totaliza mais de dois terços (68,5 por cento).

Mas se considerarmos a totalidade dos dois milhões 212 mil 850 pensionistas existentes no fim de 1991, quase quatro em cada cinco (79,27 por cento) recebiam pensões que não iam além da pensão mínima do regime geral.

De facto, 27,39 por cento dos pensionistas recebiam a pensão mínima do Regime Geral, 17,67 por cento tinham pensões do Regime Geral abaixo da mínima (grande parte serão pensões de viuvez), 25,95 por cento pertenciam ao regime dos rurais, com pensão também inferior à mínima e 8,26 por cento auferiam a pensão social.

Ainda de acordo com números relativos a 1991, recebiam pensões superiores à mínima, mas inferiores a 50 contos, 3,04 por cento.

Entre 1986 e 1991, o número de pensionistas cresceu 12,9 por cento, mas enquanto se verificou um aumento regular nas pensões de velhice e sobrevivência, os pensionistas por invalidez cresceram até 1989 e a partir daquele ano começaram a diminuir, baixando 6,77 por cento entre 1989 e 1991.

António Murteira presta contas ao eleitorado

Prosseguir o trabalho em defesa do Alentejo e das populações

A vontade de manter um contacto regular e estreito com as populações do distrito de Beja e de levar os seus problemas e anseios à Assembleia da República voltou a ser reafirmada pelo deputado comunista António Murteira. Em conferência de imprensa realizada segunda-feira, convocada para dar a conhecer o balanço da sua actividade ao longo da sessão legislativa, o parlamentar do PCP anunciou ainda para breve a preparação do próximo ano parlamentar, apelando desde já à participação de todas as pessoas e entidades com críticas, opiniões e propostas no sentido de serem levadas à Assembleia da República.

Com uma intensa actividade distribuída por iniciativas legislativas com incidência de carácter nacional e regional, António Murteira destacou no primeiro caso o projecto de lei de Bases de Política Agrária e o Programa de Emergência para a Agricultura apresentados pela formação comunista, bem como os diplomas sobre a Caça, a situação dos idosos e a criação das regiões administrativas.

No plano regional, merecem realce no quadro das ideias, projectos e propostas defendidos pelo PCP a construção do empreendimento do Alqueva e do Plano de Rega do Alentejo, o Programa Integrado de desenvolvimento para o Alentejo, a construção dos grandes projectos estruturantes no âmbito e com fundos do novo PDR, a concretização da Regionalização e a aplicação integral da Lei das Finanças Locais.

De acordo com as declarações por si prestadas aos jornalistas, foram ainda

alvo da atenção de António Murteira as graves situações de natureza económica e social que têm vindo a ocorrer no distrito de Beja, resultantes de crises que atingiram empresas como por exemplo a "Pirites Alentejanas" ou a Odefruta em Odemira.

Realçados pelo deputado comunista, nesta "prestação de contas ao eleitorado, foram ainda os requerimentos apresentados ao Governo abordando questões de interesse para o distrito. Dessa longa lista destacamos os que disseram respeito ao Centro de Saúde de Moura e eventual maternidade; à situação na agricultura na Margem Esquerda do Guadiana; ao Hospital da Odemira, à Base Aérea nº 11 de Beja, à Região Demarcada do Presunto de Barrancos, à construção das barragens da Gema e do Monte Branco; à irrigação da Margem Esquerda do Guadiana no âmbito do empreendimento do Alqueva.

"Podemos afirmar com convicção que um futuro melhor está ao nosso alcance e que o distrito de Beja, como o Alentejo, só não está hoje num caminho dinâmico e promissor porque na Assembleia da República uma maioria parlamentar do PSD, completamente subserviente às imposições do Governo, está cega e surda à grave crise que esse Governo está a provocar no Alentejo, como por todo o País, e não aceita as propostas e soluções construtivas que o PCP tem apresentado", sublinhou António Murteira, antes de concluir que, por essa razão, a maioria governamental "está a prejudicar os alentejanos e o Alentejo".

Marinha Grande, salários europeus e campanha de promoção

Os deputados do PCP no Parlamento Europeu questionam regularmente os órgãos comunitários, em particular a Comissão Europeia, a propósito de temas e problemas de interesse nacional e internacional. Sendo uma forma de dar a conhecer e/ou chamar a atenção de tais órgãos para os referidos assuntos, servem também as perguntas, através das respectivas respostas, para conhecer a posição oficial das instâncias inquiridas sobre os temas em causa.

Regra geral, as respostas, tardam, mas acabam por chegar. E não raras vezes até são curiosas, pelo que de positivo ou negativo deixam transparecer. É o caso do "naípe" de perguntas e respostas de que a seguir se dá conta.



É só pedir

A Comissão estaria disposta a examinar as possibilidades de elaboração de um estudo sobre a situação sócio-económica da Marinha Grande, se as autoridades portuguesas fizessem um pedido nesse sentido - assim respondeu o Comissário Bruce Millan à questão do deputado Sérgio Ribeiro sobre a hipótese de financiamento de um estudo sobre a Marinha Grande.

Na exposição de motivos, para além da caracterização do concelho, o eurodeputado dava a conhecer a crise que se vive em vários sectores económicos da Marinha Grande, particularmente no vidro, "em virtude da ausência de uma política industrial e de mecanismos de protecção face à verdadeira invasão vinda de países do Leste europeu, da Turquia, do México, países que, além do dumping social, terão mecanismos de incentivos, nacionais e outros, de que Portugal abdicou, inclusive por efeito da política cambial".

As consequências desta situação, bem como as resultantes do encerramento da Fábrica-Escola Irmãos Stephens e do risco de encerramento de outras, com mil trabalhadores no activo, que sobrevivem não pagando à segurança social e começando a ter salários em atraso, justificam plenamente as preocupações expressas e a necessidade de "prevenir, conhecendo e actuando atempadamente". A fazer fé na resposta, o mesmo pensa o Comissário

Millan. É só o Governo solicitar o estudo para a viabilidade do mesmo ser considerada. A partir daí, seria certamente mais fácil a Comissão encarar a adopção "de medidas de prevenção, em concertação com o Governo português".

Níveis e desníveis

A Comissão Europeia, afirma o Comissário Christophersen, não tem conhecimento

de qualquer política oficial em Portugal que associe o apoio financeiro comunitário a qualquer norma salarial fixada pelo Governo. Não tem e é provável que não venha a ter, quanto mais não seja porque os regimes nacionais em vigor de apoio às empresas, bem como as alterações a introduzir em Portugal ou noutros pontos da Comunidade, foram ou deverão ser aprovados pela Comunidade.

Quer isto dizer que as declarações do ministro das Finanças português, condicionando a concessão de incentivos comunitários às empresas à observância, por estas, de taxas de aumentos salariais determinados pelo Governo, não chegam a Bruxelas, quer por não constarem da "política oficial", quer por estarem a resguardo do muito elástico "princípio da subsidiariedade".

A questão, levantada por Sérgio Ribeiro, não é de somenos. Para além de ser prática corrente do Governo, promove "uma dinâmica de desconvergência e de descoesão económica e social" que, na opinião do eurodeputado comunista, agrava os desníveis salariais existentes entre Portugal e os restantes Estados-membros.

A Comissão, através do Comissário Christophersen, tem sobre o assunto uma posição curiosa. Por um lado, desconhece, como se disse, a prática do Governo português nesta matéria. Por outro lado, não concorda que os desníveis entre os salários reais em Portugal e os praticados no resto da Comunidade se tenham agravado, afirmando mesmo que têm diminuído nos últimos anos.

A justificar esta opinião, refere que o ritmo de crescimento tem sido superior aos dos restantes países: de acordo com os cálculos elaborados pela Comissão, a remuneração real dos trabalhadores per capita aumentou em Portugal de 5,4 por cento

em 1990, 6,4 por cento em 1991 e cerca de 5,0 por cento em 1992, enquanto os valores correspondentes registados no conjunto da Comunidade foram de 2,8 por cento, 1,8 por cento e 1,3 por cento.

É evidente que o Comissário sabe que a inflação em Portugal se mantém a um nível muito superior à média comunitária. Também deve saber que, mesmo crescendo a um ritmo mais lento, os salários nos outros países da Comunidade estavam à partida muito além dos praticados em Portugal. Por isso mesmo é que se estranha a comparação feita e, sobretudo, a receita prescrita por Bruxelas para Portugal: é essencial que seja seguida uma política de moderação salarial em termos reais e nominais a fim de reduzir a inflação e, simultaneamente, preservar o emprego e a competitividade.

Os resultados desta política são bem diversos, com o emprego a diminuir e a competitividade a perder-se. Pelo que se compreende mal a insistência e a repetida afirmação de que a moderação salarial favorecerá a convergência real da economia portuguesa a médio e longo prazo.

A menos que o médio prazo seja muito, muito longo e o longo seja a perder de vista.

Promoções

A Comissão decidiu, faz tempo, "explicar aos europeus o Grande Mercado", o tal que devia ter entrado em vigor, em pleno, no início do ano e que continua a marcar passo excepto para o que respeita aos capitais. As "explicações" mais notórias ocorreram em França, logo a seguir ao referendo sobre Maastricht, de forma algo atabalhoada. O deputado Sérgio Ribeiro quis saber quanto custa esta promoção de imagem e qual o seu cabimento orçamental.

A resposta chegou há dias, por intermédio do Comissário João de Deus Pinheiro. Ficou-se então a saber que a difusão da campanha teve início, em determinados países, entre os quais a França, no final de Setembro de 1992, consistindo numa série de 100 "videoclips" a difundir diariamente nos últimos 100 dias do ano, numa contagem decrescente até à data do início do Grande Mercado.

Segundo Deus Pinheiro, várias cadeias de televisão europeias participaram no projecto, tendo a série sido difundida, até à data (16 de Julho), por oito estações em seis países.

A contribuição financeira concedida pela Comissão à sociedade de produção da referida série foi de 350 000 ecus, que segundo o Comissário representa "menos de um terço do custo total do projecto", sendo imputada na "rubrica orçamental B3-303 'Acções gerais de comunicação'". A campanha vai continuar até final de 1993.

Orçamento

O Conselho de Ministros do Orçamento da CE impôs quinta-feira reduções sensíveis aos montantes previstos no anteprojecto da Comissão para o orçamento geral da Comunidade para 1994. Os cortes impostos incidem nas chamadas despesas não-obrigatórias, particularmente nas áreas da formação profissional, protecção ao consumidor, energia e ambiente. Outras áreas afectadas, ainda que em menor escala, são a investigação científica, segurança nuclear e a política de informação e audiovisual.

Com os cortes agora efectuados, o projecto de orçamento ficou com os montantes de 72 407 milhões de ecus em créditos de autorização e de 69 011 milhões de ecus em créditos de pagamento, o que representa acréscimos de 7,7 e de 5,29 por cento, respectivamente, em relação ao orçamento deste ano. O montante global do projecto em apreço corresponde a 1,2 por cento do orçamento comunitário, incluindo já a dotação relativa ao chamado "Pacote Delors 2".

As áreas em que se registam aumentos de verbas são as destinadas aos fundos estruturais e às despesas agrícolas.

O documento deverá ser apreciado pelo Parlamento Europeu, em primeira leitura, na sessão plenária de Outubro.

Eleições

Os ministros dos Negócios Estrangeiros dos Doze acordaram a semana passada, em Bruxelas, rever os respectivos sistemas eleitorais de forma a torná-los compatíveis com as futuras regras das eleições europeias.

Reunidos em Conselho de Assuntos Gerais, os ministros referiram a necessidade de evitar a repetição (duplicação) de votos nas eleições de deputados para o Parlamento Europeu, pelo que importa clarificar em que condições se vão processar as eleições europeias de Julho de 1994.

Nos próximos meses, os Doze terão de adoptar as disposições técnicas e legislativas necessárias à compatibilização dos processos eleitorais normais nos respectivos países.

A Comissão Europeia foi entretanto mandatada para apresentar propostas concretas sobre os critérios de inscrição nos círculos eleitorais europeus dos eleitores comunitários residentes fora do Estado-membro de origem.

Birmânia

A CE exigiu a libertação imediata da líder da oposição birmanesa, San Suu Hui, que há quatro anos se encontra sob prisão domiciliária. Num comunicado divulgado em Bruxelas, os Doze exigem à Junta Militar o levantamento "imediato" de todas as restrições impostas a Suu Hui, galardoada com o Prémio Nobel da Paz em 1991, de forma a permitir "a sua participação no processo político".

O comunicado foi divulgado dia 20, altura em que se completaram quatro anos sobre a detenção da dirigente birmanesa. Apesar dos apelos de várias personalidades e organismos internacionais defensores dos direitos humanos, o regime militar prolongou a detenção domiciliária de Suu Hui por mais um ano.

No seu comunicado, os Doze afirmam que a libertação de Suu Hui (acusada de incitar à rebelião e de ter violado as leis de segurança) poderia abrir o caminho à "reconciliação nacional na Birmânia e para a formação rápida de um governo civil democraticamente eleito".

América Central

A ajuda comunitária à América Central está a ser posta em causa. Nos encontros realizados em Estrasburgo com a Junta Directiva do Parlamento Centro-americano, ficou a saber-se que as verbas disponibilizadas para apoiar e incentivar o desenvolvimento daqueles países não chega aos principais interessados (pequenos e médios camponeses e industriais). De acordo com as informações recolhidas, tais apoios são filtrados através de um processo intencionalmente burocrático que vai dos Bancos centrais daqueles países até à Banca privada, chegando aos produtores à taxa de juro anual de 28 por cento e 30 por cento, acompanhadas da exigência de garantias que implicam a hipoteca das propriedades rurais e urbanas.

Face à gravidade da situação, o eurodeputado Rogério de Brito questionou a Comissão sobre esta matéria, perguntando designadamente se a mesma tem conhecimento dos factos referidos, se tem exigido regras que impeçam tais actos de sabotagem à ajuda comunitária e como tenciona agir para evitar no futuro tais situações.

Menos vinhas

"A estabilização do mercado exige mais arranques de vinhas", afirmou há dias o Comissário europeu da Agricultura, Renné Steichen. Na opinião da Comissão, esta é a única forma de evitar que os excedentes de vinho na Comunidade rondem os 40 milhões de hectolitros no ano 2000. Os excedentes resultam da sobre-produção, agravada nos últimos anos pela redução do consumo e pelo aumento das importações de vinhos baratos países terceiros.

Os baixos custos de produção no Chile, Argentina, países do Leste europeu e EUA estão a provocar a perda de competitividade da Comunidade, ao mesmo tempo que os hábitos de consumo dos europeus se alteram: em cada ano, são consumidos menos dois milhões dos 190 milhões de hectolitros produzidos anualmente na CE.

Inflação estável

A taxa de inflação anual na Comunidade Europeia, em Junho último, manteve-se na ordem dos 3,3 por cento, revelou há dias o departamento de estatística de CE (Eurostat). Há um ano o índice de inflação era de 4,4 por cento.

Segundo os dados agora divulgados, Portugal detém a segunda taxa anual mais elevada - 5,5 por cento -, sendo ultrapassado apenas pela Grécia, que apresenta uma taxa de 15,8 por cento.

Os quatro Estados-membros onde, no primeiro semestre deste ano, os índices de preços no consumidor registaram maiores aumentos comparativamente a 1992, foram a Grécia (7,1 contra 5,7), a Alemanha (2,7 contra 2,3), o Luxemburgo (2,0 contra 1,6) e a França (1,5 contra 1,4).

O Eurostat revela ainda que a inflação média comunitária se mantém ligeiramente superior à dos Estados Unidos (3,0 por cento), mas continua a ser substancialmente mais elevada do que a registada no Canadá (1,6 por cento) e no Japão (0,9 por cento).

À excepção da Grécia, assinala aquele departamento, a inflação anual em todos os Estados-membros, bem como nos países membros da Associação Europeia de Comércio Livre (que pediram a sua adesão à Comunidade), não dista mais de 2,5 pontos da média comunitária.

INTERNACIONAL

Grã-Bretanha Major ganha votação mas perde apoios

Os britânicos estão cada vez mais descontentes com o governo conservador e com o seu primeiro-ministro John Major. De acordo com os resultados de uma sondagem divulgada no fim-de-semana pela imprensa britânica, o partido conservador foi ultrapassado pela oposição trabalhista por uma margem de 10 a 15 pontos.

O descrédito de Major, segundo um inquérito promovido pelo "Sunday Times", continua entretanto a aumentar dentro do seu próprio partido: apenas metade dos "torises" com assento na Câmara dos Comuns acredita que Major ainda estará à frente do partido quando forem convocadas as próximas eleições.

Na verdade, os ingleses não têm razões para estar satisfeitos. Para além da gravidade da crise económica que continua a afectar o país

sem que se vislumbrem sinais de recuperação, a vida política britânica viveu nos últimos dias uma das suas cenas mais degradantes, com os conservadores a mostrar que acima de tudo se preocupam em não perder o "tacho" de que ainda dispõem no poder. Foi a recente votação do tratado de Maastricht, que os chamados eurocépticos tentaram torpedear, a propósito da cláusula de excepção em relação às questões sociais negociada por Major. Um expediente que nada tem a ver com a defesa dos interesses dos trabalhadores ingleses, mas destinado unicamente a impedir a aprovação do tratado. A posição até poderia ter sido interessante, obrigando os Doze a rever toda a questão da união europeia, se fosse consequente. Mas não foi isso que se passou. A oposição à política de Major

desapareceu como por magia quando este, jogando tudo por tudo, ameaçou com eleições antecipadas caso perdesse a moção de confiança apresentada nos Comuns. No curto espaço de 24 horas, os deputados deram o dito por não dito e aprovaram a estratégia do primeiro-ministro por 339 votos a favor contra 299.

O governo mantém-se no seu precário equilíbrio e os deputados conservam os lugares, mas a opinião pública não deixou de reagir. Uma sondagem Gallup encomendada pelo "Sunday Telegraph" revela que os conservadores recebem hoje apenas 31 por cento das intenções de voto, bem longe do "Labour" (trabalhistas), que recebe o apoio de 46 por cento do eleitorado. Por seu turno, o Partido Liberal Democrático recolhe 20 por cento das intenções de

voto, indo o restante para outros pequenos partidos.

Apesar destas sondagens, os trabalhistas não estão melhor cotados do que os conservadores na confiança dos britânicos, que os não encaram como verdadeira alternativa. Embora setenta por cento dos inquiridos se confessem desiludidos com a liderança de Major, 56 por cento estariam na disposição de lhe dar mais uma oportunidade. E isto apesar de também uma sondagem do "Market and Opinion Research International" dar aos trabalhistas 44 por cento de apoio, dez pontos à frente dos conservadores (34 por cento).

Para já, Major ganhou uma batalha, mas ninguém duvida de que há muito começou a perder a guerra dentro do seu próprio partido. Aguardam-se as cenas dos próximos capítulos.

Armas

Os EUA mantiveram-se, no ano passado, como o principal fornecedor de armas aos países do chamado Terceiro Mundo, revelou há dias uma investigação do Congresso norte-americano.

Segundo o relatório sobre a matéria, as vendas de armas norte-americanas em 1992 aumentaram 56,8 por cento face a 48,9 por cento em 1991, sendo a tendência para continuarem a aumentar. O documento assinala a discrepância entre o apoio norte-americano à limitação da corrida armamentista a nível mundial e a necessidade da indústria de armas dos EUA em conseguir mais mercados para fazer face à redução do orçamento da Defesa do país, bem como as fricções entre os EUA e a Rússia resultante de Washington pretender impedir Moscovo de vender armas aos países do Terceiro Mundo considerados "desestabilizadores".

O aumento das vendas de armas norte-americanas durante o ano passado resultou das encomendas feitas por Taiwan (6400 milhões de dólares), Arábia Saudita (4200 milhões de dólares) e Kuwait (1100 milhões de dólares).

O estudo revela, por outro lado, que a França, segundo abastecedor mundial de armas ao Terceiro Mundo, vendeu em 1992 um total de 3800 milhões de dólares, o Reino Unido 2400 milhões de dólares no mesmo período, Rússia 1300 milhões, Alemanha 700 milhões, Espanha 600 milhões, Itália 400 milhões, Israel 300 milhões, Irão 200 milhões e China 100 milhões.

Somália

O secretário-geral adjunto da ONU responsável pelos assuntos humanitários, Jan Eliasson, criticou a semana passada a operação da ONU na Somália (Onusom) por estar a "marginalizar" a ajuda humanitária.

Segundo Eliasson, "acções militares contínuas em Mogadíscio podem ter por resultado a marginalização da dimensão humanitária da missão das Nações Unidas na Somália", pois a desproporção entre os programas de reabilitação do país e os desenvolvidos pela operação militar podem levar a que esta última venha a ser considerada "como um fim em si mesma".

Cada vez que a comunidade internacional gasta um dólar a favor da acção humanitária, dez dólares são consagrados à protecção militar, disse aquele responsável, acrescentando que apenas 15 por cento dos 166 milhões de dólares previstos para o programa de reabilitação e de ajuda foram desbloqueados até agora, enquanto 1500 milhões de dólares deverão ser gastos a favor das operações militares num período de 12 meses.

Coreia do Sul

Cerca de dois mil polícias sul-coreanos entraram na fábrica de tanques militares da empresa "Hyundai" na cidade de Changwon, para pôr termo à greve dos 1600 trabalhadores por aumento de salários e melhores condições de trabalho. A polícia, que utilizou gás lacrimogénio, deteve cerca de sessenta trabalhadores.

A greve foi considerada ilegal, já que a lei sul-coreana proíbe as greves em todas as fábricas da indústria de defesa, designadamente na fábrica da "Hyundai".

Entretanto, em Ulsan, os representantes dos trabalhadores e a administração da fábrica de carros da "Hyundai" daquela cidade chegaram a acordo para pôr termo a uma greve que durava há 36 dias; o acordo prevê um aumento salarial de 4,73 por cento (um limite estabelecido pelo governo), para além de subsídios de alojamento e bonus anuais.

No primeiro trimestre deste ano a economia sul-coreana registou um aumento de 3,3 por cento, a sua mais baixa taxa de crescimento dos últimos dez anos.

Brasil

Cerca de 100 milhões de pessoas passam fome no Brasil, denunciou recentemente o bispo da cidade de Duque de Caxias, Mauro Morelli. Segundo o prelado, que preside ao Conselho Nacional de Segurança Alimentar (um organismo criado pelo governo brasileiro com a participação de Organizações Não-Governamentais para combater a fome no país), a principal causa do flagelo é a estrutura centralista do Estado.

Criticando a centralização do Poder, o bispo afirmou que o Brasil vive sob "uma ditadura económica" e que o Estado "funciona apenas para uma minoria e não cumpre a sua função social".

Sublinhando que "a miséria impede a democracia", o bispo defendeu que, para se encontrar o caminho da democracia e da paz social as autoridades devem solucionar problemas prioritários, como os dos menores carentes.

Japão

O primeiro-ministro japonês, Kiichi Miyazawa, demitiu-se na passada quinta-feira do seu cargo de presidente do Partido Liberal Democrata (PLD), na sequência dos resultados das eleições legislativas de dia 18. Pressionado pelo PLD, que venceu as eleições mas perdeu a maioria absoluta que detinha há 38 anos, Miyazawa foi forçado a demitir-se, mas permanece na chefia do governo até à nomeação do novo primeiro-ministro, que deverá ocorrer na sessão extraordinária da Câmara Baixa do Parlamento a iniciar no próximo dia 2 de Agosto.

Genebra

Coreia do Norte e EUA debatem desnuclearização

As negociações para a desnuclearização da península da Coreia conheceram mais um avanço no encontro realizado entre delegações da República Popular Democrática da Coreia (RPDC) e dos Estados Unidos, de 14 a 19 de Julho, em Genebra.

Nesta segunda ronda das negociações, ambas as partes reafirmaram os princípios da Declaração conjunta RPDC/EUA de 11 de Junho último.

Num comunicado conjunto divulgado à imprensa, refere-se o empenhamento dos EUA nas garantias contra a ameaça e emprego da força, incluindo as armas nucleares.

Segundo o texto, as partes consideraram positiva a intenção da RPDC de substituir os actuais reactores de grafite e respectivas instalações nucleares por reactores de água leve. Neste contexto de regularização do problema nuclear e no pressuposto de que é viável uma solução relativa ao

aprovisionamento de reactores com água leve (LWR), os EUA estão dispostos a apoiar a introdução de LWRs e a estudar com a RPDC os meios pelos quais as LWRs podem ser obtidas.

Os representantes dos dois países acordaram ainda que a aplicação completa e imparcial das garantias da Agência Internacional da Energia Atómica (AIEA) é fundamental para o estabelecimento de um forte sistema internacional de não-proliferação nuclear. Nesta base, a RPDC está pronta a começar o mais depressa possível as consultas com AIEA no respeitante às garantias e outros problemas em suspenso.

A RPDC e os EUA sublinharam ainda a importância da aplicação da declaração conjunta Norte-Sul sobre a desnuclearização da península coreana, ao mesmo tempo que a RPDC se reafirma pronta a

começar, o mais depressa possível, as negociações Norte-Sul sobre os problemas bilaterais incluindo as questões nucleares.

A RPDC e os EUA acordaram voltar à mesa das negociações dentro de dois meses para discutir os problemas nucleares em suspenso, incluindo as questões técnicas respeitantes à introdução das LWRs, e criar as bases necessárias à melhoria das relações entre os dois países.

40º aniversário

A República Popular Democrática da Coreia assinalou anteontem, 27 de Julho, o 40º aniversário da vitória na guerra de libertação nacional.

Recém-libertada da colonização japonesa, a jovem República teve de enfrentar a agressão norte-americana. Fê-lo com sucesso, mas passados 40 anos do cessar-fogo na

Coreia a península continua a viver a tragédia da divisão e a pressão da forte presença militar dos EUA na Coreia do Sul.

Num comunicado divulgado a propósito, a RPDC salienta que é hoje "anacrónico" tratar da questão coreana "a partir de uma posição de força" e com base no espírito "da época de guerra fria", quando ganha força o desejo de "reunificação pacífica".

Para a RPDC, "os EUA, como responsáveis directos do problema coreano, devem desempenhar um papel positivo na reunificação". Nesse sentido, "devem respeitar o acordado entre ambas as partes", designadamente o "Acordo sobre a reconciliação, a não agressão, a colaboração e o intercâmbio" entre o Norte e o Sul, bem como a "Declaração conjunta sobre a desnuclearização da Península Coreana" e "retirar sem demora as suas tropas da Coreia do Sul".

O Presidente russo, Boris Ieltsin, interrompeu no domingo as suas férias regressando a Moscovo, devido à "perigosa situação política que o país atravessa".

Na passada sexta-feira, o movimento "Rússia Democrática" enviou a Ieltsin um telegrama pedindo-lhe que interrompesse as férias porque em Moscovo "estava em preparação um golpe de Estado". Aparentemente, trata-se de mais uma escalada na tensão entre o governo e o parlamento, no momento em que este abriu um inquérito por corrupção ao primeiro vice-primeiro-ministro, Vladimir Chumeiko. Entretanto, em Moscovo, o Banco Central decidiu retirar de circulação as notas de rublo emitidas entre 1961 e 1992, o que está a provocar grande descontentamento popular.

Na foto, o 1º de Maio à moda de Ieltsin.



Cuba 40 anos depois de Moncada a Revolução resiste

O apoio popular à revolução cubana tem sido uma constante. Cerrar fileiras e resistir continua a ser a palavra de ordem

Cuba comemorou o 40º aniversário do assalto ao Quartel Moncada, que a 26 de Julho de 1953 marcou o início da revolução cubana, num momento particularmente difícil da sua história. Com a economia estrangulada pelo bloqueio económico imposto pelos Estados Unidos e em vigor há 30 anos, os cubanos travam hoje uma verdadeira luta pela sobrevivência. Uma situação tanto mais dramática quanto consciente de ser provocada pela intransigência da maior potência mundial apostada em impor a Cuba o seu próprio modelo.

Ao grande vizinho do Norte nunca incomodou a ditadura de Batista, derrubada pelas armas pelo movimento revolucionário dirigido por Fidel Castro. Como o não incomodaram, ao longo de décadas, as várias ditaduras que fizeram da América Latina um antro de corrupção, com o seu rol terrível de miséria, subdesenvolvimento e morte. Tal como não o incomodam hoje, na nova correlação de forças a nível mundial, todas as ditaduras e todos os regimes onde o desrespeito pelos direitos humanos é internacionalmente reconhecido.

Mas Cuba incomodou e continua a incomodar. Tanto, que mesmo depois do colapso dos regimes de Leste, de graves consequências na economia cubana, os EUA deram à luz a famigerada lei Torricelli, verdadeiro atentado ao direito internacional, impondo sanções a quantos se "atrevesssem" a "violiar" o embargo comercial a Cuba.

E tudo, diz-se - e repete-se em muito órgão de comunicação social, incluindo portugueses - em nome da democracia.

Que democracia é essa que condena um povo a morrer de fome e de doença?

Que democracia é essa que faz regredir um povo, roubando-lhe as conquistas alcançadas pela revolução e que faziam dele um caso único na América Latina?

Que democracia é essa que os exilados cubanos

ensaiam em Miami a ponto de terem transformado a zona na de mais elevados índices de violência, droga, prostituição, marginalidade?

Que têm afinal os EUA para oferecer em troca da revolução cubana?

Exemplos

A situação que se vive na América Latina é a melhor resposta a todas as questões anteriormente postas. O Presidente cubano, Fidel Castro, recordou-a recentemente no Fórum de S. Paulo, que juntou em Havana cerca de uma centena de representantes de partidos de esquerda da América Latina, das Caraíbas e de outros continentes, tal como o tinha feito antes no Brasil, na cimeira Ibero-americana.

No Rio de Janeiro, é bom lembrar, Fidel pôs o dedo na ferida: **nunca antes houve mais pobres e marginalizados no nosso continente, nunca antes os países latinoamericanos foram submetidos a um maior saque; nos últimos doze anos, no pagamento dos juros da dívida externa e as perdas associadas ao intercâmbio desigual, a América Latina gastou 700 mil milhões de dólares. E a famosa dívida, apesar disso, eleva-se a mais de 450 mil milhões.**

Incómodo, como sempre, Fidel lembrou à cimeira que **os défices comerciais parecem, o produto por habitante equivale ao de há 15 anos, o ingresso de**

capitais não compensa nem remotamente as verbas sugadas e remetidas para o exterior desde 1980.

Acresce, como se isto fora pouco, que as soluções aplicadas aumentaram a desigualdade e agravaram as condições de vida da grande maioria da população. A pobreza crítica estendeu-se a quase metade da população latino-americana, o desemprego aumentou, o salário real diminuiu. Mais de oito milhões de crianças menores de cinco anos estão subalimentadas e cerca de 700 mil morrem anualmente antes de atingir essa idade. A população e a marginalidade aumentam de forma explosiva nas grandes cidades. Acelera-se a degradação do meio ambiente. Cresce a violência e a insegurança social. O narcotráfico, fomentado do exterior por um mercado insaciável e incontrolado, consolida-se como um sistema supranacional de corrupção e crime.

Solidariedade

A incómoda intervenção de Fidel - a que Mário Soares teve a falta de senso de chamar "patética" - foi ainda mais longe ao fazer notar que, na reunião de Tóquio, os nossos problemas nem sequer foram considerados.

Ou ainda quando recordou que mais de 400 milhões de latino-americanos não têm um único representante no Conselho de Segurança das Nações Unidas, esse órgão a partir do qual os poderosos pretendem hoje governar o mundo.

Fidel terminou a sua intervenção falando de Cuba, brutalmente bloqueada, fustigada e ameaçada, porque é pequena, porque

tra o imperialismo e as suas tentativas de impor a sua "nova ordem" exploradora e opressora.

O criminoso bloqueio imposto a Cuba pelo imperialismo norte-americano está a causar ao povo cubano extraordinários sacrifícios, colocando ao PCC e ao poder popular tarefas inéditas de extraordinária complexidade. Mas é profunda convicção do PCP que o povo cubano, contando com a solidariedade das forças amantes da liberdade e do progresso social em todo o mundo, defenderá a sua soberania nacional e as extraordinárias conquistas do socialismo.

Podeis estar certos, queridos camaradas, da solidariedade de sempre dos comunistas portugueses e da classe operária e dos trabalhadores de Portugal.



quis a justiça social, porque não se rende.

Para Cuba pediu solidariedade. Conseguiu-a, ainda que de forma envergonhada, na referência que o documento final da cimeira ibero-americana faz ao boicote dos EUA a Cuba, sem os nomear. Manifestamente pouco para quem, como afirmou Fidel no Fórum de S. Paulo, vive um "verdadei-

ro pesadelo", num "mundo unipolar sob a égide dos Estados Unidos".

Amargo, o dirigente cubano disse em Havana: "Estamos sós e há quatro anos que lutamos sozinhos". Uma acusação à hipocrisia de governos e instâncias internacionais a mando dos EUA, que não à luta dos povos que continuam a apoiar a heroica luta do povo cubano e com

ele se identificam nos seus ideais.

O cerco a Cuba aperta-se. As medidas agora anunciadas para conter o estrangulamento económico, de que falaremos em próxima edição, são de consequências imprevisíveis. Mais do que nunca Cuba precisa de solidariedade. É hora de dizer *Presente!*

Israel ataca Líbano invocando artigo 51

Israel desencadeou no passado domingo uma operação militar contra o Líbano que provocou já dezenas de mortos e mais de uma centena de feridos. Designada "Ajuste de contas", a operação foi justificada por Israel ao Conselho de Segurança da ONU, ao fim de três dias de ataques, como resultante do exercício do seu "direito à autodefesa conforme o artigo 51 da Carta das Nações Unidas".

O 'argumento' - o mesmo invocado pelos EUA para o último ataque a Bagdad - foi apresentado na carta entregue pelo representante israelita na ONU, Gad Yaacobi, onde são inumerados os "ataques do Hezbollah e outras organizações terroristas" contra as suas posições no Sul do Líbano (zona ilegalmente ocupada por Israel) e povoações no Norte de Israel.

Ao mesmo tempo, em Telavive, o responsável pela diplomacia, Shimon Peres, convocou o corpo diplomático, a quem informou que "todas as operações estavam antecipadamente previstas e têm em conta possíveis desenvolvimentos". Afirmando que os bombardeamentos ao Líbano têm o duplo objectivo de "atingir directamente os que nos atacam" e forçar os "habitantes do Líbano e os Governos árabes" a tomar medidas contra as forças anti-israelitas, Peres garantiu que Israel domina a situação.

Diferente é naturalmente a versão libanesa, que acusa as forças israelitas de bombardearem não apenas as zonas fronteiriças do Sul, mas também o Norte e o Leste do país. Na madrugada de segunda-feira, um ataque a um campo de refugiados palestinos, perto de Tripoli, provocou pelo menos sete mortos

e vinte e dois feridos. Dezenas de aldeias e outros campos de refugiados foram igualmente atacados. Notícias oficiais divulgadas em Beirute dão conta que "os israelitas atacam directamente e de forma deliberada as ambulâncias e os socorristas da Cruz Vermelha" que cumprem a sua missão humanitária.

A operação "Ajuste de contas" levou o Líbano a pedir uma reunião de emergência do Conselho de Segurança da ONU. Segundo o responsável libanês, Farès Boueiz, "se o Conselho de Segurança não se reunir e se as suas resoluções não forem respeitadas, isso significará que é incapaz de cumprir com as suas obrigações". O que a acontecer, como é mais provável, nada teria de novo. São inúmeras as resoluções da ONU que Israel não respeita sem que por isso seja de algum modo penalizado.

Até ao momento, o secretário-geral da ONU, Butros Ghali, limitou-se às declarações do costume: "profunda preocupação", apelos à "contenção" das partes e lamentos pelas "vítimas inocentes". O representante de Bill Clinton para o Médio Oriente, Warren Christopher, já responsabilizou por seu lado o Hezbollah, afirmando que "não devemos deixar que os opositores ao processo de paz o ponham em perigo".

A operação "Ajuste de contas" pode pois continuar, a coberto do artigo 51, invocado por um país que esqueceu todos os outros que lhe não convêm e que continua impunemente a afirmar, e a levar à prática, o seu desejo de criar o "Grande Israel".

No Médio Oriente nada de novo, portanto, e no Conselho de Segurança pelos vistos também não.

Saudação do PCP ao PC de Cuba

Queridos camaradas,

Por ocasião do 40º aniversário do assalto ao quartel Moncada, acontecimento de grande significado político na luta do povo cubano e de todos os povos da América Latina pela sua libertação, transmitimo-vos as calorosas e fraternais saudações dos comunistas portugueses.

A coragem revolucionária, dignidade e patriotismo que animou em 1953 os combatentes de Moncada na luta pela conquista da liberdade e anima hoje os comunistas e o povo cubano na sua heroica luta em defesa da sua pátria socialista, constitui um exemplo e um incentivo valioso para a luta dos trabalhadores e dos povos de todo o mundo pela liberdade e o progresso social, con-

GÁS NATURAL

Muito se tem falado da introdução do gás natural no nosso país. A questão é antiga mas ganhou, recentemente, um novo fôlego por razões que se prendem com a forma irresponsável como o Governo tem conduzido o processo. Entre as vantagens do projecto, largamente publicitadas, o destaque vai para as possibilidades que este oferece em termos de contributo real para o crescimento económico e modernização do País.

A questão, todavia, não é linear. Muita coisa está por clarificar, a começar pelo próprio custo de unidade energética por combustão, esclarecimento sem o qual é quase impossível determinar neste momento se "os inconvenientes do projecto neutralizam ou não as suas vantagens".

Esta indefinição não é porém a única que está por esclarecer num processo que tem sido marcado por debilidades várias, desde a ausência de estratégia até à falta de transparência, cuja responsabilidade é

imputada por inteiro ao Governo PSD de Cavaco Silva. A Federação dos Sindicatos da Química, Farmacêutica, Petróleo e Gás, em recente conferência de imprensa, pronunciou-se sobre o assunto e não poupou críticas ao Executivo pelas suas opções e pela sua conduta, que apelidou de "irresponsável", e que em sua opinião "agravam a nossa dependência do exterior".

Num extenso documento assinado pelo seu Conselho Nacional, a FEQUIFA aborda detalhadamente esta matéria, chamando a atenção para questões fulcrais, como sejam: a questão da nossa dependência externa em termos energéticos, a questão do futuro consórcio, ou a questão do financiamento para os investimentos. Foi esse documento que serviu de base para elaborar as respostas às 16 perguntas que se enumeram nesta páginas. É um contributo essencial para o esclarecimento de um assunto de grande importância que diz respeito a todos os portugueses.

16 questões fundamentais

1. Quais as vantagens da utilização do gás natural?

A introdução do gás natural no nosso país tem sido apontada como factor indispensável para o progresso e desenvolvimento económico. É certo que a utilização do gás natural tem vantagens específicas e pode, nas condições portuguesas, proporcionar contributos reais para ajudar o País a modernizar-se. No entanto, nas mesmas condições, pode igualmente vir a ter efeitos perversos.

De todas as misturas comercializadas de hidrocarbonetos, o gás natural é aquela que produz combustão menos poluente e com melhor rendimento.

Outra vantagem historicamente associada ao desenvolvimento do consumo de gás natural é a possibilidade de desenvolvimento em grande escala de redes de distribuição de gás combustível canalizado.

2. Essa é uma vantagem específica do gás natural?

Não. Mesmo em Portugal, nas condições actuais, é lícita a interrogação se o propano canalizado não poderá vir a competir com o gás natural, e, sob certas condições, tornar-se mais vantajoso.

Na realidade, mesmo tendo em conta o carácter menos poluente da sua combustão, as vantagens do gás natural só serão decisivas se o seu custo por unidade energética após combustão, considerando todas as suas componentes no sentido mais amplo, seja de facto inferior ao dos outros combustíveis. Esta afirmação tem de ser considerada, não só no momento da introdução do gás, como durante toda a vida útil do projecto, ou seja, claramente acima dos vinte anos.

3. O gás natural não é, pois, a única alternativa...

Na situação actual não se pode considerar que esta questão esteja clarificada. Os inconvenientes do projecto podem muito bem neutralizar as suas vantagens, ou até pior.

4. O Governo tem uma estratégia definida para a introdução do gás natural no nosso país?

Depois de várias peripécias e quando o Governo já tinha dado como praticamente concluídas as negociações com o consórcio escolhido para a implementação da rede primária do gás natural (a NATGAS), eis que se verifica a ruptura e tudo volta à estaca zero.

Afinal, apesar do optimismo do Governo, o fracasso das negociações veio pôr a nu as verdadeiras debilidades da acção do Governo nesta matérias.

5. Quais são essas debilidades?

O Governo nunca apresentou publicamente quaisquer estudos, nem sequer elementos de suporte quantificados, sobre as metas previstas, a curto, médio e longo prazo, para o crescimento do consumo de energia, bem como sobre a evolução tendencial de outras fontes energéticas e as respectivas formas de complementaridade; com excepções do segmento respeitante ao consumo doméstico, o Governo também não determinou quais os outros segmentos que vão utilizar prioritariamente o gás natural, designadamente quais as indústrias a reconverter numa primeira fase.

É, pois, lícito criticar o Governo pela ausência de um planeamento tecnicamente rigoroso e politicamente transparente. Mas será esta posição do Executivo surpreendente quando também nunca definiu qualquer plano de desenvolvimento estratégico no que concerne à indústria nacional?

6. Há outros exemplos que testem essa ausência de planeamento?

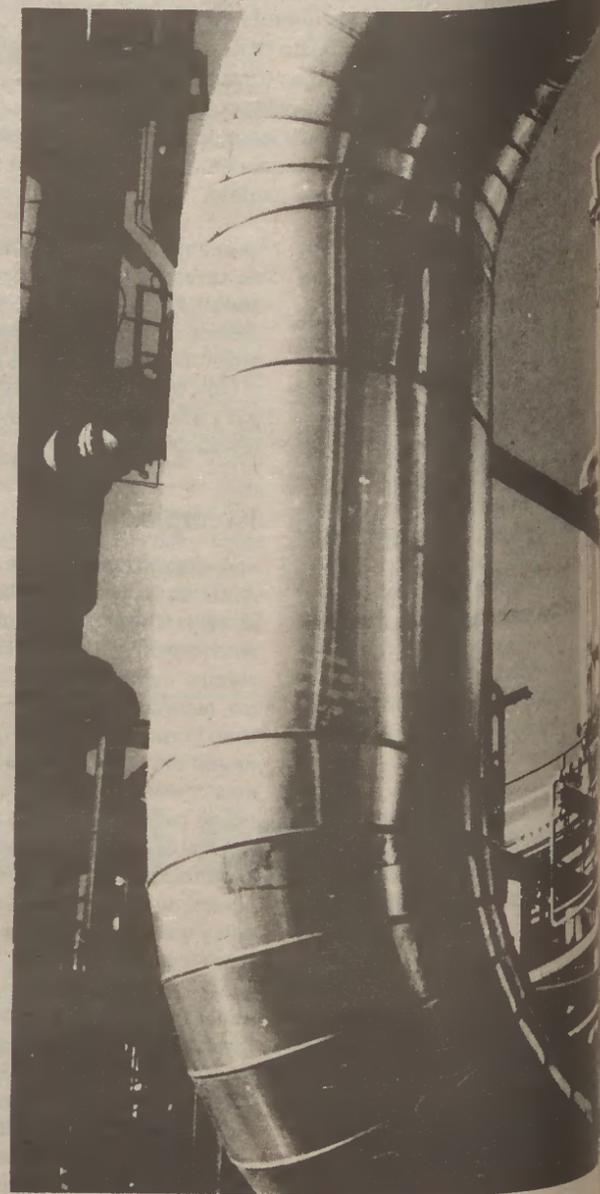
Essa ausência ficou igualmente demonstrada com as indefinições do Governo relativamente às centrais eléctricas de ciclo combinado, da Tapada do Outeiro e da Figueira da Foz. Este ponto é tanto mais importante quanto se tem afirmado que o projecto de gás natural só terá viabilidade com a construção destas duas centrais, uma vez que 70 por cento do consumo na fase inicial do projecto será aí absorvido.

Ora o Governo não deu até hoje uma resposta conclusiva sobre se vai mesmo incentivar a construção da central da Figueira da Foz, assim como não disse claramente se esta indefinição condiciona ou não o projecto da introdução do gás natural, na configuração aprovada, e, se sim, em que moldes o condiciona.

Lembre-se que um dos primeiros consórcios interessados no concurso (Briths Gás/Shell) acabou por desistir devido a estas indefinições, e que foi este também um dos argumentos invocados pela Gaz de France para justificar a ruptura das negociações com a EDP e a tutela representada pelo Ministério da Indústria.

7. A transparência esteve sempre presente ao longo deste processo?

O Governo nunca fundamentou de modo convincente por que razão a Comissão Interministerial de Avaliação fez recair a sua escolha no consórcio liderado pela Gaz de Fran-



ce. O processo foi desde o início fortemente contestado e as desavenças entre o ministro da Indústria e o então secretário de Estado da Energia comprovam que faltou transparência, indiciando que aquilo que deveria ser um concurso público com regras claras e bem definidas se transformou, afinal, num negócio privado jogado entre membros do Governo.

Por outro lado, entre as razões possíveis que levaram à escolha da Gaz de France, há indícios de que teria sido sobrevalorizado o facto de aquela empresa francesa ter manifestado anteriormente a intenção de vir a concorrer à futura privatização da Gás de Portugal.

A confirmar-se que o Governo tomou como prioridade o negócio da privatização da GDP, em prejuízo de uma avaliação mais geral e rigorosa dos projectos apresentados pelos diferentes concorrentes, então a irresponsabilidade do Governo é ainda maior.

8. Quais as consequências dos vários impasses no desenvolvimento do projecto?

Dos sucessivos impasses e bloqueamentos do processo negocial com a Gaz de France resultaram atrasos de vários meses, com consequências negativas no aproveitamento integral dos Fundos Comunitários colocados à disposição do País.

Dado o forte atraso no nosso desenvolvimento, este facto é muito grave e é também demonstrativo da má governação.

Mas em termos de prejuízos há ainda que referir o agravamento dos custos de investimentos já iniciados nas redes de distribuição regional, uma vez que os atrasos na construção da rede primária e, consequentemente, os atrasos na chegada ao País do gás natural, vai onerar substancialmente os encargos financeiros desses investimentos; custos que vão ser suportados em primeiro lugar pelas empresas distribuidoras, mas que mais tarde se farão repercutir no preço ao consumidor.

Em conclusão, a ausência de uma estratégia sólida, transparente e com base num planeamento correcto dos interesses do País, colocou o Governo mais uma vez numa posição de completa submissão aos interesses das multinacionais estrangeiras.

RAL

Opções do Governo agravam dependência externa

útil do investimento porque as companhias concessionárias, quer para a rede de alta pressão quer para redes de distribuição regional, vão actuar, de facto, em regime de monopólio nas respectivas áreas e, tecnicamente, não será fácil aos consumidores mudar de combustível, sem que façam as necessárias reconversões, com os condicionalismos a ela inerentes.

11. *E como estamos em matéria de flexibilidade e segurança no fornecimento do gás?*

O Governo, em face do mau desempenho na condução deste processo e das consequências muito negativas que daí resultaram quer em termos de atrasos e custos quer quanto à credibilidade junto das instâncias comunitárias, vem agora falar numa "reconfiguração do projecto" que, segundo ele, permitiria recuperar atrasos e até facilitar a obtenção de maiores apoios financeiros da Comunidade Europeia.

Na verdade, o que este "novo" figurino representa é o "Projecto Ibérico" idealizado pela Espanha e através do qual a nossa dependência será ainda maior.

12. *De que maneira se pode traduzir essa dependência?*

Aumentam as incertezas quanto aos prazos estabelecidos, pois são menores as possibilidades do Governo português poder decidir e controlar os prazos do projecto, designadamente a data de chegada do gás a Portugal.

Aumentam as possibilidades de inviabilizar a construção do terminal de Setúbal (a Espanha tem já em construção o terminal de Ferrol, na Galiza).

Aumentam as possibilidades das reservas estratégicas ficarem situadas em Espanha, onde já existem importantes reservatórios e outros estão em fase de construção.

13. *E quanto à questão dos preços?*

Este é um ponto em relação ao qual o Governo denota muitas indefinições, designadamente sobre: o preço de compra do gás natural; as tarifas a aplicar nos vários segmentos; os custos operativos e de manutenção em todo o processo (transporte, recepção, armazenagem, regaseificação e distribuição).

É caso para perguntar, aliás, como seria possível o Governo ter estudos credíveis sobre estes pontos quando em poucos dias muda de um projecto para outro substancialmente diferente. Entretanto, no que respeita ao preço na fonte, sabe-se que tem sido prática corrente da empresa argelina estabelecer contratos de fornecimento sob uma forma chama de "take or pay", o que na prática se traduz, para o consumidor, na obrigação de pagar quer utilize ou não o volume de gás previsto, por ano, nesses contratos (aliás, há indícios claros de que o chamado "problema da partilha de riscos", o qual constitui um dos pontos em que esbarraram as negociações entre a NATGAS e a EDP, sob a tutela do Governo, teve a ver precisamente com aspectos de "take or pay", capazes de se repercutir no preço da energia eléctrica fornecida pelas centrais de ciclo combinado).

14. *Há ideias concretas quanto ao futuro concessionário para a rede de alta pressão?*

As indemnizações quanto ao âmbito e à constituição do futuro consórcio são a prova cabal de que o Governo continua a não ter ainda ideias concretas sobre o desenvolvimento deste projecto.

Num dia diz que são dez as entidades que irão integrar o consórcio; no dia seguinte afirma que serão doze, mas o que é certo é que não se conhecem nem a maior parte dessas entidades, nem a forma dos respectivos envolvimentos no projecto.

Mas, o que surpreende ainda mais é o Governo vir admitir agora que o Gaz de France volte a participar no projecto. Depois de tudo o que se passou com a GDF, esta posição do Governo revela até que ponto está enfraquecida a sua capacidade negociadora.

15. *E quanto ao financiamento dos investimentos?*

Os investimentos são muito vultuosos. À data da ruptura das negociações NATGAS/EDP, o consórcio da NATGAS ainda não tinha conseguido garantir o correspondente financiamento.

Trata-se de um problema real e não é de pôr de parte que se transforme num obstáculo gerador de atrasos e sobrecustos.

Em conclusão, a opção agora apresentada pelo Governo agrava a nossa dependência do exterior, principalmente da Espanha, e vai facilitar a ocorrência de maiores atrasos no projecto, com consequências muito negativas nos custos financeiros de investimento; no bloqueamento de decisões sobre novos investimentos industriais projectados para o consumo de gás natural e na elaboração dos Planos de Desenvolvimento Regional (PDR); na manutenção de preços muito elevados da energia fornecida às pequenas e médias empresas, etc.

A falta de melhor argumentação, o Governo veio dizer que esta opção é importante porque permite um maior envolvimento e participação de Portugal no desenvolvimento das redes europeias do gás natural. Nada mais demagógico: não só não nos é conferido qualquer poder de decisão nesse âmbito, como acabamos por perder aquele pouco que ainda tínhamos.

Ou não foi, afinal, o ministro da Indústria o primeiro a afastar a opção agora tomada pelo Governo, quando há quatro anos atrás apresentou razões de ordem económica e de independência externa para justificar a inviabilidade dessa mesma opção?

16. *Em suma, como classificar o comportamento do Governo em todo este processo?*

O Governo foi totalmente irresponsável na forma como conduziu e está a conduzir o processo do gás natural.

Os principais responsáveis ministeriais nesta matéria estão sob suspeição de estarem submetidos a compromissos alheios ao interesse nacional.

As acusações trocadas entre o ministro da Indústria e o anterior secretário de Estado da Energia, bem como a nomeação do secretário-geral do PSD para Presidente do Consórcio que vai ser criado, revelam bem a promiscuidade existente entre o negócio económico e o negócio político.

Mas o povo português tem o direito a estar informado e a ter uma palavra a dizer numa decisão política de tão grande importância, cujos impactes condicionarão, para o bem e para o mal, o futuro de várias gerações.

Sindicatos querem debate nacional

A realização urgente de um debate nacional sobre os condicionalismos da introdução do gás natural no nosso país e das melhores soluções a encarar, constitui uma das exigências da Federação dos Sindicatos da Química, Farmacêutica, Petróleo e Gás.

Para o Conselho Nacional da FEQUIFA, importa ainda que a Assembleia da República "assuma as suas competências", averiguando das responsabilidades do Governo e fiscalizando os seus actos nesta matéria, devendo nesse sentido criar uma Comissão com as correspondentes competências.

De acordo com as declarações dos seus dirigentes em conferência de imprensa, a FEQUIFA reclama também que seja garantida a maioria de capitais públicos no futuro consórcio a constituir, por forma a que seja salvaguardada a defesa dos interesses nacionais.

Um apelo dirigido ao Presidente da República no sentido de que este não promulgue o diploma sobre as bases para a concessão do gás natural é igualmente feito pelos dirigentes sindicais, que sustentam esta posição na consideração de que o diploma "é contrário aos interesses do País e à independência nacional".

9. *Neste quadro, Portugal poderá ver diminuída no futuro a sua dependência energética do exterior?*

Apesar dos erros cometidos, o Governo parece não querer retirar deles os ensinamentos necessários. Assim, em vez de aproveitar um momento particularmente favorável ao lançamento do grande debate nacional que nunca foi feito (nunca tanto se falou e escreveu sobre o gás natural e nunca tanta gente e entidades se mostraram tão sensibilizadas para esta discussão), o Governo tirou da cartola, quase espontaneamente, uma "nova" opção; tão "nova" que quatro anos antes já o ministro Mira Amaral tinha dito que não prestava.

Como é sabido, Portugal é fortemente dependente do exterior em muitas áreas, mas com particular evidência nas vertentes alimentar e energética. Tendo em conta esta realidade, uma preocupação fundamental a considerar numa estratégia para a introdução do gás natural no nosso país é, forçosamente, definir-se todas as possibilidades de salvaguardar o fornecimento, transporte e distribuição desta fonte energética em moldes que façam diminuir esta dependência.

No entanto, pelo que já se conhece através da divulgação pública do próprio Ministério da Indústria, corre-se o risco da nossa dependência não diminuir como, pelo contrário, poder vir a agravar-se.

10. *Qual é a situação actual no que se refere às fontes de fornecimento e ao transporte?*

Quanto à(s) fonte(s) de fornecimento, durante um tempo indeterminado haverá um único fornecedor, a Argélia.

Quanto ao transporte, a opção pelo gasoduto do Magreb coloca-nos na dependência de mais dois países, Marrocos e Espanha. Entretanto, o atraso ou até mesmo o abandono pela opção, complementar, da importação do gás liquefeito por via marítima, pode vir a constituir uma interrogação importante quanto à competitividade do gás natural, não tanto no início da sua exploração comercial, mas no horizonte mais largo da vida

EM FOCO

A DROGA EM PO

Droga - uma palavra que entrou no quotidiano dos portugueses e que é motivo de preocupação de todos e de angústia e desespero para milhares de famílias.

Assumindo no mundo a dimensão dum autêntico flagelo social a toxicoddependência e o narcotráfico constituem também um gravíssimo problema da sociedade portuguesa que não pára de se agravar. Todos os índices o comprovam. Apreensões, processos, condenações, número de presos, registo de toxicoddependentes, número de mortes por causas ligadas com a droga têm disparado nos últimos anos.

Mas, para além das estatísticas, por trás de cada toxicoddependente há um percurso

de sofrimento pessoal e das respectivas famílias que configura uma dimensão humana que nos toca enquanto Partido que tem sempre no centro da sua acção política os problemas das pessoas, a luta por uma sociedade mais justa.

A situação a que se chegou em Portugal e as perspectivas do seu agravamento exigem um forte alerta da sociedade portuguesa e a

definição duma estratégia para combater a toxicoddependência e o narcotráfico.

O PCP tem tido uma intervenção consequente alertando para o problema, suas causas e consequências e propondo medidas. Em Maio do ano passado realizou um debate nacional sobre este tema e em Junho deste ano promoveu um importante seminário sobre o branqueamento de capi-

Debater... mas combater o flagelo

Em Portugal, pese embora a ausência de dados oficiais e o seu deficiente tratamento, factos pelos quais não pode deixar de ser responsabilizado o consulado de 13 anos do PSD e que contribuem para a ainda escassa consciência social a este respeito e a comprometida ausência de resposta do Governo, vai-se alargando o conhecimento da dimensão do problema da droga.

É o brutal agravamento do tráfico e consumo de drogas, 10 a 12 vezes em 10 anos, os cerca de 120 000 toxicoddependentes, os mais de 250 milhões de contos gastos em drogas, os 400 ou 500 mortos/ano por causa directa de droga, a escassez de meios de resposta oficial, com o miserável orçamento de 380 000 contos do Projecto Vida, ou as ínfimas 50 camas do Estado para tratamento e apoio à reinserção social de toxicoddependentes.

Em todos os dias novos dramas humanos, que nos batem ou ameaçam a porta e elementos estatísticos mais actuais nos confrontam com o agravamento do flagelo.

São as alarmantes notícias de que 10% da nossa juventude pode estar tocada pela droga, ou de que 90% da criminalidade tem por causa directa a droga.

São acréscimos de 33% no número dos processos por tráfico de drogas da responsabilidade da GNR e de 16% da

Polícia Judiciária (PJ), a apreensão de mais 72% de cocaína pela PJ e mais 51% de heroína pela PSP, o acréscimo galopante de índices de criminalidade intimamente ligados à toxicoddependência: mais 39% de furtos e roubos e mais 13% de assaltos segundo a PSP, mais 25% de assaltos à mão armada segundo a GNR ou mais 25% de roubos com violência e mais 56% de assaltos segundo a PJ - tudo isto de acordo com o Relatório de Segurança Interna e referente ao período 91/92.

Perante este avassalador estado de coisas, os poucos profissionais de prevenção, tratamento e reinserção social de toxicoddependentes e de combate ao narcotráfico não dispõem de mais que o seu esforço, dedicação e saber, pois escasseiam os meios, os apoios e a compreensão da sociedade e do Estado que deviam merecer.

Estão confrontados com o diminuto sucesso da sua actividade, resultado frequente das esmagadoras dificuldades, da falta de legislação e vontade política do Governo, da incapacidade de respostas da comunidade internacional, do peso da teia dos capitais e corrupções da droga, e tudo isto enredado numa política hipócrita que não assume efectivamente o combate ao grande negócio da droga, não apoia os países produtores para reverter a sua economia, não

combate os mecanismos e cartéis financeiros que lhe estão associados, não elimina as raízes sociais dos fenómenos de toxicoddependência, não previne, não trata e não recupera as vítimas da droga. Neste quadro, confrontados com o quase abandono a que são votados por uma política que com poucos escrúpulos, se chama a si mesma "de combate à droga", não admira que os profissionais desta área se interroguem seriamente sobre a validade do seu trabalho, não admira que alguns desistam e outros resvalam para as teses da liberalização do consumo e venda de drogas, na esperança - quanto a nós vã - de obterem dessa forma as vitórias que pelo actual caminho - o do proibicionismo hipócrita - teimam em fugir-lhes.

Porque é esta a situação da droga no nosso país, porque é este o quadro de incertezas e aflições é evidente a necessidade duma grande discussão nacional - envolvendo todos os interessados, todo o tecido social.

Um debate efectivamente despenalizado, sem preconceitos, nem tabus, frontal, mesmo duro se for necessário, já que é crua e agressiva a realidade da droga.

Mas não um debate paralisante, não um debate que sirva de "justificação" ao vazio de conceitos e medidas e à falta de vontade política no combate à droga em que se

A quem interessa o tráfico de estupefacientes

A repressão ao tráfico ilícito de estupefacientes tem atingido, até ao momento, apenas consumidores e produtores. No entanto, o mercado está dominado por organizações de crime organizado com indispensáveis aliados: bancos e instituições financeiras, meios políticos e económicos.

Sem dúvida, nunca houve por parte da Comunidade internacional, uma vontade tão intensa de pôr cobro a estas situações: a Comunidade Europeia, o Conselho da Europa, a Organização das Nações Unidas, os países da América Latina estão no rasto dos narcotraficantes.

Uma série de acções testemunham esta orientação: a criação de um Grupo de Acção Financeira Internacional (GAFI); a criação de um Comité Europeu de Luta contra a Droga (CELAD); a guerra aberta contra o cartel de Medellín (na Colômbia); o escândalo da ministra suíça (Elizabeth Koopp); os recentes acontecimentos em Itália (demissões de ministros, prisões de "mafiosos").

O consumo e o tráfico tornaram-se, a partir de meados dos anos 70, o principal objecto dos sistemas de justiça penal, a proliferação da toxicoddependência, o desenvolvimento do crime organizado, a delinquência e a corrupção, a isso obrigam.

No ano de 1992, a ONU atribuiu ao tráfico de droga e ao branqueamento de capitais daí provenientes o segundo lugar no volume de negócios, a seguir ao tráfico de armas (cerca de 300 mil milhões, a 500 mil milhões de dólares). A Conferência de Estrasburgo realizada em 28 e 29 de Setembro de 1992 estimava que, por ano, são "lavados" na Europa 600 a 800 milhões de dólares.

Repressão e procura

A inigualável rendibilidade do mercado negro da droga, o seu carácter transnacional, a sua capacidade de reestruturação, a potencialidade de um mercado apoiado não só pelos consumidores, mas também pela transformação de consumidor em traficante, a facilidade do contrabando, fazem desta

actividade uma organização criminosa diferente de todas as outras.

Não é possível aplicar-lhes as habituais categorias da política criminal. Cada êxito parcial da repressão a nível da oferta fortalece o mercado negro. Os economistas referem, a este propósito, a lei da curva não elástica da procura: apreensões de 10% do volume da droga existente no mercado, determinam aumentos de preços superiores a 10%, dando aos vendedores lucros ainda mais elevados.

Outra característica comum ao comércio da droga e ao branqueamento do dinheiro consiste no facto destes crimes não terem vítima: o comprador de droga satisfaz uma necessidade, o banco realiza lucros. Existe uma cumplicidade entre consumidor, traficante, agente financeiro, difícil de romper.

Tradicionalmente, o dinheiro proveniente da droga é reinvestido noutros sectores ilegais, como o jogo e a prostituição e em sectores económicos particularmente "úteis" ao tráfico e branqueamento: o turismo, a construção civil, as empresas de transportes, a especulação de terrenos, as actividades químicas e farmacêuticas, o negócio de arte, e o jogo legal, são bons exemplos.

Os grandes traficantes usam canais intermediários para transformar, exportar ou importar e vender drogas e outros canais completamente distintos para gerir e aplicar o lucro. Os verdadeiros branqueadores fazem, também eles, questão de negociar com os intermediários que lhes entregam o dinheiro, acabando por criar um fosso entre eles e os vendedores da droga.

Códigos de conduta

Um dos problemas que se coloca na tentativa de avaliação da difusão do crime organizado ligado ao tráfico de droga reside no facto das "organizações" criminosas actuarem no mais profundo secretismo constituídas por "famílias" (com hierarquia, código de conduta, violência, lei do silêncio, etc.) que controlam um território onde estabelecem regras.

"Lavar" e "reciclar" constitui o objectivo dos traficantes. O dinheiro proveniente das vendas tem de ser depositado em pequenas partes em contas já abertas, reagrupadas noutras contas, em nome de intermediários cúmplices e investindo noutras actividades, tudo ao abrigo do secretismo a que estão obrigadas as entidades bancárias ou equiparadas. É claro que agentes seguradores, outras entidades financeiras, salas de mercados, etc., são também meios possíveis de branqueamento.

Este dinheiro é hoje depositado nos chamados "paraísos" bancários e fiscais, onde a prática do sigilo bancário e comercial absoluto; a carga fiscal baixa; a estabilidade política; redes de comunicação eficazes: aeroportos; telecomunicações, etc.; livre circulação de capitais e de todo o tipo de transacções, não importando em que divisa; assistência técnica para a constituição de sociedades, sem controlo e com o mínimo de formalidades: bancos, companhias "off shore", sociedades fiduciárias, etc., existem efectivamente.

Europa é alvo prioritário

Na Europa, nada melhor do que a Suíça, o Luxemburgo ou o Mónaco; fora da Europa: Panamá, Hong-Kong, Libéria, Bermudas, entre outros, que de resto detêm actualmente cerca de 1/5 do total mundial dos depósitos bancários no exterior.

Mas na verdade a Europa constitui neste momento um alvo prioritário para os traficantes, que nos últimos anos redobram aqui a sua actividade. Portugal é também já "usado", veja-se as recentes notícias vindas a público (por exemplo, no Expresso de 12.2.93 "Muitos bancos de Portugal lavavam dinheiro da droga") e as chamadas "Zonas Francas" da Madeira e de Stª Maria (Açores).

Recentemente foi publicado o Decreto-Lei nº 15/93, de 22 de Janeiro, em vigor desde 22 de Fevereiro, que revê a legislação do combate à droga com base em documentação internacional, nomeadamente na Convenção relativa ao Branqueamento, Despistagem, Apreensão e Perda dos Produtos do

PORTUGAL

tais oriundos do tráfico ilícito de estupefacientes. A sua acção persistente na Assembleia da República, nas autarquias e no movimento popular é relevante e conhecido um sensível incremento, sendo de destacar a apresentação de um projecto de lei que propõe a adopção de medidas de prevenção do consumo de drogas e de tratamento e reinserção local de toxicode-

pendentes e de outro que visa a criação de uma rede de serviços públicos para o tratamento e reinserção social do toxicodependente.

Este dossier é um contributo do "Avante!" para o conhecimento da gravíssima situação existente e constitui mais um alerta para permitir que se vá mais longe na adopção de medidas urgentes para enfrentar este flagelo.

atola o Governo e os seus costumados "compagnons de route".

Um debate que não esbraceje quilómetros de caracteres sobre o problema da liberalização ou penalização, discutido como qualquer categoria filosófica mais ou menos abstracta e não como um flagelo social, um problema global da humanidade que carece de soluções globais.

Um debate que procure soluções para atalhar as causas internacionais da produção de drogas e as causas sociais de toxicodependência, para prevenir, tratar e reinserir os toxicodependentes, para defender a sua saúde e a saúde do tecido social, para combater a marginalidade e a criminalidade associada às drogas, os cartéis do crime, as actividades financeiras e especulativas de lavagem de lucros, mas também o "pequeno tráfico" que vai corrompendo o tecido social.

Se debater o problema da droga é um imperioso dever de consciência, combater o flagelo, sem tréguas ou hipocrisias, sem quimeras ou imponderáveis esperanças na "liberalização", é uma questão de elementar autodefesa da humanidade.

Carlos Gonçalves

Estupefacientes?

Crime, de 8 de Novembro de 1990, aprovada pelo Conselho da Europa e a Directiva do Conselho das Comunidades Europeias de 10 de Junho de 1991, sobre a prevenção da utilização do sistema financeiro para efeito de branqueamento de capitais, fica, no entanto, demasiado afastada.

Já em Abril deste ano, foi apresentada pelo Governo uma Proposta de Lei (Nº 52/VI) que pretende restringir-se à matéria sobre a "prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais", mais uma vez com base na tão citada Directiva nº 91/308/CEE de 10 de Junho que foi aprovada pela Assembleia da República no período de boicote dos jornalistas, estando em elaboração o respectivo decreto-lei. É urgente que se entre numa fase de análise e discussão séria do problema, tanto mais que os bancos, outras entidades financeiras ou seguradoras não podem fugir à cooperação internacional no combate ao tráfico de grande escala e à desmontagem da estrutura financeira, sem prejuízo das relações de confiança entre estas entidades e os seus clientes, tem de ser encontrado um ponto de equilíbrio que contribua para a prevenção, têm de ser definidos critérios de procedimentos práticos em relação aos controlos fronteiriços, técnicas de aplicação financeira, formação de quadros de pessoal, das entidades envolvidas, responsabilização individual dos funcionários, mecanismos de controlo das entidades bancárias, previsão de mecanismos automáticos de denúncia, etc.

Neste sentido, a nível internacional, além das já citadas Convenção do Conselho da Europa e Directiva Comunitária, existem a Convenção das Nações Unidas, de 20 de Dezembro de 1988 (sobre o tráfico ilícito de estupefacientes), a Declaração de Princípios de BALE, de Dezembro de 1988.

Têm de ser repensadas medidas legislativas e de controlo com vista à luta contra a droga, contra o crime internacional organizado e a sua introdução no circuito económico legal, o qual é utilizado para a reciclagem e branqueamento e contra todos os que beneficiam dos elevados lucros do tráfico ilícito de estupefacientes.

Ana Serrano

EM FOCO

COMBATE AO TRÁFICO

Experiência de uma Freguesia

Quando, há alguns dias atrás, uma jovem mulher me procurou para denunciar uma situação verificada no seu prédio, que supunha estar relacionada com problemas de tráfico e consumo de drogas, não pude, mais uma vez, evitar um cáldo sentimento de satisfação e, no íntimo, a convicção de que, mais cedo ou mais tarde, vai ser possível enfrentar com êxito esta calamidade.

Há três ou quatro anos atrás, ou talvez menos, esta cena seria impensável. Por medo ou comodismo - e, também, por profundo desconhecimento da situação - ninguém se atreveria a contactar um simples presidente de Junta e confiar-lhe dados desta natureza.

Graças a atitudes deste género, tem sido possível identificar um conjunto de situações e determinar operações que já conduziram à captura de meliantes ligados ao tráfico de drogas. Tão importante quanto isso, é a capacidade que a comunidade adquiriu para não "admitir misturas", segregando os elementos nocivos, o que impede contágios e, naturalmente, resulta em acção preventiva para as camadas mais jovens, isto é, a capacidade que as pessoas já têm para distinguir e referenciar todos aqueles que se dedicam ao tráfico de rua, isolando-os, expondo-os e incomodando-os na sua degradante actividade. Por outras palavras: da impunidade pura e do "direito adquirido" para traficar quando e onde se quisesse, passou-se para uma atitude de clandestinidade também moral.

Hoje, quem for visto a frequentar certas esquinas e a conviver com certos indivíduos, já não pode alegar acaso ou distração, porque são apontados a dedo e referidos pelos nomes e alcunhas os elementos que, localmente, gravitam na órbita do "pó" e do "haxe". De facto, os pais estão avisados e avisam os filhos dos perigos de passar em certos locais ou conviver com certos indivíduos; saber que um familiar frequenta determinados sítios ou convive com determinada gente, pode ser - e normalmente é - sinal que algo vai mal com ele.

Ultrapassou-se a impunidade com que se difundia o consumo e aliciavam os desprevenidos.

Todos os dias nos chegam dados sobre viaturas, moradas e procedimentos, e sabemos que muitos outros (e, às vezes, até protestos menos cordatos) chegam às forças de segurança, exigindo mais e melhor actuação. Assim, um espírito de guião, embora ainda incipiente, está a formar-se momeadamente entre a população e a autarquia, o que significa, antes de tudo, que se começou a perder o medo e a entender que a resolução do problema passa - e tem forçadamente que passar - por todos nós, tanto mais que, actualmente, ou se vive com um toxicodependente na família, ou se vive no pavor de que tal possa acontecer.

Afinal, que fez a Junta de Freguesia de tão transcendente? De transcendente, nada! A Junta limitou-se a trazer o problema para a discussão pública; fê-lo em linguagem acessível e directa, não se perdendo em análises sociais ou conversas platónicas, e recusou as masturbações intelectuais que a propósito deste drama muitas inteligências cultivam. A Junta chamou as coisas pelos seus nomes e explicou que não é a população que deve esconder-se e sofrer em silêncio os seus pavores, mas sim os traficantes que não têm o direito de mostrar-se, de agredir e de agir impunemente.

A Junta deu o exemplo da coragem e da não aceitação de tabus, e disse aos pais e aos jovens quem eram e como agiam os seus inimigos. A população entendeu, e consequentemente, está a deixar de ser passiva. Dobrada a esquina do medo, apareceu o tigre de papel.

Isto não significa a vitória para amanhã; não me iludo a esse respeito. Mas isto significa que se vencer o cabo da Boa Esperança, se cada um de nós assumir as suas responsabilidades, designadamente a nível das autarquias.

João Carlos Lopes Pereira
(Presidente da Junta de Freguesia de Paio Pires)

Prevenir! Prevenir! Prevenir!

Algumas ideias sobre a prevenção da toxicodependência

O PCP tem, desde sempre, vindo a prestar a maior atenção aos gravíssimos problemas relacionados com a toxicodependência e o narcotráfico em Portugal.

Com esta contribuição hoje apenas queremos relembrar algo de muito importante e nunca repetido vezes de mais.

Prevenir é possível, tratar é difícil e os êxitos totais são raros.

Não vamos então referir tratamento, muito menos teorias sobre desintoxicação ou técnicas de acompanhamento de ex-toxicodependentes que são acções a desempenhar em locais e por técnicos de saúde especializados.

Queremos apenas destacar a importância que tem na prevenção o trabalho notável feito pela CDU em autarquias (juventude, cultura, desporto, património, etc.) e referir experiências de prevenção que estão a ser desenvolvidas a nível autárquico, nomeadamente através da Câmara PCP-PS de Lisboa, assim como algumas noções de prevenção na família que aliás se podem e devem interligar.

A Família actual, nomeadamente das grandes cidades, têm com frequência, falência de modelos, há falta de "heróis" em casa (depois procurados na rua, no grupo...). O pai está muitas vezes "ausente"... O diálogo, a comunicação na família, primeira forma de Prevenção estão muito perturbados ou são inexistentes.

Como mostrava recentemente na TV um anúncio exemplar, se os pais não conseguem comunicar com uma criança de seis, oito ou dez anos não é quando ela for adolescente - aos quinze, dezasseis que o irão conseguir! De facto se se espera que os filhos tenham problemas para com eles comunicar, para os ajudar, para agir, vamos provavelmente, já deparar com adolescentes fechados ao diálogo.

Hoje em dia acentuam-se cada vez mais, as dificuldades de comunicação

na família, as situações de stress, acumulam-se com causas socioeconómicas evidentes: desemprego, falta de habitação condigna, trabalho precário, baixos salários, tempo em transportes arrasante, dificuldades na obtenção do primeiro emprego, etc., etc.

O adolescente, mais do que nunca, vai procurar fora da família, no Grupo, o apoio, o diálogo, o modelo, os "heróis".

Mas que Grupo? O da colectividade, o da Comissão de Jovens lá na freguesia, o deste ou daquele desporto, o dos amigos encontrados nas actividades dos tempos livres da Escola ou o grupo da "passa", do "charro"? São opções diferentes, qualquer delas é uma opção, um "em vez de ..." em que a Família e não só, pode intervir.

A Prevenção requer diálogos, mensagens que para as crianças deverão ser mais suaves, mais "doces", mais informativas e para os adolescentes mais "duras" e realistas, mas requer principalmente o dar outras opções.

A Câmara de Lisboa, da coligação "Por Lisboa" PCP-PS, tem vindo a desenvolver várias acções nomeadamente através dos pelouros, dirigidos por membros do PCP, de Juventude e Desporto e também do Ambiente (fomentando o desporto infantil e juvenil, ajudando as colectividades - o exemplo dos Jogos da Cidade é notável), assim como a diversificação da oferta de espaços na cidade para a ocupação dos tempos livres dos mais jovens.

O Plano Municipal de Prevenção da Toxicodependência este ano dispõe de 150 mil contos (é sempre pouco, mas, se compararmos com a ajuda e apenas para o combate ao consumo, que o Estado, p. ex., despendeu em 1992 e mesmo assim com uma parte de dinheiros comunitários...)

Este Plano nasceu em 1990 da necessidade de envolvimento do Município de Lisboa em acções preventivas que contribuam para a diminuição de com-

portamentos juvenis que possam levar ao uso de drogas.

Temos consciência que é um Plano a longo prazo, pouco rentável politicamente, que exige descentralização, pois é através das freguesias que a comunidade pode ser mais facilmente chamada a intervir.

Neste Plano, a estratégia da CMI, é privilegiar as Juntas de Freguesia com potencialidades para a permanente mobilização dos jovens, dando-lhes condições para desenvolver projectos em que elas próprias acreditam. Incentivou-se as Juntas de Freguesia para se articularem com as estruturas privadas ou estatais já implantadas no terreno.

Definiu-se as zonas da cidade em que esta intervenção se tornava mais prioritária e conseguiu-se a adesão de cada vez maior número de freguesias, que em 1991 já eram dezassete.

Actualmente os exemplos de intervenção são positivos - 71% dos responsáveis locais e dos técnicos fazem uma avaliação positiva.

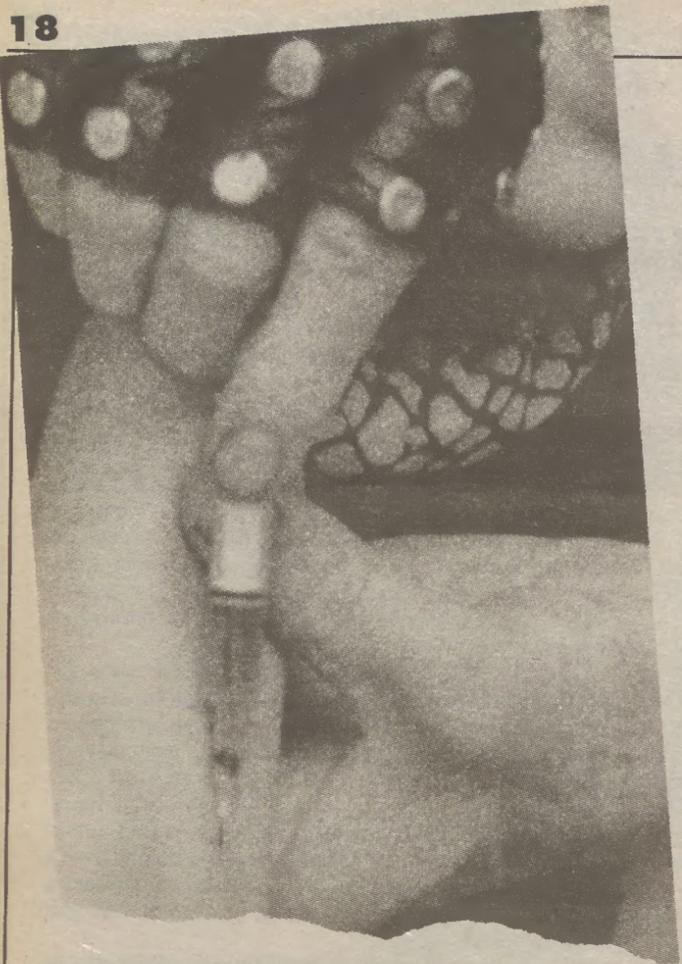
As associações, colectividades ou sociedades recreativas, desportivas e culturais intervenientes vão aumentando.

Estes são bons exemplos do que é actuar na Prevenção da Toxicodependência. A colaboração das famílias, das escolas, das colectividades, no sentido de participação, da utilização dos meios alternativos à opção droga é fundamental.

Interessar desde muito cedo as crianças, os jovens em actividades agradáveis, saudáveis, de competição, participar nos grupos, nos jogos da nossa freguesia, da nossa Autarquia é PREVENÇÃO.

Todos podemos e devemos fazer PREVENÇÃO, ela é um desafio para cada um de nós!

Graça Mexia
Psicóloga, membro da Assembleia Municipal de Lisboa



A DROGA EM PORTUGAL

Algumas estatísticas

Quantificar o fenómeno da toxicodependência e do narcotráfico é um exercício sujeito ao risco de erros por defeito, ou de avaliações parcelares e de pouco rigor.

Os números publicados pelas várias fontes oficiais não reflectem a real dimensão do problema, referindo unicamente amostragens de um contexto de contornos indeterminados.

Conhecem-se os milhares de quilogramas de droga apreendidos anualmente pelas Forças de Segurança e combate ao narcotráfico, mas constata-se que representam apenas a ponta do iceberg, 7, 10 ou 12% dos valores reais da droga circulante. Contabiliza-se o total dos presumíveis infractores, identificados como traficantes ou

consumidores; quantos os processos, as condenações e as penas segundo os anos, mas cada ano que passa os números reflectem menos a verdadeira imagem do tráfico e do consumo.

As estatísticas dão conta do atendimento aos toxicodependentes que recorrem às Instituições Públicas, mas nada dizem quanto à sua deficiente capacidade de resposta, às exíguas 50 camas de internamento de que dispõem, à irregular cobertura do país e, como consequência, quantos são excluídos ao necessário tratamento e apoio.

Interrogamo-nos ainda sobre os números não divulgados e, n estatística oficial - quantos os toxicodependentes recuperados e inseridos socialmente após anos de funcionamento de Instituições para tal vocacionadas.

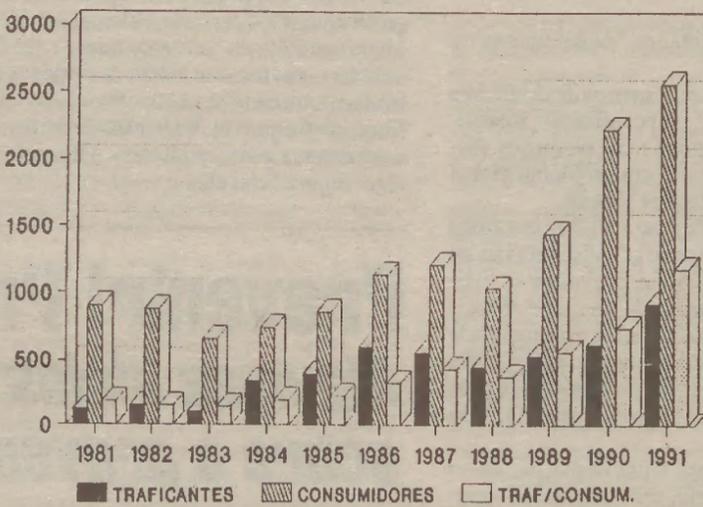
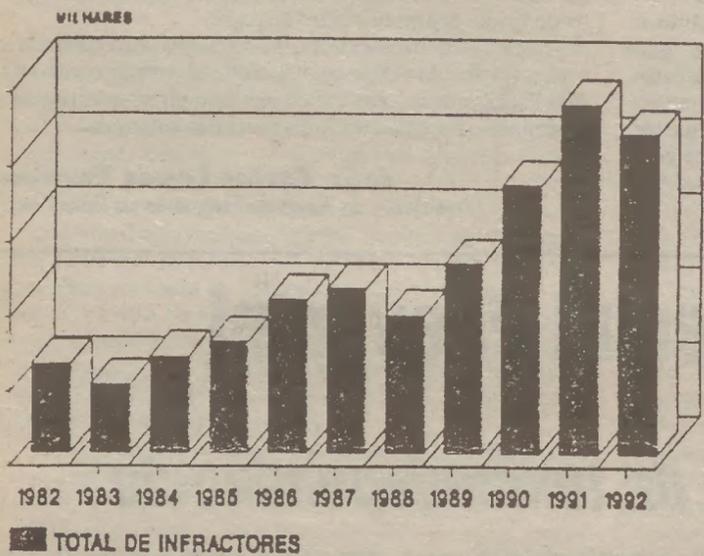
As mortes por overdose não representam senão uma parcela da acção mortífera da droga: o dependente não sucumbe unicamente à sobredosagem do tóxico; não se conhece o número de vítimas que se relacionam com as drogas de abuso - os suicídios, casos de SIDA e hepatite B, acidentes de viação, etc.

Contudo, qualquer que seja o indicador referenciado, quaisquer que sejam as reservas que os índices e estatísticas suscitem, é uma afirmação incontroversa e indiscutível que na última década a toxicodependência e o narcotráfico aumentaram em flecha em Portugal.

Maria Amélia Teixeira

PRESUMIVEIS INFRACTORES
1982 - 1992

PRESUMIVEIS INFRACTORES
SEGUNDO A SITUAÇÃO FACE A DROGA



Números da droga no mundo

- Valor do comércio internacional de drogas, segundo a ONU — 300 a 500 mil milhões de dólares/ano, representando 10% do comércio mundial.

- Estimativa do valor dos capitais da droga "lavados" anualmente, segundo a Conferência de Estrasburgo de Setembro de 92 — 600 a 800 milhões de dólares na Europa e 150 mil milhões no mundo.

- Número de toxicodependentes existentes no mundo, de acordo com uma estimativa da Organização Mundial de Saúde de 1987 — 50 milhões.

- Número de dependentes de heroína na comunidade europeia — 1,5 milhões.

- Lucro anual do tráfico de drogas nos Estados Unidos — mais de 100 mil milhões de dólares (1/5 dos lucros das mafias internacionais).

- Estimativa não oficial de drogados existentes nos EUA no ano de 1985 — 23 milhões.

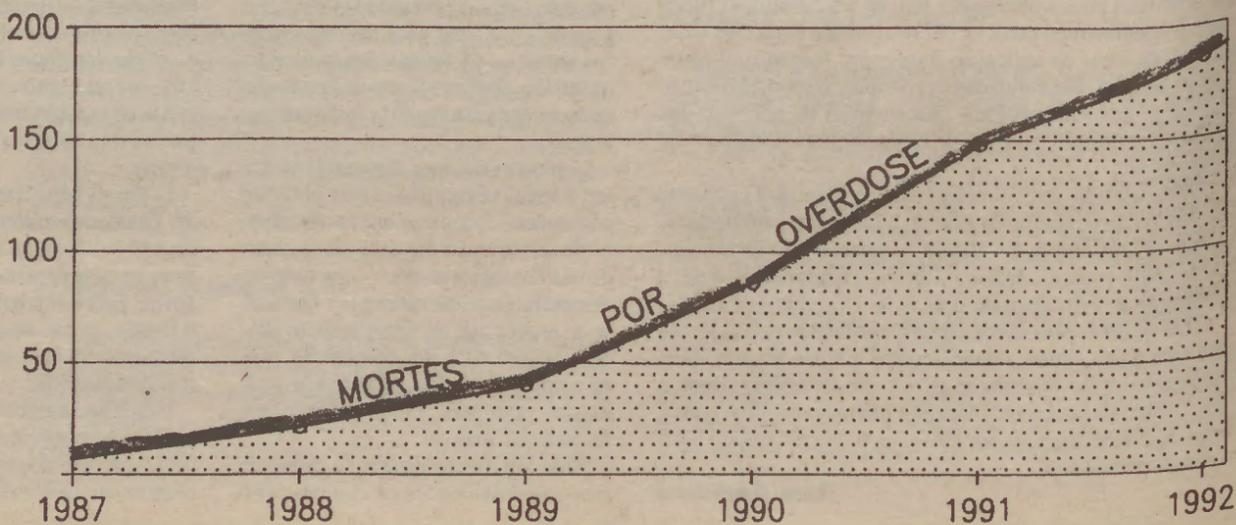
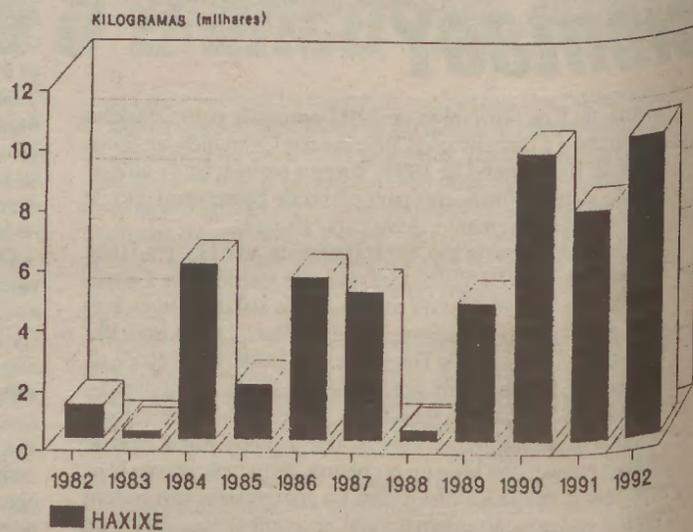
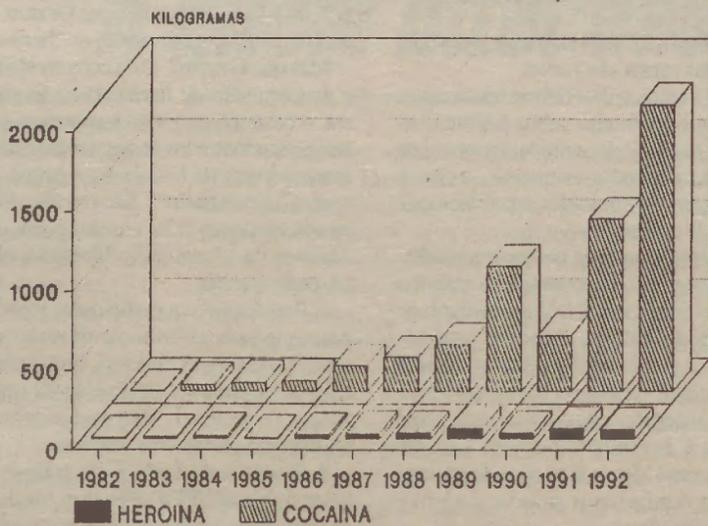
- Número de consumidores regulares de cocaína nos EUA — 15 milhões, heroinómanos 1,5 milhões, viciados no crack 2 milhões.

- Valor de 1 kg de cocaína (pura a 45%) vendida a consumidores nas ruas de Nova Iorque de — 80 000 a 120 000 dólares.

- Valor pago a um camponês da América Latina pela folha de coca necessária para a produção de 1 kg de cocaína — de 150 a 200 dólares.

HEROÍNA E COCAÍNA APREENDIDAS
1982 - 1992

HAXIXE APREENDIDO
1982 - 1992



Família e Toxicodependência

Entrevista com Hironidina Chitas - terapeuta familiar *

O problema da droga é hoje considerado um flagelo social. Entretanto, se há muitas pessoas que se drogam, outras, em condições semelhantes, não o fazem. Como se pode explicar isto?

Bom, primeiro é preciso dizer que as "condições semelhantes" podem não o ser senão em aparência... Mas, se admitirmos que essa semelhança existe, podemos colocar como hipótese que, apesar dessas condições, umas pessoas conseguem melhor ir buscar à relação com os outros e à sociedade o que as ajuda, desenvolvendo um processo de maturação e sentido de vida que as preenche, não deixando lugar para a droga.

Precisamente, parece que a sociedade actual não ajuda os jovens a fazer esse percurso. Fala-se frequentemente da família como estando na origem da toxicodependência. Concorda?

O berço é sempre origem. A família é o berço; ela recebe o filho, protege-o, estimula-o, frustra-o porque não dá, nem deve dar, tudo o que ele quer - em resumo, educa-o durante anos. Sendo a família um começo para o indivíduo, está na origem do que é bom e do que é mau. Porém, convém não esquecer os próprios indivíduos que não recebem passivamente todas essas coisas da família. Uns recebem de uma forma, outros de outra. Essa forma pode ser mais ou menos adequada às formas dos pais e dos irmãos. Também convém lembrar que as famílias, ao longo da vida, passam por dificuldades e problemas vários. A maneira como são ultrapassados, ou não, vai ajudar ou desajudar.

Mas há famílias que têm vários filhos e uns drogam-se, outros não...

Claro. Eles não são todos iguais, por parecidos que sejam. Também depende da idade que tinham nos momentos mais problemáticos da vida da família. Esta, aliás, não deve culpabilizar-se. A culpa inibe a acção e é preciso agir. Importa tentar compreender e ajudar o filho a crescer, evitar atitudes de rejeição, mas também de superprotecção. Ou seja: tentar o difícil equilíbrio dos afectos, percebendo o que cada um precisa e dele receber o que de melhor sabe dar. É frequente que os pais, filhos e irmãos não saibam pedir uns aos outros o que mais desejam e necessitam. Então, em vez de conversarem e esclarecerem os seus desejos, usam comportamentos irritáveis, agressivos.

Acha que há falta de comunicação?

Sim, sobretudo de uma comunicação mais saudável que faça uso do bom humor. É importante falar sobre a própria agressividade, para a ultrapassar. Por vezes os pais ficam desorientados porque têm dado ao filho tudo o que eles não tiveram e sentem-no um ingrato porque se droga.

Também ele se sente ingrato, quantas vezes. Só que o seu problema tem mais a ver com os afectos. E os membros da família, com excesso de trabalho e cansaço, não têm disponibilidade para estar juntos, conversar sobre as dificuldades, mas principalmente sobre as capacidades e a melhor forma de cada um as desenvolver.

Mas, precisamente, fala-se hoje muito de conflito de gerações e os jovens preferem conversar com os amigos, não acha?

Em todos os tempos, os pais ficam mais ou menos presos à sua juventude, às alegrias e tristezas que conheceram, à forma relacionais de as viver. Estou, entretanto, de acordo que as gerações ficam hoje mais distantes, porque as mudanças são muito rápidas e atingem o quotidiano de todos os campos sociais, sobretudo nas grandes cidades. Claro que estas distâncias originam dificuldades de relacionamento pais-filhos. No entanto, os pais podem oferecer aos filhos uma relação de adultos, com a sua experiência de vida, na condição de não falarem só de problemas e perigos, acompanhados de constantes conselhos "massacrantes". Seria bom que vida dos adultos fosse suficientemente atractiva para os jovens acharem que vale a pena confrontarem-se com os problemas, porque também há alegrias. É frequente, pais com um filho toxicómano, ficarem envolvidos no problema que vivem à volta dele, não sabem procurar mais nada na vida, drogam-se com a própria droga do filho e não lhes sobra atenção para os outros filhos "porque estão bem".

Mas os amigos têm muita influência. Os pais têm hoje muito receio das amizades que levam à droga...

Pois têm. E o receio é tanto que nem conseguem ouvir o filho dizer que a culpa não é dos amigos. Os pais, na sua preocupação, esquecem-se de três coisas. Uma, que escolhemos os amigos que, por qualquer razão, nos convêm; outra, que não podemos viver sem amigos; outra ainda, que ninguém gosta de ouvir dizer mal de um amigo. São coisas que não é possível esquecer se queremos compreender e agir melhor.

Se no grupo familiar se aprende muito, há experiências amorosas e de amizade que têm de ser feitas com pessoas de idades próximas. Precisamente, estas experiências quando bem sucedidas, o que não quer dizer sem sofrimento - evitam a droga. Dito isto, claro que há companhias mais saudáveis do que outras. Os pais podem influenciar, mas não dizer mal nem prender os filhos.

Mas também se diz que os drogados não têm amigos...

Isso é bastante real, sobretudo se o percurso na droga dura há anos. É um drama, precisamente, porque as pessoas não podem viver sozinhas, procuram-se. Mas no lugar da relação de amizade e de amor está uma substância - a droga. Acompanhados, estão sós, mas mais sós estariam sem companhia...

Aliás, a longo prazo, o toxicómano já não tem grupo, anda só, inteiramente submetido à dependência. Passa os dias a "trabalhar" angustiado e afanosamente para encontrar meios de obter a sua dose. Comete actos que a sua consciência critica e tem, cada dia, mais uma razão para se sentir culpado, diminuindo assim a sua margem de liberdade para deixar a droga.

É um ciclo vicioso... Quais os toxicómanos que melhor se tratam?

Os mais saudáveis, claro. Também os que contam com o apoio da família. Uma família que proteja, não abafe, que

vá fazendo o que é preciso, nos diversos momentos, permitindo um crescimento afectivo de todos. Para isso é necessário que haja regras claras em casa. Vale mais que sejam poucas, mas firmes, para cumprir. Por outro lado, tratam-se melhor os mais jovens que já estejam cansados da droga.

Mas diz-se que o tratamento é difícil e até, para muitos, impossível.

É difícil e longo. Alguns não se tratam, mas a maior parte sim. Na última avaliação que foi feita pela Comunidade Terapêutica do CEPD, 62% dos jovens tratados continuavam abstinentes e tinham a sua vida organizada.

Qual o melhor método de tratamento?

Em primeiro lugar, diria que é necessário fazer uma avaliação caso a caso. No entanto, a maior parte das vezes, torna-se necessário usar mais que um método. Isto significa que o tratamento de toxicodependentes deve ser feito em Instituições que, precisamente, têm os diferentes recursos quer em métodos, quer em especialistas. Um só especialista não pode fazer tudo, como sabemos. E é preciso cuidado com alguns, por vezes nem especialistas são, que só querem ganhar dinheiro e dizem que tratam a toxicodependência depressa.

Que medidas tomar para evitar o consumo de drogas?

Sem dúvida que a grande medida seria tornar a sociedade mais saudável. Uma sociedade em que cada um tivesse direitos reais e não direitos abstractos; menos virada para o consumo. As pessoas são convencidas pela publicidade, pela moda, pela TV, de que serão felizes se comprarem todas essas coisas que o comércio propõe. Passam o tempo a esgotar-se para obter dinheiro para as adquirir. Entretanto, o que adquirem, pouco tempo depois já não tem valor, já há novos modelos... Presume uma felicidade ilusória que dura muito pouco, não chega quase a ser sentida. É uma corrida sem fim. E essa corrida não as faz descobrir o seu próprio sentido de vida.

Mas não acha que a polícia deve perseguir os traficantes, ser mais eficaz?

À primeira vista, essa parece ser a solução lógica. Entretanto, sabe-se que países com muita polícia, muitos meios, não conseguiram prender verdadeiros tubarões, mas apenas peixe miúdo. É preciso perguntar e saber porquê. Creio que se está a jogar à defesa, não ao ataque.

Fala-se entre nós, desde há pouco tempo, na liberalização das drogas. Seria esse o ataque?

A questão é delicada e complexa, exige de nós um esforço de reflexão que sai do quadro habitual de pensamento. Há estruturas adequadas e pessoas responsáveis por essas estruturas que devem estudar o assunto.

Entretanto, soluções novas, passa por procurar outros quadros de referência.

* A entrevistada é técnica no CEPD do Restelo

Cidadãos querem rede de atendimento

Um grupo de cidadãos pôs a circular uma petição a ser entregue na Assembleia da República onde se afirma:

Em cada dia que passa, morre um jovem no nosso país em consequência do consumo de drogas. A toxicodependência tem vindo a aumentar a um ritmo alarmante.

Em cada caso de toxicodependência existe um drama humano, pessoal e familiar que ninguém pode ignorar. Um toxicodependente é um ser humano social e fisicamente em vias de destruição. As consequências da toxicodependência e do negócio sórdido e colossal do tráfico de drogas - que alimenta e se alimenta da toxicodependência - assumem tais proporções, que é indispensável e urgente tomar medidas energéticas de prevenção, de combate ao tráfico de drogas, mas também de auxílio aos toxicodependentes e às suas famílias.

A existência de apenas meia centena de camas de internamento em serviços públicos, vocacionados para acorrer à situação de muitas dezenas de milhar de toxicodependentes, faz com que ao drama da toxicodependência se acrescente a falta de auxílio, ou a sujeição a instituições particulares a praticar preços insuportáveis. O que actualmente acontece é que se encontram milhares de toxicodependentes

— jovens, na sua esmagadora maioria — a aguardar vagas para tratamento, ou pura e simplesmente sem acesso a formas de auxílio.

Os abaixo-assinados, profundamente preocupados com a gravidade da situação existente, consciente da necessidade imperiosa de serem tomadas medidas eficazes para lhes fazer frente, dirigem-se a Vossa Excelência ao abrigo do Artigo 52.º da Constituição da República Portuguesa e da Lei n.º 43/90 de 10 de Agosto que regula o exercício do Direito de Petição, para solicitar à Assembleia da República que, no uso da sua competência legislativa, promova a criação de uma rede pública de centros de tratamento e reinserção social de toxicodependentes, com capacidade para assegurar, ao nível de diversos pontos do território nacional, possibilidades de tratamento para os muitos milhares de cidadãos afectados pela tragédia da toxicodependência.

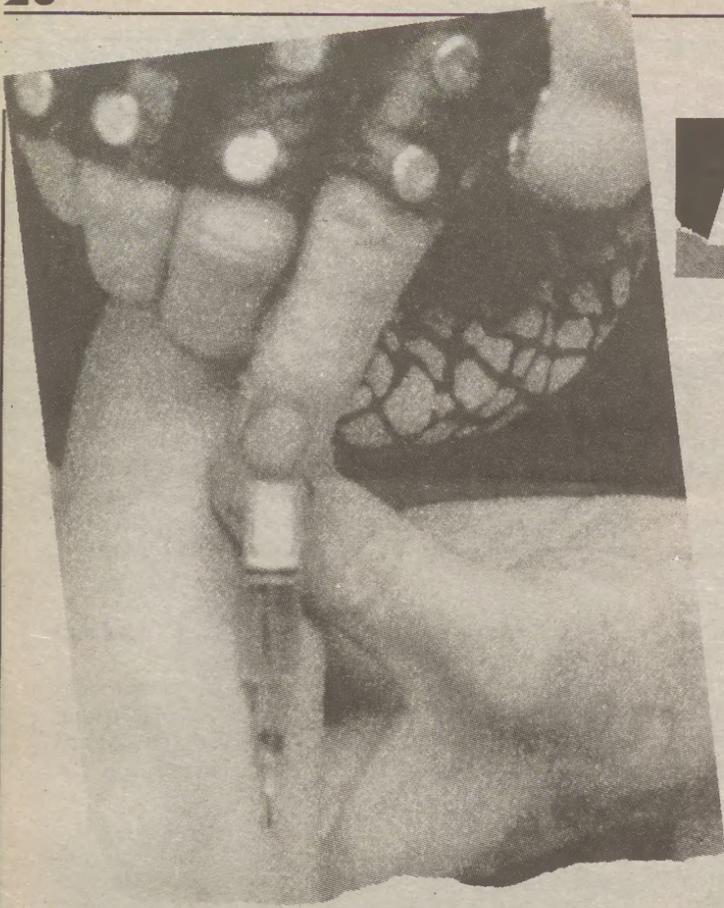
Entre os promotores desta petição, entretanto já assinada por milhares de pessoas, contam-se as seguintes personalidades.

• **Alberto Galvão Teles** — Professor da Faculdade de Medicina de Lisboa • **Álvaro Pereira** — Médico Director do Centro de Saúde de Olhão • **Ana Maria Mesquita** — Sec. da União de Sindicatos do Porto • **Ana Resende** — Jurista • **António Galhardas** — Médico Cirurgião • **Armando Fonseca** — Jurista • **Armando M. da Silva** — Secretariado da Interjo-

vem • **Cristina R. Neto** — Técnica de Segurança Social; Federação dos Sindicatos da Função Pública • **Daniel Branco** — Presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira • **Demétrio Alves** — Presidente da Câmara Municipal de Lourdes • **Durão de Carvalho** — Engenheiro • **Emílio Peres** — Endocrinologista • **Estela Monteiro** — Professora da Faculdade de Medicina de Lisboa • **Eufrazio Filipe** — Presidente da Câmara Municipal do Seixal • **Fernando Ambrósio** — Canteiro; Conselho Distrital de Lisboa da Interjovem • **Fernando Duarte Silva** — Inspector da Polícia Judiciária na reforma • **Filipe Medeiros Rosas** — Dirigente Associativo na Faculdade de Ciências Universidade de Lisboa • **Florival Lança** — Comissão Executiva da CGTP-IN • **Francisco Navarro** — Comissão Nacional de Trabalhadores do Banco Pinto e Sotto-Mayor • **Graça Mexia** — Psicóloga, Assembleia Municipal de Lisboa; Conselho Nacional do MDM • **Hironidina Chitas** — Terapeuta Familiar • **Ida Figueiredo** — Economista, Membro Suplente do CC do PCP • **Inês Fontinha** — Socióloga; Directora do Ninho • **Isabel Vieira** — Assistente Social; Técnica da Junta de Freguesia de Camide • **João Camilo** — Médico; Membro Suplente do CC do PCP • **João Carlos Pereira** — Presidente da Junta de Freguesia de Paio Pires • **João Castel Branco Goulão** — Médico; Presidente da Com. Instaladora do Centro de Apoio à Toxicodependência do Distrito de Faro • **Jorge Magrinho** — Conselho Nacional da Interjovem • **José Martínez Silva** — Presidente da «Voz do Operário» • **José Menezes** — Médico Psiquiatra • **Luís Mena Lopes** — Médico Cirurgião • **Luís Patrício** — Operário; Sindicato dos Metalúrgicos do Sul • **Luís Ramos** — SITAVA • **Luisa Victorino** — Técnica dos TLP; Conselho Nacional do MDM • **Lourdes Hespagnol** — Vereadora da C.M. de Ferreira do Alentejo; Conselho Nacional do MDM • **Lusitano Correia** — Licenciado em Física; Vice-Presidente da Assembleia da Área Metropolitana do Porto • **Manuela Esteves** — Professora; Membro Suplente do CC do PCP • **Maria Amélia Teixeira** — Licenciada em Farmácia • **Maria Emília Sousa** — Presidente da C.M. Almada • **Maria de Lurdes Santos** — Presidente da Junta de Freguesia de Sacramento • **Maria Verilinde Madureira** — Médica; Presidente da Federação Nacional dos Médicos • **Maria Vilar Diógenes** — Presidente da Junta de Freguesia de Camide; Conselho Nacional do MDM • **Márcia Vila Verde Cabral** — Membro do CC do PCP • **Mário David Soares** — Presidente do Sindicato dos Professores do Norte • **Mário Jorge** — Médico; Presidente do Sindicato dos Médicos do Sul • **Orlando Leitão** — Médico Neurologista • **Rogério Silva** — Interjovem e do Conselho Nacional da CGTP-IN • **Romão Martins** — Presidente da Junta de Freguesia de Marvila • **Rui Paixão** — Coordenador da União dos Sindicatos de Setúbal • **Rui Pinhão** — Professor Catedrático • **Sérgio Ribeiro** — Deputado do PCP no Parlamento Europeu • **Victor Manuel Agostinho** — Secretário-Geral da «Voz do Operário».

A DROGA EM PORTUGAL

O aparelho de Estado e as muitas estruturas de combate à droga



A legislação e a droga

A legislação relacionada com a temática da droga tem conhecido entre nós evoluções recentes. Em 22 de Fevereiro deste ano entrou em vigor o Decreto-lei n.º 15/93 de Janeiro que tem sido vulgarmente designado por «nova lei da droga». Entretanto, mais recentemente, a Assembleia da República concedeu ao Governo uma Autorização Legislativa para transpor para o Direito interno a Directiva Comunitária relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais. Concedida a Autorização, aguarda-se a aprovação pelo Governo de um Decreto-lei sobre esta matéria, cujo texto concreto se desconhece até à data. Sendo este um processo ainda em curso, as alterações legislativas produzidas e iniciadas permitem já alinhar algumas observações.

Importa desde logo salientar que diplomas têm sido publicitados como exemplos de uma decidida acção legislativa da parte do Governo visando «revolucionar» o ordenamento jurídico do combate à droga e colocá-lo à altura de responder com eficácia à gravidade que os fenómenos do consumo e tráfico de drogas assumem na sociedade portuguesa. Porém, a apreciação cuidadosa da chamada «nova lei da droga» e das medidas preconizadas na futura legislação sobre branqueamento de capitais revelam que essa ideia, que o Governo tem procurado transmitir, não corresponde à realidade.

Embora seja evidentemente muito cedo para avaliar dos efeitos práticos da legislação recentemente aprovada e em elaboração, são facilmente detectáveis no plano dos princípios — e mecanismos consagrados e preconizados, aspectos que constituem motivo de séria preocupação.

A actuação do Governo nos processos legislativos a matérias relacionadas com o combate à droga tem-se pautado pela recusa de qualquer debate sério e de quaisquer propostas que não sejam as suas. Convém a propósito lembrar que a Assembleia da República, através da maioria PSD, concedeu ao Governo autorização para rever a chamada «lei da droga» sem ter sequer conhecimento do conteúdo do Decreto-lei a aprovar, tendo recusado no mesmo dia um Projecto de Lei apresentado pelo PCP que propunha a adopção de medidas de prevenção do consumo de drogas e de tratamento e reinserção social de toxicodependentes. De igual modo, a maioria PSD concedeu uma autorização legislativa ao Governo relativa ao branqueamento de capitais sem que a Assembleia da República tenha ainda hoje conhecimento do diploma a aprovar sobre tão importante matéria.

A chamada «lei da droga» não corresponde a uma acção legislativa global, coerente e integrada de combate à droga. Toda a matéria relativa à prevenção primária de consumo de drogas, aos meios de tratamento e à reinserção social de toxicodependentes, relativamente à qual existe um imenso vazio legislativo, não merece mais na nova lei do que uma vaga referência à prevenção em meio escolar, inserida nas disposições finais e transitórias, o que representa um retrocesso em relação à lei de 1983, agora revogada.

É de igual modo significativo que a coordenação das várias forças policiais no combate à droga, que se encontrava prevista na legislação anterior, tenha sido revogada e substituída por um simples «apelo» à sua maior articulação.

As opções de política criminal constantes da nova lei da droga apresentam aspectos que são, no mínimo, muito discutíveis e que não apontam para uma real contenção do consumo e tráfico de drogas tendo como objectivo proteger os jovens destes flagelos sociais. Ao estabelecer uma relação de presunção entre a qualidade de droga detida e o tipo de infracção cometida (para menos de 3 dias — consumidor; para mais de 3 dias —

consumidor, com pena agravada; até 5 dias — traficante consumidor), a «lei da droga» vem dificultar a obtenção da verdade material no julgamento de casos de tráfico ou de consumo de drogas e desvalorizar a perigosidade social do pequeno tráfico.

Ao prever a aplicação de penas de multa para os traficantes-consumidores esta lei não terá outro efeito que não seja o de aumentar a criminalidade associada ao consumo de drogas.

Ao retirar ao Ministério Público a faculdade de não exercer a acção penal nos casos de simples consumo de drogas, quando se tratasse do primeiro processo por actos dessa natureza, sendo o arguido menor de 21 anos e havendo da parte deste o compromisso de não repetir actos semelhantes, a «nova lei» assume um lamentável retrocesso em relação à anterior. Sendo a prevenção do consumo o objectivo fundamental da sua penalização é evidentemente vantajoso que a intervenção judiciária tenha o sentido de evitar o consumo de drogas e de, no caso dos toxicodependentes, privilegiar as soluções de tratamento voluntário em vez de adoptar soluções de carácter repressivo.

Relativamente ao branqueamento de capitais provenientes do tráfico de drogas, não são ainda conhecidas em concreto as disposições que serão adoptadas no Decreto-lei que se encontra em preparação. Sendo inquestionável a necessidade de adoptar medidas, inclusivamente preventivas, contra este tipo de operações, os termos da Autorização Legislativa que a maioria PSD concedeu ao Governo durante o período de black-out informativo da Assembleia da República, justificam sérios reparos. É que importa deixar claro que as medidas que devem ser adoptadas para combater o branqueamento de capitais não podem servir de pretexto para a imposição de medidas que possam conduzir à preterição das competências exclusivas das autoridades judiciais e dos órgãos de polícia criminal e à introdução de graves limitações a direitos fundamentais dos cidadãos.

■ **António Filipe**
Deputado do PCP



Desde já uma nota que me parece importante relatar, as dezenas de estruturas, infra-estruturas, superestruturas, coordenadoras, Ministérios, comissões interministeriais, grupos técnicos, Projecto Vida, comissários e altos comissários, conselhos etc., são sem dúvida referências que vamos encontrar numa vasta e extensa lista, quando procuramos os organismos que mais directamente aparecem no combate à droga. Quando chegamos ao fim (se é que chegamos), permanecemos na dúvida inicial, quem coordena de facto a luta contra a droga no nosso país?

A quem pedir responsabilidade e de quê? Certamente é esta a forma que o Governo encontrou para responsabilizar todos e ninguém. Mas, vejamos, talvez assim, seja mais «simples» entendermos.

São responsáveis pela realização do Plano Nacional de Combate à Droga-Projecto Vida, departamentos e serviços dos Ministérios que integram a Comissão Interministerial, designadamente:

Alto Comissário, Projecto Vida, Ministério Administração Interna, Ministério da Justiça, Ministério da Saúde, Ministério do Emprego e Segurança Social, Gabinete do Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares, Gabinete do Primeiro-Ministro, Instituto da Juventude.

Existem, assim razões para temer que a multiplicidade de superestruturas envolvidas na prevenção e combate à droga, forças de segurança, serviços de prevenção e tratamento, coordenação ao nível do Primeiro-Ministro e interministeriais, criem dificuldades de funcionamento efectivo.

Também não são claros os mecanismos operativos de decisão do Programa Nacional de Combate à Droga e, todo este conjunto de estruturas se afigura excessivamente pesado relativamente aos escassos meios de prevenção, tratamento e reinserção social de toxicodependentes bem como à capacidade de meios efectivos de combate ao tráfico.

Mas porque os números continuam a ter cada vez mais força, porque os dramas individuais não cessam, **questionamo-nos se serão estas as «estruturas» de facto eficazes para travar o consumo e tráfico de drogas no nosso país.**

O Governo pouco tem feito, aliás a sua actuação tem-se de facto pautado pela (re)criação de muitas estruturas, mas medidas de fundo, nomeadamente nas áreas de prevenção, tratamento, só promessas.

Aliás até podemos relembrar um episódio recente, que envolveu ameaças de demissão do Alto Comissário, exactamente pela inexistência de apoios e meios para avançar com alguns dos pressupostos do Projecto Vida. O Governo conseguiu dar uns rebuçaditos.... A demissão não se verificou e as medidas de fundo necessárias ficaram para outra ocasião.

A falta de meios é de facto uma realidade que não podemos escamotear. E existe um responsável: o Governo.

Como podemos explicar que apenas existam no nosso país 50 camas de internamento em serviços públicos, quando se fala na existência de 120 mil toxicodependentes?

Como poderemos justificar a existência de apenas 9 Centros de Atendimento?

Faro - CAT; Braga - CAT + CEPD; Porto - CAT + CEPD; Coimbra - CEPD; Leiria - Consultas no Centro de Saúde; Santarém - CAT; Setúbal - CAT; Lisboa - CEPD com comunidade terapêutica e TAIPAS com internamento; Póvoa - CAT e Sacavém - CAT.

É fundamental criar por todo o país centros públicos de atendimento gratuito individual e familiar dos jovens toxicodependentes e não fomentar, como parece ser opção do Governo, cada vez mais o negócio do «privado» a preços incompensáveis e quantas vezes a funcionar sem qualquer fiscalização!

A «coordenação» por si só não basta principalmente quando é feita com uma estrutura pesada e inoperante. São necessárias medidas efectivas para combater o consumo e tráfico de droga. É fundamental a vontade política e parece-me que o Governo não tem estado com disposição para tal!

■ **Paula Coelho**

EM FOCO

TOXICODPENDÊNCIA E NARCOTRÁFICO

A situação actual e medidas políticas para a enfrentar

1 — Os problemas da toxicodpendência e do narcotráfico constituem um autêntico flagelo social no mundo contemporâneo que todos os índices estatísticos conhecidos comprovam estar em acelerado crescimento também no nosso país (há quem aponte para a existência de 120 000 ou mesmo 150 000 toxicodpendentes). Mas a sua dimensão ultrapassa muito os dados estatísticos. Motivo de preocupação e ansiedade para a sociedade, abatendo-se particularmente sobre a juventude, a toxicodpendência conduz muitas dezenas de milhar de jovens a situações dramáticas. Roubam, são presos, prostituem-se, contraem a SIDA e outras doenças. Trilham o caminho da degradação humana com um percurso de enorme sofrimento pessoal e dos seus familiares.

2 — A preocupação com estes problemas tem crescido na sociedade portuguesa, mas não foi acompanhada pela definição e concretização de uma estratégia coordenada, corajosa e eficaz de carácter global agindo sobre as causas sociais da toxicodpendência, na prevenção primária, tratamento e reinserção social e no combate ao narcotráfico.

A política do governo de agravamento dos problemas sociais, aumenta as vulnerabilidades que podem conduzir à toxicodpendência. Não existem estatísticas fíaveis, a prevenção primária é insuficiente e não é devidamente avaliada. O desporto na escola não tem apoios. As autarquias que têm um papel importante na promoção de actividades desportivas, culturais e recreativas, vêem as verbas a que têm direito cortadas. No âmbito do tratamento e reinserção social a situação é insustentável, existindo apenas 50 camas em comunidades terapêuticas de instituições públicas para uma população de largas dezenas de milhar de toxicodpendentes. A legislação tem sido aprovada com grande atraso e é insuficiente. No combate ao tráfico tem faltado a coordenação das forças de segurança e a sua adequada dotação de meios. As verbas inscritas no Orçamento de Estado são insignificantes face à dimensão do problema (representaram, em 1993, 5% do dinheiro gasto no Centro Cultural de Belém).

A estratégia do governo traduz-se acima de tudo na sucessiva alteração de pessoas e de nomes de estruturas, mantendo-se a falta de coerência e de meios, numa encaenação que pretende esconder a ausência de vontade política para combater a toxicodpendência.

Esta prática que vem de há muito e teve expressão nas chamadas reestruturções do Projecto Vida, a última das quais com a substituição do seu coordenador e a criação do Alto Comissário contra a droga, não foi alterada pelas recentes medidas anunciadas pelo Governo. No passado mês de Junho face ao agravamento da situação, sujeito à pressão da opinião pública, no seguimento de iniciativas do PCP, na aplicação de compromissos internacionais e após mais de um ano sem funcionar (tal como se verifica com o Conselho Nacional do Projecto Vida) o Governo fez reunir a Comissão Interministerial com a presença do primeiro-ministro e anunciou algumas medidas no âmbito de um denominado Plano Nacional de Combate à Droga em que são inseridas acções pouco significativas e reveladoras de uma continuada falta de vontade política para enfrentar este flagelo. Foram então anunciadas entre outras as seguintes medidas: a criação e um observatório contra a droga no seguimento de compromissos internacionais assumidos; a reabertura da Linha Aberta com a mudança de nome; um reforço de verbas de escassas dezenas de milhar de contos; o aumento do número de camas em comunidades terapêuticas, mas sem qualquer referência à criação de uma rede pública nacional de centros de atendimento, tratamento e reinserção social e sem compromisso de aumento do número de camas em instituições públicas, temendo-se assim, que tal propósito contribua afinal, sobretudo para o crescimento do negócio de entidades privadas que floresce à custa da exploração de toxicodpendentes. Na altura foi também divulgado o propósito de reduzir para metade o número de toxicodpendentes até 1996, o que, não havendo estatísticas oficiais, não será difícil de conseguir num dos passes de manipulação estatística tão do agrado do Governo, mesmo que na realidade continue a aumentar o número de toxicodpendentes.

Mais recentemente, o ministro responsável por esta área anunciou a criação de uma Fundação do Projecto Vida, destinada a captar financiamentos para além do Estado, objectivo que seria de louvar se não estivesse inserido na linha da desresponsabilização do Estado do financiamento necessário para uma prevenção, tratamento e reinserção social com serviços gratuitos em que seja garantido o aces-

so de todos os toxicodpendentes independentemente das suas condições socioeconómicas.

3 — A situação existente impõe com urgência a definição duma verdadeira resposta nacional ao flagelo da droga.

As linhas políticas que avançamos, contêm medidas que julgamos inadiáveis, mas não significam que numa situação tão complexa, tenhamos a ideia que foram encontradas todas as respostas. Por isso, no quadro duma acção determinada na aplicação das linhas que apontamos, é preciso ter atenção e estudar todas as perspectivas e opiniões que visem fazer frente à toxicodpendência e ao narcotráfico. Isto não significa, entretanto que se preconizem formas de debate que em vez de contribuir para a consciencialização da gravidade da situação existente, a tomada de medidas inadiáveis e a busca de formas eficazes de combater este flagelo, sirvam de biombo para esconder a realidade, travem a aplicação de medidas urgentes, ou conduzam ao estabelecimento de dúvidas paralisantes, numa acção que é preciso continuar e aprofundar, sem tibiezas ou hesitações.

A nossa preocupação principal, apesar dos problemas complexos que resultam da droga ser um negócio ilegal é que esta é um negócio que põe em causa a saúde e a própria vida de muitos milhares de pessoas, na sua maioria jovens, que constituem a base sobre a qual se processa o engrossamento de enormes fortunas que continuariam a desenvolver-se, embora de forma diferenciada, mesmo que a venda de droga não fosse ilegal.

É por isso que na situação actual sempre abertos à consideração de novas abordagens e experiências, pensamos que é necessário intervir com uma vontade política inequivocamente forte em todas as áreas susceptíveis de atacar a grave situação existente.

4 — A partir da reflexão que temos feito - nomeadamente no debate sobre a toxicodpendência e narcotráfico em Portugal e no seminário sobre branqueamento de capitais oriundos do tráfico ilícito de estupefacientes que o PCP realizou respectivamente em Maio de 1992 e Junho de 1993 e das propostas apresentadas em diversas iniciativas legislativas com destaque para o projecto de lei que propõe a adopção de medidas de prevenção do consumo de drogas e de tratamento e reinserção social de toxicodpendentes e para o projecto de lei que visa a criação duma rede de serviços públicos para o tratamento e reinserção social de toxicodpendentes - referenciamos alguns pontos importantes para uma estratégia global de prevenção da toxicodpendência e de combate ao narcotráfico.

— A necessidade duma política que não acentue e elimine as causas sociais das vulnerabilidades

que conduzem à toxicodpendência. Uma política que promova o desenvolvimento, a melhoria das condições de vida, o emprego e a estabilidade no emprego, a valorização profissional e a justiça social. Uma política de acesso, integração e sucesso escolar, que garanta o direito à saúde, crie condições de habitação e facilite a integração social. Uma política de apoio real à família. Uma política que promova a participação juvenil, estimule a prática desportiva e cultural e a criação artística. Uma política que contribua para a afirmação dos valores da amizade, da solidariedade e da paz.

— O aprofundamento do conhecimento da realidade da toxicodpendência em Portugal, a ampla

divulgação dos dados apurados e o estímulo à investigação científica neste campo.

— O reforço da prevenção primária, considerando conteúdos mais eficazes para as campanhas de informação, uma melhor intervenção na prevenção ao nível da escola, dos centros de aprendizagem e formação profissional e das empresas, a formação complementar dos clínicos gerais, a acção continuada dos órgãos de comunicação social e as sessões e cursos de prevenção com a devida avaliação e troca de experiências.

— A definição e rápida implementação duma rede nacional pública de centros de atendimento, comunidades terapêuticas e centros de reinserção social, a fiscalização efectiva das instituições privadas que se dedicam ao tratamento e reinserção social, a garantia de dignidade no tratamento do cidadão toxicodpendente, a definição de critérios objectivos de apoio às instituições, o envolvimento dos centros de saúde e o desenvolvimento rápido e generalizado no sistema prisional de comunidades para presos toxicodpendentes.

— A consideração no âmbito da legislação processual-penal que as medidas em relação aos consumidores toxicodpendentes devem ser vistas com um sentido preventivo e não punitivo.

— O desenvolvimento duma acção determinada, corajosa e persistente no combate ao tráfico de droga com a reorganização e reestruturação das forças de segurança para esse combate, aplicação das directivas relativas à prevenção da utilização do sistema financeiro para o branqueamento de capitais, no respeito pelos direitos dos cidadãos e a tomada de medidas especiais de segurança nas escolas e junto a elas.

— A coordenação global das acções de prevenção da toxicodpendência e combate ao narcotráfico, estimulando a participação da sociedade particularmente da juventude e a criação dum conselho nacional para o combate à droga.

— A luta por uma nova ordem internacional em que sejam asseguradas oportunidades de desenvolvimento para os países mais pobres no respeito pela sua soberania e identidade e com apoios efectivos à reconversão de culturas, como aspecto essencial para irradiar factores económicos e sociais que estão na base do cultivo de estupefacientes em larga escala.

5 — O brutal agravamento de todos os problemas ligados à toxicodpendência e ao narcotráfico, as perspectivas do seu acentuado crescimento tornam este problema demasiado grave e sério para ser objecto de governamentalização ou partidarização. Impõem a mobilização de todos os esforços no quadro duma estratégia nacional para lhe fazer frente. Exigem que das mais diversas formas, as populações, os trabalhadores, as famílias, manifestem a sua inquietação com a situação existente e reclamem do Governo medidas para a enfrentar.

Pela sua parte o PCP, como grande partido que se preocupa com os problemas das pessoas, com os flagelos sociais do mundo em que vivemos, assume as suas responsabilidades e continuará a dar o seu contributo para a definição e concretização duma verdadeira resposta nacional à grave situação existente de modo a que cada vez mais jovens se afastem do consumo da droga e desenvolvam livremente a sua personalidade, capacidade e criatividade.

Francisco Lopes
Membro da Comissão Política
e do Secretariado do CC



Os cabelos brancos do Primeiro-Ministro

■ Manoel de Lancastro

Westminster (o Parlamento britânico) consegue, às vezes, sair da monotonia que a existência de uma maioria absoluta por parte do partido governamental conservador proporciona. Foi o que aconteceu na semana passada quando a votação sobre a inclusão ou a definitiva exclusão do «Social Chapter» (articulado sobre garantias sociais incluído no Tratado de Maastricht) teve lugar. No momento exacto, o funcionário Major, vencedor de uma das moções através do voto da «speaker» e vencido claramente, na segunda, pelo voto contrário de considerável número de deputados dissidentes do seu próprio partido, desceu ao mais baixo nível de capacidade política e de credibilidade como «leader» governamental. Toda a Europa, todo o Mundo viu. Não são precisos comentários.

Um paraíso feito inferno

Posta a questão de confiança aos Comuns (uma rara opção), Major recorria à última das armas de persuasão ao seu dispor: a dissolução da Câmara e a convocação de eleições gerais para 5 de Setembro. Como é natural, os deputados conservadores tiveram de confirmar-lhe a confiança — em novas eleições, cerca de 100, entre eles, perderiam o respectivo lugar. E tudo, no fim, regressou ao princípio. O governo, ultrapassada por agora a grave questão de Maastricht que tem dado lugar a tantas contradições e lutas políticas na Grã-Bretanha, foi preparar as férias, fazer as malas, pretendendo ignorar a próxima eleição parcial em Christchurch onde, apesar de ser território seu, sucumbirá (tudo o indica) ao voto de protesto dos votantes, na quinta-feira, dia 29.

Christchurch, na costa sul de Inglaterra, é uma daquelas circunscrições onde residem milhares de pensionistas e reformados ou pessoas vivendo de pequenos rendimentos, gozando em ambiente tépido, confortável e tranquilo, o último quartel da vida. Mas os recentes e sucessivos cortes nas taxas de juros, se favoráveis para a indústria em geral, mordem fundamentalmente nos rendimentos dos que dependem do produto financeiro das suas pequenas economias. E agora, uma pessoa que vivia de um modesto juro de £60 semanais (quase 15 contos) proporcionado pela aplicação de um pequeno capital de, digamos, £20 000 (5000 contos) passou a não receber mais de £14 (3500 escudos) o que, claramente, transforma em existência de novas dificuldades aquilo que se tinha como um desafogado período final de amenos benefícios em tempo de aprazível e despreocupada observação do Mundo.

Mas o governo do funcionário Major não vê as coisas assim e, por isso, perderá, quase de certeza, um lugar onde os seus próprios apoiantes naturais constituem a maioria. Toda a Europa observou, durante os debates nos Comuns acima referidos, a figura gasta, extenuada, inquieta, torturada e sem objectivos que não sejam os da própria sobrevivência, daquele que ainda continua a ser o primeiro-ministro britânico. Chegara ao Nº 10 de Downing Street, parece-nos ontem, um homem jovem com alguma experiência de administração pública, doirada a sua carreira através de passagens pela Secretaria de Estado das Finanças, pela chancelaria do Tesouro e pelo Foreign Office.

Hoje, o funcionário Major é aquilo que o Mundo viu — um político desinspirado e agitado por forças que parece não compreender, um homem que julgara a vida de certa maneira e se acha agora no centro de tempestades que, furiosas, ameaçam arrasar os fundamentos da civilização do capitalismo que ele pensara eterna. Os cabelos brancos que exhibe não enganam ninguém. Está ali alguém que ainda é primeiro-ministro mas que, patentemente, falhou.

Novas confirmações da Recuperação

Prossegue a recuperação económica. Parece que nos últimos 3 meses, as vendas do sector retalhista britânico subiram em 0,5% relativamente ao ano passado. E o aumento de 19% nas exportações, largamente beneficiárias da desvalorização da libra, fizeram cair para valores menos catastróficos o «deficit» da balança de pagamentos. A moeda britânica iniciou um período de claras subidas. A fúria dos especuladores e das instituições financeiras voltou-se para a coroa dinamarquesa, principal-

mente, para o franco francês cujas cotações, em condições de crescente pânico, têm tombado constantemente apesar dos ultimatos das autoridades financeiras francesas às suas congéneres germânicas.

Entretanto, os primeiros meses da administração Balladur já constituem uma desilusão. A economia gaulesa continua a afundar-se. Em Maio, a taxa de desemprego subiu para 11,5%. O governo espera poder pôr alguma ordem nas finanças públicas utilizando o produto das privatizações de 21 empresas cujas cabeças já se encontram sobre o cadafalso. As primeiras serão a «Rhone-Poulenc», a «Elf-Aquitaine», o «Banque Nationale de Paris». Mas essas receitas não lhes trarão o fim da recessão cujas raízes são fundas, tão fundas que os governos, incluindo o

de Balladur, não têm já meios para poder dominá-la e resolvê-la. Voltam as costas aos povos.

Fecha os olhos à História. Os governos do capitalismo já não sabem como defender o sistema.

Em Junho, o número de novos carros registados na Alemanha desceu em 25%. As falências subiram em 27%. Mas enquanto alguns analistas ganham certo optimismo ao verificarem a recente tendência para o investimento em marcos (especulação financeira contra o franco francês), a verdade é que os carros alemães, BMW, Audi, Mercedes, principalmente, continuam a ver tombarem as vendas. As grandes empresas do sector químico (BASF, Hoechst, Bayer) vão despedir 20 000 trabalhadores, as perdas da Grundig eram, em Março, de DM297 milhões, as da Krupp-Hoeschst, de DM320 milhões em 6 meses de gerência, e as da Lufthansa, ao fim dos primeiros 5 meses do ano, atingiam os DM482 milhões. O desemprego subiu para 7% da mão-de-obra activa e a Klockner-Humboldt-Deutz anunciou o despedimento de mais 2000 pessoas. Mas a Siemens foi mais além: disse que vai despedir 16 000 trabalhadores.

E enquanto a OECD revela que o desemprego nos países ditos ocidentais cedo atingirá o número de 35,7 milhões de pessoas (valores oficiais), nos Estados Unidos surgem gritos de alarme — o desemprego voltou a crescer e só a «Procter & Gamble» mandou despedir 13 000 empregados e encerrar 30 das suas 147 fábricas. Quanto à catástrofe provocada pelas cheias do Missouri e do Mississippi que darão lugar a indemnizações gigantescas (se houver dinheiro para isso), muitos preferem cerrar os olhos à realidade e o Presidente Clinton já disse: «Compensações dólar por dólar, nem pensar nisso». Fala-se em centenas de biliões de dólares de prejuízos, na falência das companhias de seguros e na do próprio governo.

di, Mercedes, principalmente, continuam a ver tombarem as vendas. As grandes empresas do sector químico (BASF, Hoechst, Bayer) vão despedir 20 000 trabalhadores, as perdas da Grundig eram, em Março, de DM297 milhões, as da Krupp-Hoeschst, de DM320 milhões em 6 meses de gerência, e as da Lufthansa, ao fim dos primeiros 5 meses do ano, atingiam os DM482 milhões. O desemprego subiu para 7% da mão-de-obra activa e a Klockner-Humboldt-Deutz anunciou o despedimento de mais 2000 pessoas. Mas a Siemens foi mais além: disse que vai despedir 16 000 trabalhadores.

«Showbiz» em crise, Pamplona em festa

E revista musical baseada no paraíso de Hollywood, «City of Angels» (A Cidade dos Anjos) tinha obtido as mais favoráveis críticas em toda a imprensa. E todos esperávamos um grande êxito de bilheteira, contínuo e espec-

tacular, que enchesse os bolsos de autores, produtores e artistas — o «Showbiz» produziria alguma coisa equiparável a «Les Miserables», «Blood Brothers», «Miss Saigon» e «Crazy for You». Mas tal não aconteceu.

Com efeito, o colapso surgiu, os prejuízos vão já em £2 milhões, o público não respondeu (já não vai em festas, provavelmente, apesar da recuperação) e «City of Angels» terá de ser retirada da cena no próximo dia 7 de Agosto. Vão maus os tempos, sem dúvida, mas certos festejos tradicionais, esses, continuam a chamar multidões sem que as mudanças em que tem sido fértil a última metade do século retirem a esses festejos um mínimo do poder da sua tradição. Falamos de San Fermin, em Pamplona.

A «Feria y Fiesta de San Fermin», ou, se se preferir, «Los Sanfermines», é a grande festa de Pamplona que se desenrola anualmente em honra do primeiro bispo da cidade, San Fermin. Começa a 6 de Julho e prolonga-se até 14. Festa profundamente espanhola, faz-se de sangue, danças, vinho, paixões ardentes, noites sem fim, corridas nas praças e largadas de toiros nas ruas da cidade, tudo em tal ambiente que deixa entontecidas as pessoas, cansadas de tantos excessos, mas de certa maneira satisfeitas por haverem realizado a ambição de cada ano.

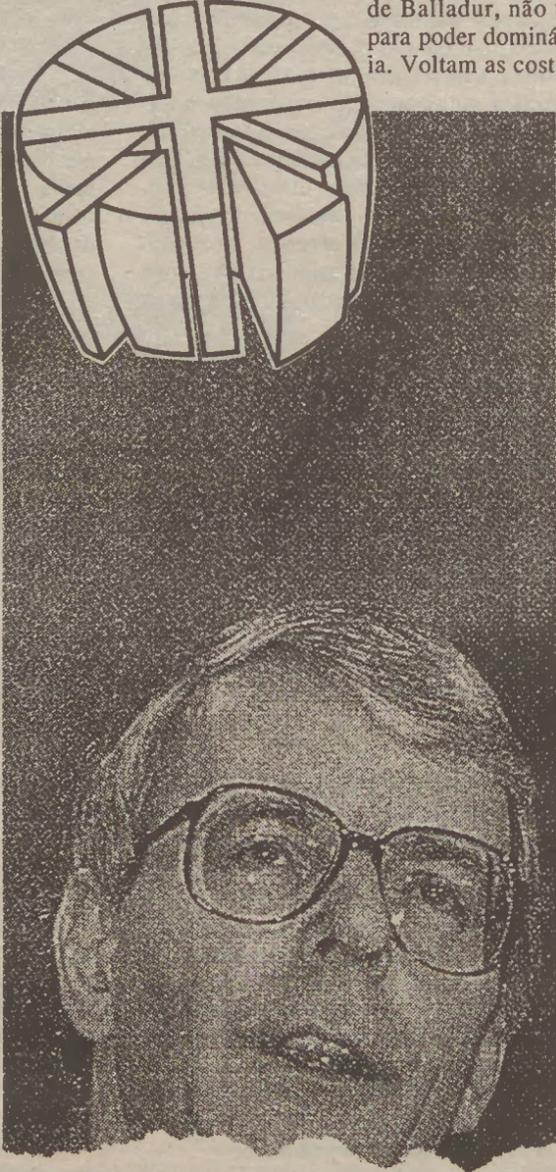
Mas em San Fermin, a festa tem características marcadamente populares e não há muito dinheiro, ali. Certos proprietários de restaurantes queixam-se de que a cidade se enche de gente pobre e sem outras aspirações que não sejam as de viverem a tradição, correrem com os toiros em plena Plaza Santo Domingo e deixarem planando nos ares da cidade a força dos seus impulsivos desejos, o odor a vinho, o cheiro a povo. «Odeio San Fermin», dizem os homens de negócios para quem a paralisação das actividades regulares causa prejuízos. E, de tudo, culpam uma só pessoa — Ernest Hemingway.

Uma operária com problemas

(2ª parte)

Passados os 28 dias que a lei confere a qualquer arguido para a sua defesa, dois oficiais do Tribunal apresentaram-se à porta de Annie Bannister que, evidentemente, os recusou a recebê-los. «Muito bem, minha senhora», disseram os funcionários, «mas voltaremos amanhã munidos de mandato especial e acompanhados pela polícia». A operária da fábrica de salmão ficou sem alternativas. Teve de abrir-lhes a porta. E um deles, atravessando o estreito corredor de entrada, encaminhou-se para a cozinha. Ao regressar, disse para o colega: «Apenas um frigorífico e um fogão. Não valem nada». Os funcionários, como é evidente, pretendiam penhorar bens à pobre trabalhadora, de harmonia com o processo de falência em curso.

«Minha senhora» disse, então, aquele que parecia ser mais responsável, «é preciso que nos diga se possui alguns valores.» Annie Bannister achava-se boquiaberta. Tudo lhe parecia uma fantasia, ou um sonho, algo de irreal. O funcionário prosseguiu: «Por acaso possui outras contas bancárias? Na Suíça, por exemplo. Tem dinheiro emprestado a terceiros? Recebe juros? Ou dividendos de acções em companhias? Tem capitais investidos? Possui propriedades neste país ou no estrangeiro? Ouro? Tem valores em ouro? Acha-se na perspectiva de receber alguma herança? Tem depósitos a prazo?» E conclui: «Já sabemos que esta casa não é sua, pertence à Câmara de Inverness. Mas tem automóvel?» Annie respondeu, entre colérica e atónita: «Há um engano aqui. Eu nunca falei. Não devo nada a ninguém. Não sei a que se refere toda esta trapalhada. Os senhores não vêem que deve haver confusão. Talvez no nome?» «Sim, sim, minha senhora» retorquiu o funcionário. «Já estamos habituados a essas reacções. As pessoas estão sempre inocentes, não fizeram nada, não devem nada a ninguém. O pior são os factos. Os factos, minha senhora. A senhora faliu. Deve £6000 ao Bank of Clyde. Após o que o segundo funcionário esclareceu: «E agora, Annie Bannister, é preciso muito cuidado. Você não pode adquirir nada a crédito, não pode realizar compras a prestações ou ter relações financeiras com quem quer que seja. Amanhã, o Juiz espera-a no Tribunal para lhe fazer declaração das suas condições de falência. O nosso trabalho termina aqui. Mas não falte. Ou incorrerá no crime de desobediência ao Tribunal». Os dois homens saíram. E a pobre operária, exausta, confusa, alucinada, caiu sobre um paupérrimo e quase desfeito sofá abraçando-se ao único amigo que possuía — o cão.



Gazetilha

Epigrama

Anda o Braga a inquirir quem suas contas não presta e há quem se fique a sorrir sem uma ruga na testa

Vendo no cofre maciço os seus milhões de barrotos: — Não tenho nada com isso. Isso é só para os pexotes...

Actualidade

Estava o governo feliz. Entra um repórter: A fome já consome grande parte do país. Que nos diz?

— Fome? — dizem. — Fome? Quem? Nós aqui comemos bem.

Estava o governo a ver e um repórter a dizer com um ar basto infeliz:

— Este país está a arder. Que nos diz?

— A arder — dizem — noutro lado. Aqui há ar condicionado.

E professor continua nas calmas, a olhar para a lua...

CAP sem capa

Casqueiro é Casqueiro um Casqueiro aflito. O verso matreiro chama-lhe Casqueiro e está tudo dito.

Vai de bossa em bossa bossal passarão. A borrasca engrossa. Só tem a voz grossa que morre num ai

(O Cunha, piu-piu... e a CAP lá vai...)

Casqueiro aflito e está tudo dito.

Pacotes

Um pacote de nada não é nada mas de nada se faz qualquer pacote. Em todo o nada existe um bom pacote pois sempre um tal pacote não dá nada.

A um pacote se vai de nada em nada. Guarda a porta do nada o seu pacote Se a condição do nada é haver pacote só de pacote se alimenta o nada.

O pacote empacota e quota o nada. Além de haver pacote, não há nada. Qualquer nada dá alma a um pacote.

Pacote de pacotes, cinza e nada. Cada pacote vai morrer em nada pois não há nada, não. Há só pacote.

■ **IGNOTUS SUM**

PONTOS CARDEAIS

PROMESSAS

Se é verdade que os trabalhadores — muitos deles — se arriscam a umas férias prolongadas, porque, na volta de férias, algumas — ou muitas delas — empresas vão aproveitar os calores do Verão para fecharem as portas definitivamente, os governantes, esses, ainda têm esperança de encontrar trabalho após as três semanas que Cavaco lhes deu.

E vão satisfeitos, prontos para aqueles malfadados encontros — se bem que raros, porque os trabalhadores raramente têm oportunidade de se encontrarem com ministros, seja à porta dos ministérios, seja nos acampamentos de luxo escolhidos pelos governantes.

Mas, entre uma coutada e um jantar, um mergulho em piscina de mármore e um cocktail em casa da Micas, sempre há percursos «populares» a que os ministros — alguns — não conseguem eximir-se. Mas vão descansados. O Governo foi farto em promessas, os milhões abundam para tudo e vai haver trabalho que se farta, no dizer de S. Bento. Em altura de balanço e de fotografia do «elenco», o chefe do Governo não deixou de prometer mais: desta vez, segundo a amabilidade do «Jornal», a fórmula para o ano que vem é «Combater o desemprego sem aumentar os impostos». Se é certo que alguns jornais não são tão

optimistas, quase todos dão ao Governo o crédito suficiente para acalmar os calores dos portugueses. A coisa vai do «Diário de Notícias», que titula «Governo promete não aumentar impostos», até ao cepticismo (?) do «Correio da Manhã» — «Cavaco admite baixar impostos». De qualquer modo, já sabem — se encontrarem por aí algum ministro, não se esqueçam de agradecer. Antecipadamente.

INAUGURAÇÕES A TEMPO

Antes de partirem, porém, os ministros não deixam ficar créditos por mãos alheias. Os anúncios de inaugurações — como a Via do Infante, com o novo troço aberto (oxalá não lhe aconteça como a outros troços aconteceu, a terminar tudo num grande buraco), e Boliqueime finalmente contemplado — e as inaugurações propriamente ditas não foram adiadas para depois das tais três semanas que os ministros mereceram. Ferreira do Amaral foi a correr estrear os miniautocarros da Carris e assistiu à assinatura do contrato para a compra de eléctricos rápidos. O ministro anda com pressa. A Carris é deficitária, por isso tem de passar rapidamente para a Câmara de Lisboa, a autarquia que carregue com os défices. Mas, enquanto isso, nada melhor que inaugurar os novos autocarros. Imaginem se o ministro ia deixar uma inauguraçãozinha escapar-

-lhe. Ou deixar passar a oportunidade de prometer e anunciar os eléctricos rápidos! Ou de criticar a lentidão na constituição da sociedade que «vai» gerir o Metro do Porto...

O PÚBLICO E O SECRETO

Mas se o Governo diz coisas para toda a gente ouvir e monta cenários para toda a gente ver, há coisas verdadeiras que não pretende inaugurar cortando fitas nem decretar à luz das câmaras e na praça pública. Toda a gente se lembra do papel desempenhado recentemente pelo ministro Peneda, a esconder os números do desemprego — ele agora até jura que tais números não são secretos! — E ninguém se recorda de vir um ministro anunciar às câmaras de televisão que as pensões mínimas vão acabar.

Aí, das coisas más que existem e se não anunciam, cabe aos maus da fita e às forças de bloqueio proceder ao alerta. Como fez a Federação dos Sindicatos da Função Pública, ao chamar a atenção para mais um artigo cozinhado num decreto do Governo que escapou à ribalta e à varanda de S. Bento, mas que pode vir a baixar o valor das pensões de reforma do regime geral da Segurança Social. Mais uma razão para o Governo se queixar. Eles, ministros que inauguram coisas que se vêem — estradas, autocarros —, são agora criticados por coisas que não se vêem!

frases da Semana

“O desemprego não é secreto!”

☞ (Jura de Silva Peneda a «O Diabo», 27.7.93)

“Ninguém nega a Guterres o talento e o rigor. Mas o líder da oposição ainda não conseguiu mostrar que não é uma mera fotocópia do original cavaquista.”

☞ (Nuno Rogeiro, in «O Diabo», 27.7.93)

“Mas por que é que as pessoas hão-de mudar de cozinheiro, se a ementa é fixa?”

☞ (idem)

“Combater o desemprego sem aumentar os impostos — a fórmula governativa para 1994”

☞ (título do «Jornal de Notícias», 27.7.93)

“Governo promete não aumentar os impostos”

☞ (título do «Jornal de Notícias», 27.7.93)

“Cavaco admite não aumentar os impostos”

☞ (título do «Correio da Manhã», 27.7.93)

“Sousa Cintra garantiu ontem que irá rever os salários dos futebolistas (...) antecipando-se assim a «protestos» dos jogadores.”

☞ (in «Diário de Notícias», 27.7.93)

“Merecem três semanas de férias.”

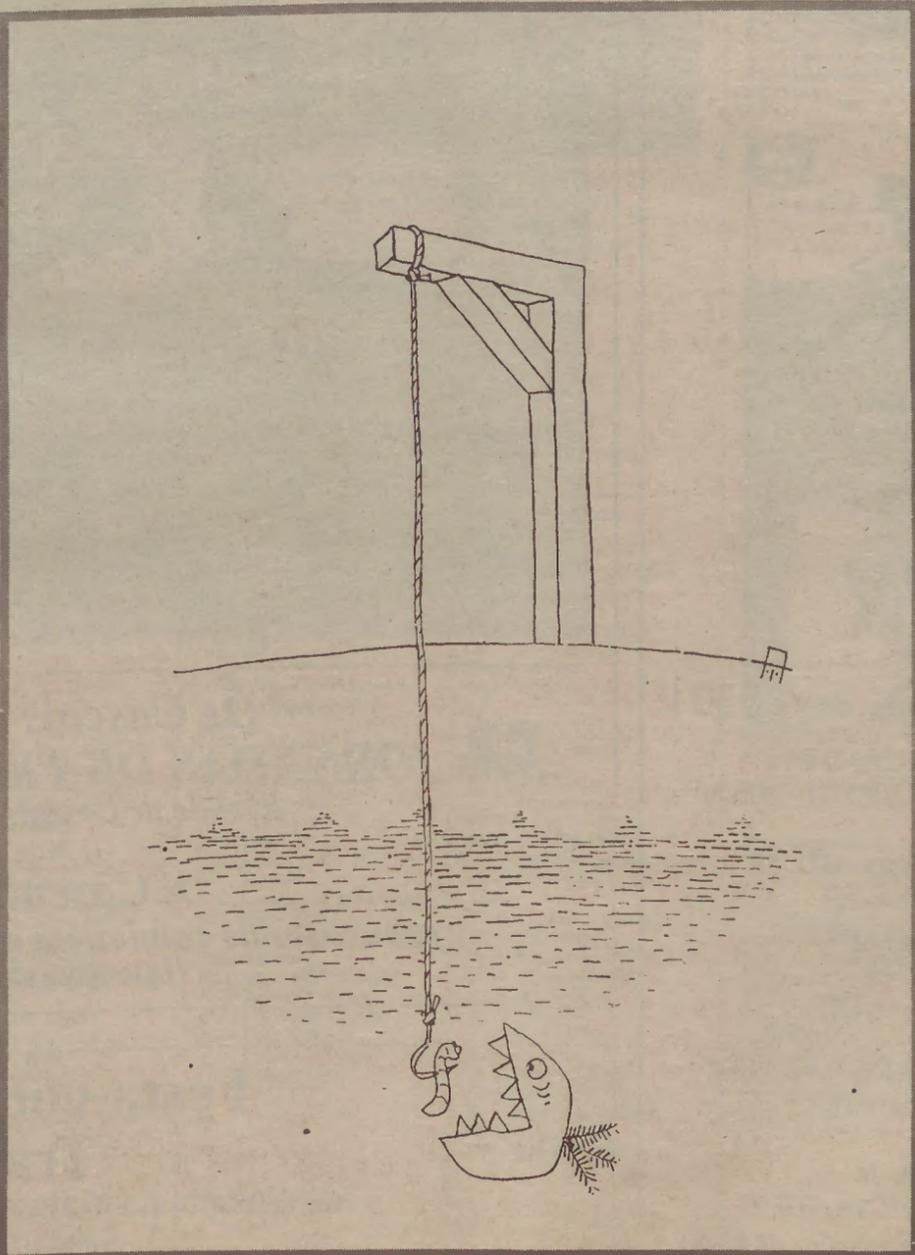
☞ (Cavaco Silva aos ministros. In «Diário de Notícias», 27.7.93)

“Nestas coisas de dourar a pílula, Cavaco Silva especializou-se.”

☞ (Martinho de Castro in «Diário de Notícias», 27.7.93)

“Fábrica de conservas vira museu industrial”

☞ (in «Correio da Manhã», 27.7.93)



CASCAIS

Reunião com camaradas das células do PCP na Câmara Municipal e SMAS de Cascais para discussão da situação dos trabalhadores dessas estruturas municipais. Estarão presentes dirigentes do STAL. Hoje, quinta-feira, às 15h 30, no Centro de Trabalho de Cascais.

Reunião dos candidatos da CDU à Câmara e à Assembleia Municipal de Cascais, nomeadamente Carlos Sota e Vítor Silva, com as mulheres comunistas e outras apoiantes da CDU para discutir formas de intervenção da CDU junto das mulheres do concelho. Sábado, dia 31, às 16h 00, no Centro de Trabalho de Cascais.

Reunião de Carlos Sota, Vítor Silva e outros candidatos à CM e à AM de Cascais com jovens - da JCP, PCP, Independentes - para discussão de formas de intervenção junto da Juventude: sexta-feira, dia 30, às 21h 00, no Centro de Trabalho de Cascais.

MONTEMOR-O-VELHO

Apresentação pública dos candidatos da CDU à Câmara, Assembleia Municipal e Assembleias de Freguesia de Montemor-o-Velho: jantar no restaurante "Casa Grande", em Verride, hoje, quinta-feira, às 20h 30.

OERAS

Sessão pública de apresentação dos candidatos da CDU à Assembleia de Freguesia de Barcarena: sábado, dia 31, às 21h, no Grupo Recreativo de Tercena. Estará presente Tavares da Cruz, candidato da CDU à presidência da CM de Oeiras.

VILA FLOR

Reunião de apoiantes da CDU do concelho de Vila Flor, para preparação da intervenção da coligação nas próximas eleições autárquicas: sexta-feira, dia 30, às 21h 30, nas instalações da Junta de Freguesia de Vilas Boas, com a participação dos dirigentes, do PCP, Agostinho Lopes e Serafim Brás.

Agenda**QUINTA DA ATALAIA****8 DE AGOSTO**

**Jornada de trabalho e convívio
de oriundos da zona de Bragança e outros amigos
de apoio à implantação do Pavilhão da DOR de Bragança
na Festa do "Avante!"**

Confirma a tua presença junto de
CT Bragança - Tel. 07323365
Atalaia - Cam. Vítor Martins
Dinis Lousada (Fogueteiro) - Tel. 2253258



De Cascais para a Festa
... As JORNADAS DE TRABALHO CONTINUAM!
Partida de Cascais: domingo, às 7h15

De Cascais para Festa
excursões de camioneta nos dias 4 e 5 de Setembro.
(Inscrições até 25 de Agosto)

**Solidariedade
com Cuba****★
NOITE
CUBANA****TERRAÇO DO
VITÓRIA****Dia 30 de Julho, depois das 20.30 H.**

JANTAR DANÇANTE
(inscrições até 28/7) - 1200\$00 - 20h 30

BAILE - Entrada livre - 22h 30
SERVIÇO DE BAR
com especialidades cubanas
"LOS TAINOS",
grupo musical cubano
BANCA DE ARTESANATO
Um MANIPULADOR DE TABACO,
fabricando charutos

Intervenção de
MARIA LUISA FERNANDEZ
em representação do Embaixador de Cuba

**Festa-convívio CDU
Trafaria**

Sardinhada na Mata junto à Escola Primária nº 4
Sábado, 31, às 18h

Avante! Agenda Televisão

Quinta, 29

- 08.05 Notícias
08.10 Rua Sésamo
08.40 Novas Aventuras de He-Man
09.05 Ginástica
09.15 Crônicas de Hollywood
09.40 As Diabruras do Pimentinha
10.10 Eurosul 4
10.30 Musica's Music
11.00 O Treinador
11.25 Notas para Si
11.55 Culinária
12.10 Bebê a Bordo
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Vizinhos
14.00 Vietnam depois da Guerra
14.30 As Aventuras de Robin Hood
15.00 O que Pertence a Richard



"Arquitectar" - aspectos e problemas da arquitectura portuguesa contemporânea: 2ª feira às 20.45 na TV2

- (ver «Filmes na TV»)
16.40 As Aventuras do Pimentinha
17.10 Brinca Brincando
17.35 E.N.G. - Imagens Vivas
18.30 Roda da Sorte
19.00 A Banqueira do Povo
20.00 Telegiornal
20.30 O Dono do Mundo
21.40 Isto Só Vídeo
22.10 Palavra Puxa Palavra
23.00 Íntimas Vozes
23.55 24 Horas

- 11.05 Infantil
11.40 «The Valley of the Meerkats»
12.30 Disfarces
13.30 Agora, Escolha!
14.55 Whoopi Goldberg Show
15.30 Infantil
16.30 A Máquina do Sonho
17.20 Os Prós e os Contras
18.10 Vamp
18.40 O Melhor de Ed Sullivan Show
19.40 Aventura do Conhecimento
20.05 Noel Coward - Histórias de Um Mestre
21.25 Deus Nos Acuda
22.30 TV2 Jornal
23.00 Remate
23.10 Modigliani
24.00 Musical - «Mariah Carey»

- 16.30 Notícias
16.40 Gladiadores Americanos
17.25 Santa Bárbara
18.10 Notícias
18.20 Roque Santeiro
19.10 Praça Pública
19.45 Renascer
20.45 Jornal da Noite
21.30 Minas e Armadilhas
22.20 Holocausto
23.30 Último Jornal
23.55 Repórter da Meia-Noite
00.50 MTV

- 12.00 A Casa do Tio Carlos
12.30 O Papá das Pernas Altas
13.00 Uma Casa na Pradaria
13.45 Rica Saúde
17.05 A Casa do Tio Carlos
17.45 Lágrimas
18.30 Telhados de Vidro
19.00 A Amiga Olga
19.30 Informação
20.10 Fórum
20.40 S6 Nós Dez
21.05 Já Tocou!
21.35 As Cores da Vitória
23.05 Telemotor
23.35 A Feiteira Branca (ver «Filmes na TV»)
01.15 Informação
01.30 Meteorologia

Sexta, 30

- 08.05 Notícias
08.10 Rua Sésamo
08.40 Novas Aventuras de He-Man
09.05 Ginástica
09.15 Crônicas de Hollywood
09.40 As Diabruras do Pimentinha
10.10 Reino Animal
10.30 Isto é Magia
11.00 O Treinador
11.25 Notas para Si
11.55 Culinária
12.10 Bebê a Bordo
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Vizinhos
13.55 Instinto de Sobrevivência
15.00 Na Cidade de Londres (ver «Filmes na TV»)
17.05 Brinca Brincando
17.35 E.N.G. - Imagens Vivas

- 18.25 Roda da Sorte
19.00 A Banqueira do Povo
20.00 Telegiornal
20.30 O Dono do Mundo
21.40 Marina, Marina
22.10 007 - Ao Serviço de Sua Majestade (ver «Filmes na TV»)
00.25 24 Horas
01.15 A Menina Perdida (ver «Filmes na TV»)
11.05 Infantil
12.05 Grandes Tormentos
12.30 Disfarces
13.30 Agora, Escolha!
14.55 Whoopi Goldberg Show
15.30 Infantil
16.30 A Sombra do Sol de Espanha
17.20 Os Prós e os Contras
18.10 Vamp
18.55 Rotações
19.55 Uma Questão de Palavras
20.20 Fiel a Si Próprio
21.25 Deus Nos Acuda
22.30 TV2 Jornal
23.00 Remate
23.10 As Saias da Revolução
00.40 A Cobradora de Impostos (ver «Filmes na TV»)
16.30 Notícias
16.40 Gladiadores Americanos
17.25 Santa Bárbara
18.10 Notícias
18.20 Roque Santeiro
19.10 Praça Pública
19.45 Renascer
20.45 Jornal da Noite
21.30 Labirinto
22.05 A Escolha das Armas (ver «Filmes na TV»)
00.05 Último Jornal
00.30 Playboy
01.30 MTV

- 12.00 A Casa do Tio Carlos
12.30 O Papá das Pernas Altas
13.00 Uma Casa na Pradaria
13.45 Rica Saúde
17.05 A Casa do Tio Carlos
17.45 Lágrimas
18.30 Telhados de Vidro
19.00 A Amiga Olga
19.30 Informação
20.10 Fórum
20.40 S6 Nós Dez
21.05 Já Tocou!
21.35 Desporto - «Na Maior»
22.05 Ansia de Viver
00.05 Taggart
01.05 Miller e Mueller
02.35 Informação
02.40 Meteorologia

Sábado, 31

- 08.00 Programa Infantil e Juvenil
12.10 Luta Livre Americana
13.05 Crônicas de Narnia
13.30 A Malta de Degrassi
14.00 A Minha Gente
14.20 Fort Boyard
15.50 O Rei da Evasão (ver «Filmes na TV»)
17.25 Floradas na Serra
18.40 O Herói Relâmpago
19.45 Totoloto
20.00 Jornal de Sábado
20.30 Câmara do Cândido
21.00 Despedida de Solteiro
22.50 Procura-se
23.45 O Ano Louco dos Índios (ver «Filmes na TV»)
01.30 O Último Herói Americano (ver «Filmes na TV»)
08.00 Caminhos
08.30 Novos Horizontes
09.00 Universidade Aberta
12.30 A Escrava (ver «Filmes na TV»)
13.35 Parceiros no Crime
14.30 Pé Grande e os Amigos
15.00 TV2 Desporto
20.00 Tauromaquia
20.30 Terna é a Noite (ver «Filmes na TV»)
22.50 No Cumprimento do Dever
23.40 Teatro: «A Primeira Espingarda do Japão»
00.15 Terra Sagrada (ver «Filmes na TV»)
01.45 Popoff
12.00 O Soldado Joe
12.30 Aventuras dos T-Rex
14.20 Um Planeta, Uma Família
14.50 Sting, a Magia da Noite (ver «Filmes na TV»)
16.35 Tarzan
17.00 National Geographic Magazine
17.55 Falso Suspeito
18.20 Benny Hill
18.45 Cosby Show
19.15 Biografias
20.15 Verão Radical
20.45 Jornal da Noite
21.30 O Pesadelo em Bittercreek (ver «Filmes na TV»)
23.25 Último Jornal
23.55 Fórmula Indy
10.00 A Casa do Tio Carlos
11.00 As Histórias Mais Bonitas
11.30 Actualidade Religiosa
12.00 Vaticano em Directo
12.15 Missa
13.15 Rica Saúde
14.00 Telhados de Vidro (compacto)
15.45 Punky
16.30 Lassie
17.00 Quando a Lenda Morre (ver «Filmes na TV»)
18.40 O Marido da Embaixadora
19.30 Informação Quatro
20.05 Janelas Virtuais
20.35 Covington Cross
21.25 Fado, Fadinho
21.55 Venezuela-Brasil
23.45 Meteorologia

- 08.00 Clínica Veterinária
09.00 Gente Fantástica
10.00 Arte Fantástica
10.30 Programa Juvenil
11.30 Regiões
12.25 Forum Musical
13.25 Realce
14.00 A Família Chisholms
15.00 TV2 Desporto
20.00 Meu Filho, Meu Filho
20.55 Musical - «Os Blues Brothers»
21.55 Hemingway (último episódio)
22.50 O Trágico Amor do Barão (ver «Filmes na TV»)
12.00 Livro da Selva
12.30 Rugrats
12.55 Pássaros de Fogo
13.45 Três é Companhia
14.10 Notícias

- 13.00 Stingray, o Super Submarino
13.30 Batman
14.00 Notícias
14.10 As Mais Belas Máquinas
14.35 Selvagens e Perigosos
15.00 Outlaw Blues (ver «Filmes na TV»)
16.45 Justiça Negra
17.55 Grandes Planos
18.25 Portugal Radical
18.50 Lei e Ordem
19.50 Príncipe de Bel Air
20.15 Cara Chapada
20.45 Jornal da Noite
21.30 Belezas de Verão
23.35 Último Jornal
24.00 Água na Boca
00.50 Diamantes
01.25 Boxe



«Holocausto», uma série sobre a barbárie nazi: à 5.ª feira às 22.20 na SIC



Whoopi Goldberg presente de 2.ª a 6.ª feira na TV2; à 3.ª-feira na SIC

Domingo, 1

- 08.00 Programa Juvenil
10.30 70 x 7
11.00 Missa
11.50 Programa Juvenil
13.00 Notícias
13.10 A Menina do Futuro
13.35 Top +
14.20 Clips e Spots
14.50 A Lei do Deserto
15.45 O Garoto do Circo (ver «Filmes na TV»)
17.25 Tequila & Bonetti
18.20 Beverly Hills 90210
19.25 Clube Paraíso
20.00 Jornal de Domingo
20.30 Casa Cheia
21.20 Despedida de Solteiro
23.00 A Verdade dos Factos (ver «Filmes na TV»)
08.00 Clínica Veterinária
09.00 Gente Fantástica
10.00 Arte Fantástica
10.30 Programa Juvenil
11.30 Regiões
12.25 Forum Musical
13.25 Realce
14.00 A Família Chisholms
15.00 TV2 Desporto
20.00 Meu Filho, Meu Filho
20.55 Musical - «Os Blues Brothers»
21.55 Hemingway (último episódio)
22.50 O Trágico Amor do Barão (ver «Filmes na TV»)
12.00 Livro da Selva
12.30 Rugrats
12.55 Pássaros de Fogo
13.45 Três é Companhia
14.10 Notícias

- 11.05 Infantil
12.05 Eternos Novatos
12.30 Disfarces
13.30 Agora, Escolha!
14.30 Volta a Portugal em Bicicleta
15.30 Whoopi Goldberg
16.00 Guia de Viagens
16.50 Programa Infantil
17.40 Vamp
18.30 Madame Bovary (ver «Filmes na TV»)
20.45 Arquitectar
21.20 Deus nos Acuda
22.30 TV2 Jornal
23.00 Remate

- 12.00 Rica Saúde
12.30 A Casa do Tio Carlos
13.00 A Amiga Olga
13.30 Uma Casa na Pradaria
14.15 O Papá das Pernas Altas
17.05 A Casa do Tio Carlos
17.40 Lágrimas
18.30 Telhados de Vidro
19.00 A Amiga Olga
19.30 Informação
20.10 Fórum
20.35 S6 Nós Dez
21.05 Já Tocou!
21.35 Dias de Glória (ver «Filmes na TV»)
23.35 Saia do Parlamento
00.10 Informação
00.15 Meteorologia

Segunda, 2

- 08.10 Rua Sésamo
08.40 Novas Aventuras de He-Man
09.05 Ginástica
09.15 Crônicas de Hollywood
09.40 Os Esquilos Vão ao Cinema
10.10 O Reino Animal
10.30 Isto é Magia
11.00 O Treinador
11.25 Notas para Si
11.55 Culinária
12.10 Bebê a Bordo
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Vizinhos
13.55 Instinto Animal
14.55 O Fantástico Sr. Blunden (ver «Filmes na TV»)
16.30 As Diabruras do Pimentinha
17.00 Brinca Brincando
17.35 E.N.G. - Imagens Vivas
18.25 A Roda da Sorte
19.00 A Banqueira do Povo
20.00 Telegiornal
20.30 O Dono do Mundo
21.40 Jogos Sem Fronteiras
23.10 Acio de Traição
00.05 24 Horas
11.05 Infantil
12.05 Eternos Novatos
12.30 Disfarces
13.30 Agora, Escolha!
14.30 Volta a Portugal em Bicicleta
15.30 Whoopi Goldberg
16.00 Guia de Viagens
16.50 Programa Infantil
17.40 Vamp
18.30 Madame Bovary (ver «Filmes na TV»)
20.45 Arquitectar
21.20 Deus nos Acuda
22.30 TV2 Jornal
23.00 Remate

- 12.00 Rica Saúde
12.30 A Casa do Tio Carlos
13.00 A Amiga Olga
13.30 Uma Casa na Pradaria
14.15 O Papá das Pernas Altas
17.05 A Casa do Tio Carlos
17.40 Lágrimas
18.30 Telhados de Vidro
19.00 A Amiga Olga
19.30 Informação
20.10 Fórum
20.35 S6 Nós Dez
21.05 Já Tocou!
21.35 Dias de Glória (ver «Filmes na TV»)
23.35 Saia do Parlamento
00.10 Informação
00.15 Meteorologia

- 16.30 Notícias
16.40 Gladiadores Americanos
17.25 Santa Bárbara
18.00 Notícias
18.10 Roque Santeiro
19.00 Praça Pública
19.45 Renascer
20.45 Jornal da Noite
21.30 A Brincar, a Brincar
22.00 Polícias e Espiões
23.00 Café Bagdad
23.35 Último Jornal
23.55 Internacional SIC
00.30 MTV
12.00 Rica Saúde
12.30 A Casa do Tio Carlos
13.00 A Amiga Olga

- 12.00 Rica Saúde
12.30 A Casa do Tio Carlos
13.00 A Amiga Olga
13.30 Uma Casa na Pradaria
14.15 O Papá das Pernas Altas
17.05 A Casa do Tio Carlos
17.40 Lágrimas
18.30 Telhados de Vidro
19.00 A Amiga Olga
19.30 Informação
20.10 Fórum
20.35 S6 Nós Dez
21.05 Já Tocou!
21.35 Dias de Glória (ver «Filmes na TV»)
23.35 Saia do Parlamento
00.10 Informação
00.15 Meteorologia

- 12.00 Rica Saúde
12.30 A Casa do Tio Carlos
13.00 A Amiga Olga
13.30 Uma Casa na Pradaria
14.15 O Papá das Pernas Altas
17.05 A Casa do Tio Carlos
17.40 Lágrimas
18.30 Telhados de Vidro
19.00 A Amiga Olga
19.30 Informação
20.10 Fórum
20.35 S6 Nós Dez
21.05 Já Tocou!
21.35 Desafio de Gigantes (ver «Filmes na TV»)
23.35 Informação
23.55 Sirenes
00.50 Meteorologia

Terça, 3

- 08.10 Rua Sésamo
08.40 Novas Aventuras de He-Man
09.05 Ginástica
09.15 Crônicas de Hollywood
09.40 Os Esquilos Vão ao Cinema
10.10 O Reino Animal
10.30 Música da América
11.00 O Treinador
11.25 Notas para Si
11.55 Culinária
12.10 Bebê a Bordo
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Vizinhos
13.55 A Revolução Electrónica
14.25 As Aventuras de Robin Hood
14.55 Fez-se Justiça (ver «Filmes na TV»)
16.35 Era Uma Vez na América
17.00 Brinca Brincando
17.35 E.N.G. - Imagens Vivas
18.25 A Roda da Sorte
19.00 A Banqueira do Povo
20.00 Telegiornal
20.30 O Dono do Mundo
21.40 Cupido Electrónico
22.10 Noivas de Copacabana
23.00 Informação Especial
24.00 24 Horas
11.05 Infantil
11.40 O Regresso ao Vale das Suricatas
12.30 Disfarces
13.30 Volta a Portugal em Bicicleta
14.55 Whoopi Goldberg
15.30 Para Além do Ano 2000
16.20 Infantil
17.10 Os Prós e os Contras
18.05 Vamp
18.50 Miguel Ângelo
19.45 Letras com Todos
20.25 Artes e Letras
21.20 Deus Nos Acuda
22.30 TV2 Jornal
23.00 Remate
23.10 Corrida de Toiros

- 16.30 Notícias
16.40 Gladiadores Americanos
17.25 Santa Bárbara
18.00 Notícias
18.10 Roque Santeiro
19.00 Praça Pública
19.45 Renascer
20.45 Jornal da Noite
21.30 A Brincar, a Brincar
22.00 Polícias e Espiões
23.00 Café Bagdad
23.35 Último Jornal
23.55 Internacional SIC
00.30 MTV
12.00 Rica Saúde
12.30 A Casa do Tio Carlos
13.00 A Amiga Olga

- 12.00 Rica Saúde
12.30 A Casa do Tio Carlos
13.00 A Amiga Olga
13.30 Uma Casa na Pradaria
14.15 O Papá das Pernas Altas
17.05 A Casa do Tio Carlos
17.40 Lágrimas
18.30 Telhados de Vidro
19.00 A Amiga Olga
19.30 Informação
20.10 Fórum
20.35 S6 Nós Dez
21.05 Já Tocou!
21.35 Desafio de Gigantes (ver «Filmes na TV»)
23.35 Informação
23.55 Sirenes
00.50 Meteorologia

- 12.00 Rica Saúde
12.30 A Casa do Tio Carlos
13.00 A Amiga Olga
13.30 Uma Casa na Pradaria
14.15 O Papá das Pernas Altas
17.05 A Casa do Tio Carlos
17.40 Lágrimas
18.30 Telhados de Vidro
19.00 A Amiga Olga
19.30 Informação
20.10 Fórum
20.35 S6 Nós Dez
21.05 Já Tocou!
21.35 Desafio de Gigantes (ver «Filmes na TV»)
23.35 Informação
23.55 Sirenes
00.50 Meteorologia

- 12.00 Rica Saúde
12.30 A Casa do Tio Carlos
13.00 A Amiga Olga
13.30 Uma Casa na Pradaria
14.15 O Papá das Pernas Altas
17.05 A Casa do Tio Carlos
17.40 Lágrimas
18.30 Telhados de Vidro
19.00 A Amiga Olga
19.30 Informação
20.10 Fórum
20.35 S6 Nós Dez
21.05 Já Tocou!
21.35 Vencer em Manhattan
22.35 Mancuso
23.20 Informação
23.40 Desporto Motorizado
00.10 Espírito Criativo
01.10 Meteorologia

Quarta, 4

- 08.10 Rua Sésamo
08.40 Novas Aventuras de He-Man
09.05 Ginástica
09.15 Crônicas de Hollywood
09.40 Inspector Engenhocas
10.10 Reino Animal
10.30 Isto é Magia
11.00 O Treinador
11.25 Notas para Si
11.55 Culinária
12.15 Bebê a Bordo
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Vizinhos
13.55 Meados do Século
14.25 As Aventuras de Robin Hood
14.55 Pecados Mortais (ver «Filmes na TV»)
16.40 Era Uma Vez na América
17.00 Brinca Brincando
17.35 E.N.G. - Imagens Vivas
18.30 Roda da Sorte
19.00 A Banqueira do Povo
20.00 Telegiornal
20.30 O Dono do Mundo
21.40 Vamos Jogar no Totobola
21.55 Revolução (ver «Filmes na TV»)
23.55 Chefe, Mas Pouco
00.05 24 Horas
11.05 Infantil
12.05 Amor à Primeira Vista
12.30 Disfarces
13.30 Agora, Escolha!
14.30 Volta a Portugal em Bicicleta
15.30 Whoopi Goldberg
16.10 O Expresso de Pequim a Moscovo
17.00 Infantil
18.05 Vamp
18.55 Arsène Lupin
19.55 Arquitectar
20.20 Quem Matou Kennedy?
21.25 Deus nos Acuda
22.30 TV2 Jornal
23.00 Remate
23.10 Carlos Cruz - Quarta-Feira

- 16.30 Notícias
16.35 Gladiadores Americanos
17.20 Santa Bárbara
18.10 Notícias
18.20 Roque Santeiro
19.10 Praça Pública
19.45 Renascer
20.25 Jornal da Noite
21.30 Falas Tu ou Falo Eu
22.30 Moda Mar em Porto Fino
23.35 Último Jornal
24.00 Deseja-me Sorte
01.00 MTV
12.00 Rica Saúde
12.30 A Casa do Tio Carlos

- 12.00 Rica Saúde
12.30 A Casa do Tio Carlos
13.00 A Amiga Olga
13.30 Uma Casa na Pradaria
14.15 O Papá das Pernas Altas
17.05 A Casa do Tio Carlos
17.40 Lágrimas
18.30 Telhados de Vidro
19.00 A Amiga Olga
19.30 Informação
20.10 Fórum
20.35 S6 Nós Dez
21.05 Já Tocou!
21.35 Vencer em Manhattan
22.35 Mancuso
23.20 Informação
23.40 Desporto Motorizado
00.10 Espírito Criativo
01.10 Meteorologia

- 12.00 Rica Saúde
12.30 A Casa do Tio Carlos
13.00 A Amiga Olga
13.30 Uma Casa na Pradaria
14.15 O Papá das Pernas Altas
17.05 A Casa do Tio Carlos
17.40 Lágrimas
18.30 Telhados de Vidro
19.00 A Amiga Olga
19.30 Informação
20.10 Fórum
20.35 S6 Nós Dez
21.05 Já Tocou!
21.35 Desafio de Gigantes (ver «Filmes na TV»)
23.35 Informação
23.55 Sirenes
00.50 Meteorologia

- 12.00 Rica Saúde
12.30 A Casa do Tio Carlos
13.00 A Amiga Olga
13.30 Uma Casa na Pradaria
14.15 O Papá das Pernas Altas
17.05 A Casa do Tio Carlos
17.40 Lágrimas
18.30 Telhados de Vidro
19.00 A Amiga Olga
19.30 Informação
20.10 Fórum
20.35 S6 Nós Dez
21.05 Já Tocou!
21.35 Vencer em Manhattan
22.35 Mancuso
23.20 Informação
23.40 Desporto Motorizado
00.10 Espírito Criativo
01.10 Meteorologia



«Tanegashima», texto teatral de Osório de Castro encenado para televisão: sábado na TV2

Filmes na TV

— Por isto e por aquilo... —

QUINTA, 29

O Que Pertence a Richard
«Richard's Things» (GBR/1980). Real.: Anthony Harvey. Int.: Liv Ullmann, Amanda Redman, Tim Pigott-Smith. Cor. 100 min. *Ver Destaque* (15.00, Canal 1)

A Feiticeira Branca
«White Witch Doctor» (EUA/1953). Real.: Henry Hathaway. Int.: Susan Hayward, Robert Mitchum. Cor. 92 min. *Ver Destaque* (23.35, Quatro)

SEXTA, 30

Na Cidade de Londres
«London Town» (GBR/1946). Real.: Wesley Ruggles. Int.: Sid Field, Greta Gynt, Petula Clark, Kay Kendall, Sonnie Hale. Cor. 122 min. (15.00, Canal 1)

A Escolha das Armas
«Le Choix des Armes» (Fr/1981). Real.: Alain Corneau. Int.: Yves Montand, Gérard Depardieu, Catherine Deneuve. Cor. 135 min. *Ver Destaque* (22.05, SIC)

007 - Ao Serviço de Sua Majestade
«On Her Majesty Secret Service» (GBR/1969). Real.: Peter Hunt. Int.: George Lazenby, Diana Rigg, Telly Savalas, Ilse Steppat. Cor. 137 min. *Ver Destaque* (22.10, Canal 1)

A Cobradora de Impostos
«Marusa no Onna» (Japão/1987). Real.: Juzo Itami. Int.: Nobuko Miyamoto, Tsutomu Yamazaki, Masahiko Tsugawa. Cor. 123 min. *Ver Destaque* (00.40, TV 2)

A Menina Perdida
«Little Girl Lost» (telefilme, EUA/1988). Real.: Sharron Miller. Int.: Tess Harper, Frederic Forrest, Patricia Kalember. Cor. 90 min. *Drama* (01.15, Canal 1)

SÁBADO, 31

A Escrava
«Band of Angels» (EUA/1957). Real.: Raoul Walsh. Int.: Clark Gable, Yvonne de Carlo, Sidney Poitier, Efrem Zimbalist Jr.. Cor. 117 min. *Ver Destaque* (11.10, TV 2)

Outlaw Blues
«Outlaw Blues» (EUA/1977). Real.: Richard T. Heffron. Int.: Peter Fonda, Susan Saint James, James Callahan. Cor. 100 min. *Aventura* (15.00, SIC)

O Rel da Evasão
«The Escape Artist» (EUA/1982). Real.: Caleb Deschanel. Int.: Raul Julia, Griffin O'Neal, Desiderio Amaz, Teri Garr. Cor. 92 min. *Ver Destaque* (15.50, Canal 1)

Terna é a Noite
«Tender is the Night» (EUA/1961). Real.: Henry King. Int.: Jennifer Jones, Jason Robards, Joan Fontaine, Tom Ewell, Jill St. John. Cor. 147 min. *Ver Destaque* (20.30, TV 2)

O Ano Louco dos Índios
«Major League» (EUA/1989). Real.: David S. Ward. Int.: Tom Berenger, Charlie Sheen, Corbin Bernsen, Margaret Whitton. Cor. 102 min. *Drama* (23.45, Canal 1)

A Grande Decisão
«The Turning Point» (EUA/1977). Real.: Herbert Ross. Int.: Anne Bancroft, Shirley MacLaine, Mikhail Baryshnikov, Leslie Brown. P/B. *Ver Destaque* (23.55, Quatro)

Terra Sagrada
«Terre Sacrée» (Fr/1988). Real.: Emilio Pacull. Int.: Joaquim de Almeida, Isabel Otero, Julien Guiomar, Maria Teresa Fricke. P/B. min. *Ver Destaque* (00.15, TV 2)

O Último Herói Americano
«The Last American Hero» (EUA/1973). Real.: Lamont Johnson. Int.: Jeff Bridges, Valerie Perrine, Geraldine Fitzgerald, Ned Beatty. P/B. *Drama* (01.30 Canal 1)

DOMINGO, 1

Sting - A Magia da Noite
«Bring on the Night» (EUA/1985 - inédito em Portugal). Real.: Michael Apted. Int.: Sting, Omar Hakim, Darryl Jones. Cor. 97 min. *Musical* (14.50, SIC)

O Garoto do Circo
«Toby Tyler» (EUA/1959). Real.: Charles Barton. Int.: Kevin Corcoran, Henry Calvin, Gene Sheldon, Bob Sweeney. Cor. 92 min. *Drama* (15.50, Canal 1)

Quando a Lenda Morre
«When Legends Die» (EUA/1972). Real.: Stuart Millar. Int.: Richard Widmark, Frederic Forrest, Luana Anders, Vito Scotti. Cor. 101 min. *Drama* (17.00, Quatro)

Pesadelo em Bittercreek
«Nightmare at Bittercreek» (EUA/1988 - inédito em Portugal). Real.: Tim Burstall. Int.: Tom Skerritt, Lindsay Wagner, Joanna Cassidy. Cor. 100 min. *Suspense* (21.30, SIC)

A Verdade dos Factos
«The Ploughman's Lunch» (GBR/1983). Real.: Richard Eyre. Int.: Jonathan Price, Tim Curry, Rosemary Harris, Frank Finlay. Cor. 100 min. *Drama* (23.00, Canal 1)

O Trágico Amor do Barão
«L'Amour Maudit de Leisen-gohg» (telefilme, Fr-Alem/1990). Real.: Edouard Molinaro. Int.: Michel Piccoli, Anouk Aimée, Amadeus August, Christine Citti. Cor. 92 min. (22.50, TV 2)

SEGUNDA, 2

O Fantástico Sr. Blunder
«The Amazing Mr. Blunder» (GBR/1972). Real.: Lionel Jeffries. Int.: Laurence Naismith, Lynne Frederick, Garry Miller. Cor. 95 min. *Comédia fantástica* (14.55, Canal 1)

Madame Bovary
«Madame Bovary» (Fr/1990). Real.: Claude Chabrol. Int.: Isabelle Adjani. P/B. min. *Ver Destaque* (18.30, TV 2)

Dias de Glória
«Glory Days» (EUA/1988). Real.: Robert Conrad. Int.: Robert Conrad, Jennifer O'Neill, Shane Conrad, Stacy Edwards. Cor. 97 min (21.35, Quatro)

Fuga do Espaço
«Futureworld» (EUA/1976). Real.: Richard T. Heffron. Int.: Peter Fonda, Yul Brynner. Cor. 104 min. *Ficção Científica* (22.00, SIC)

TERÇA, 3

Fez-se Justiça
«Justice est Faite» (Fr/1950). Real.: André Cayatte. Int.: Valentine Tessier, Claude Nollin, Noel Roquevert. P/B. 103 min. *Ver Destaque* (14.50, Canal 1)

Desafio de Gigantes
«Emperor of the North» (EUA/1973). Real.: Robert Aldrich. Int.: Lee Marvin, Ernest Borgnine, Keith Carradine, Charles Tynner. Cor. 117 min. *Ver Destaque* (21.35, Quatro)

QUARTA, 4

Pecados Mortais
«Les Sept péchés capitaux» (Fr/1961). Real.: Claude Chabrol, Edouard Molinaro, Jacques Demy, Philippe de Broca, Roger Vadim, Sylvain Dhomme/Max Douy, Eugène Ionesco. P/B. 110 min. *Sketches* (14.55, Canal 1)

Revolução
«Revolution» (EUA - GBR/1985). Real.: Hugh Hudson. Int.: Al Pacino, Nastassja Kinski, Donald Sutherland, Joan Plowright. Cor. 120 min. *Drama* (21.55, Canal 1)

Nota: a Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.



Shirley MacLaine e Anne Bancroft em «A Grande Decisão»

O Que Pertence a Richard (Quinta, 15.00, Canal 1)

A história será mais ou menos assim: ao ficar viúva de Richard, com quem vivera vinte anos de um casamento "sem sombras", Kate descobre que o marido afinal mantinha, não apenas um caso amoroso casual com Josie, uma sua jovem empregada, mas que construiu com esta todo um segundo universo pessoal de que ela fora completamente arredada. De início só por ciúme e curiosidade, Kate procura Josie, e a aproximação que começa por ser, entre ambas, apenas a partilha da memória de Richard e de duas solidões, transforma-se em atracção mútua, em breve relação amorosa.

De um tal tema, a que é costume chamar-se "delicado", se tem partido inúmeras vezes no cinema para fazer alguns dos mais execráveis registos do mau gosto. Não é de crer que assim seja com "O Que Pertence a Richard": Anthony Harvey, o realizador, foi no fim dos anos 60 um dos mais promissores cineastas britânicos, embora tenha obtido um só grande êxito - "The Lion in the Winter", protagonizado por Katharine Hepburn e Peter O'Toole. E o que sobretudo se lhe assinala, além da segurança na direcção de actores, é justamente a elegância e delicadeza com que trata os temas e sequências mais intimistas. Com tal intimismo que "muito melhor lhe assenta o pequenô ecrã" - opinião de uma parte da crítica e pelos vistos da totalidade dos distribuidores: o filme de hoje (como outros que fez, aliás) nunca passou dos ecrãs da televisão... Será que têm razão?

A Feiticeira Branca (Quinta, 23.35, Quatro)

Um dos menos divulgados títulos de Henry Hathaway - porventura com alguma razão se acaso omissões destas resultassem de critérios de selecção respeitáveis como o da qualidade e não dos "esquecimentos" dos estúdios e dos distribuidores. De facto, esta atribulada incursão na selva africana, no início do século, de dois aventureiros movidos pela ambição do ouro, que acompanham uma enfermeira apaixonadamente devotada às situações de doença e sofrimento com que depara mas que eles tentam usar apenas como isco para obter a simpatia dos indígenas - a aventura, enfim, e o seu tratamento dramático serão quase banais perante o razoável número de obras-primas que tiveram semelhante cenário, e tanto mais vindo, como vêm, das mãos de um mestre. Mas Hathaway não deixa de confirmar aqui o seu especial talento para filmar a natureza, para a revelar, no que foi apoiado pela câmara de um grande fotógrafo, Leon Shamroy, para fazer convergir num filme uma grande diversidade de outros talentos; para dirigir actores - no caso, Robert Mitchum, que é o aventureiro-mor e Susan Hayward, a doce "feiticeira", já antes consagrada como uma das "suas" actrizes.

A Escolha das Armas (Sexta, 22.05, SIC)

Um policial na melhor tradição do filme noir francês, de um mestre do género: para muitos, Alain Corneau, o realizador (autor do recentemente exibido e aplaudido e bem diferente "Todas as Manhãs do Mundo"), é o mais qualificado cineasta da sua geração, seguro na condução da acção e na escolha de elencos e direcção de actores, exigente na recolha de imagens, ágil na montagem. Com menos talento (ou sorte) para a selecção de guiões - caso do presente filme, mais um que nesse aspecto pecará por alguma falta de originalidade. A história não é só "clássica" - a de um gangs-

ter retirado que vive tranquilamente com a mulher, até ao dia em que se vê na contingência de albergar um turbulento jovem comparsa de outros tempos, abrindo de novo a porta ao passado e ao fim trágico que quisera evitar e que assim volta a ficar perigosamente perto; será também uma história "batida"... Mas é contada com muitos dos referidos talentos de Alain Corneau e tem como intérpretes três actores emblemáticos do cinema francês e (os dois primeiros) deste género: Yves Montand, Gérard Depardieu e Catherine Deneuve.

007 - Ao Serviço de Sua Majestade (Sexta, 22.10, Canal 1)

É o sexto filme da série James Bond, mais uma vez cheio de perigos, perseguições, mortes, truques, o velho inimigo Bloteld, "Bond girls" q.b.. Com uma novidade de monta - a (lastimável) substituição de Sean Connery por George Lazenby, um actor e modelo publicitário australiano que não conseguiu aquecer o lugar ("James Bond", como se sabe, continuou; ele não) - e uma pequena originalidade: algumas cenas rodadas em Portugal, que se deve ter sentido muito honrado... É a oportunidade de dar uma espreitadela ao "país turístico" de então, lançando ao mesmo tempo uma lembrança ao que poderia ser o "país real"; que, por exemplo, nessa mesma altura, Salazar agonizava...

A Cobradora de Impostos (Sexta, 00.40, TV 2)

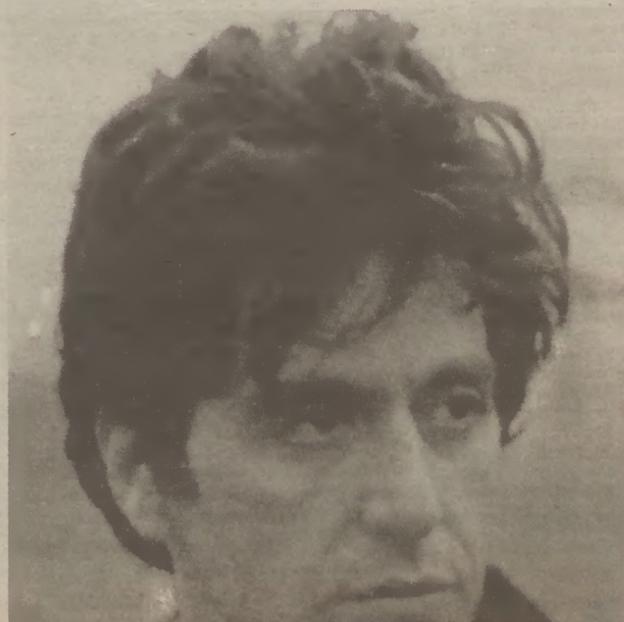
Quem viu os dois anteriores filmes de Juzo Itami programados pela TV2 nas duas últimas sextas-feiras não deixará certamente de reservar tempo ou cassete vídeo para a nova oportunidade que "A Cobradora de Impostos" nos dá de conhecer melhor o trabalho deste cineasta e os curiosíssimos aspectos da vida social contemporânea no Japão que revela. Observador atento e técnico de evidente mérito, Juzo Itami é, mais ainda, um excelente contador de histórias, mordaz mas divertido, profundo e no entanto "económico" - um contador de histórias que confia na inteligência do espectador, o que deixa qualquer um bem disposto, mesmo que não tenha percebido tudo...

Será talvez esta última uma das razões do enorme êxito que os seus filmes anteriores obtiveram no Japão, facto repetido com "A Cobradora de Impostos", que segundo a RTP é "uma fábula moderna em tons de comédia mista de filme de detectives americanos e cinema de gangsters japoneses". A história será, como o título sugere, a de uma funcionária dos finanças apostada em caçar um homem de negócios culpado de importantes fraudes fiscais.

Graças à RTP se fica a saber ainda que a protagonista é Nobuko Miyamoto, mulher de Juzo Itami - a extraordinária actriz que vimos há uma semana no papel de cozinheira em "Tampopo".

A Escrava (Sábado, 11.10, TV 2)

Uma tentativa falhada de recriar, quase 20 anos depois, a atmosfera épica e melodramática de "E Tudo o Vento Levou", inclusive entregando a Clark Gable o principal papel. "A Escrava", com argumento adaptado de um romance de Robert Penn Warren situado no período do escravagismo, durante a Guerra Civil e na zona do Mississippi, centra-se no drama social e amoroso vivido por uma rapariga que se descobre de ascendência negra



Al Pacino em «Revolução», de Hugh Hudson

(filha de uma escrava e do seu patrão) depois de ter vivido toda a infância como branca. Acaba por ser comprada como escrava por um odiado senhor sulista, que evidentemente se vai apaixonar perdidamente por ela e no fim (do filme) com ela foge para local de maior tolerância onde possam viver felizes.

Tentativa falhada sobretudo pela falta de densidade do argumento, de que o realizador Raoul Walsh, apesar da sua versatilidade e experiência, pouco pôde fazer.

Ao lado de Clark Gable está Ivonne de Carlo, então muito popular e muito bonita e Sidney Poitier, que dois anos antes obteve o primeiro grande êxito da sua carreira com "Sementes de Violência".

O Rei da Evasão (Sábado, 15.50, Canal 1)

"Um belo e estranho filme de irresistível fascínio", centrado nas aventuras de um adolescente que vive sob a imagem do pai falecido e que se torna, como ele, mestre na arte da evasão, qual Houdini. Mestre de magia, passa a ser objecto da exploração de adultos que o querem como fonte de rendimento". O que se transcreve diz muito pouco acerca deste filme, mas é de assinalar a propósito que nele se estreia na realização um grande director de fotografia, Caleb Deschanel e que foi produzido pela Zoetrope, a companhia criada em 68 por Francis Ford Coppola. É de sublinhar ainda a qualidade dos intérpretes - Raul Julia e Teri Garr, esta em início de carreira - e uma revelação, o jovem Griffin O'Neal, irmão de Tatum e um admirável "novo Houdini".

Terna é a Noite (Sábado, 20.30, TV 2)

"Scott Fitzgerald no cinema só se muito bom" será uma espécie de regra que vale a pena lembrar a propósito desta adaptação de um seu romance "difícil" sobre a relação destrutiva de um casal, Dick e Nicole, um psiquiatra e uma sua doente, na década de 20 - primeiro nos Estados Unidos, em vésperas da Grande Depressão, e depois na Europa, onde acreditavam poder reencontrar-se. A generalidade da crítica insiste nos defeitos, e nomeadamente na acção arrastada e insípida, na interpretação inconvincente de Jennifer Jones como Nicole e no pecado do cabotinismo em que Jason Robards parece estar sempre à beira de cair.

A Grande Decisão (Sábado, 23.55, Quatro)

Neste outro caso o cabotinismo é também um perigo real - já nesse tempo, vão lá mais de 15 anos, Shirley MacLaine se deixava por vezes ultrapassar por ele... - mas a este par de admiráveis atrizes que são Anne Bancroft e Shirley MacLaine vale a pena perdoar tudo pelo prazer de as ver representar, mesmo num filme ao qual se apontam algumas superficialidades, no desenho do confronto entre duas velhas amigas, em tempos bailarinas na mesma companhia, que questionam para si próprias e mutuamente as opções que tomaram na vida; uma que pela família abandonara a dança, a outra que renunciara a tudo pela dança.

Assinalam-se, por outro lado, as longas sequências de dança que o filme contém, lembrando a importância e qualidade que ela assumiu em toda a obra de Herbert Ross, o realizador

Terra Sagrada (Sábado, 00.15, TV 2)

Realizado em França por Emílio Pacull, chileno e durante muitos anos exilado na Europa, antigo assistente de Rossellini e Truffaut e diplomado pelo instituto de Altos Estudos Cinematográficos de Paris, "Terra Sagrada" é a história, parcialmente autobiográfica, do reencontro de um homem com o seu país natal, o Chile, que, após longa ausência, vai reaprender nas tragédias, amarguras, medos que ainda o percorrem e no fascínio que a Pátria sempre transmite. Um filme previsivelmente tocante, protagonizado pelo actor português Joaquim de Almeida.

Madame Bovary (Segunda, 18.30, TV 2)

Perante esta nona adaptação ao cinema do célebre romance de Gustave Flaubert anote-se o que se diz em termos de apreço: fidelidade ao texto original, excelente reconstituição da época, fotografia magnífica assinada por Jean Rabiner e, por fim, notável interpretação de Isabelle Hupert. Tudo se coaduna com o que se conhece do autor, Claude Chabrol, um dos chefes-de-fila da "Nouvelle Vague" nos anos 50, com uma filmografia numerosa e de produção regular no tempo, embora por fases nem sempre coerentes entre si. "Madame Bovary" faz parte da série de filmes de inspiração literária que têm pontuado a sua carreira.

A objecção mais frequente é em resumo uma única: porquê fazê-la, quando a versão de Jean Renoir é "tão bela", dizem uns, "perfeita" dizem outros?... O próprio Chabrol deve gostar de responder...

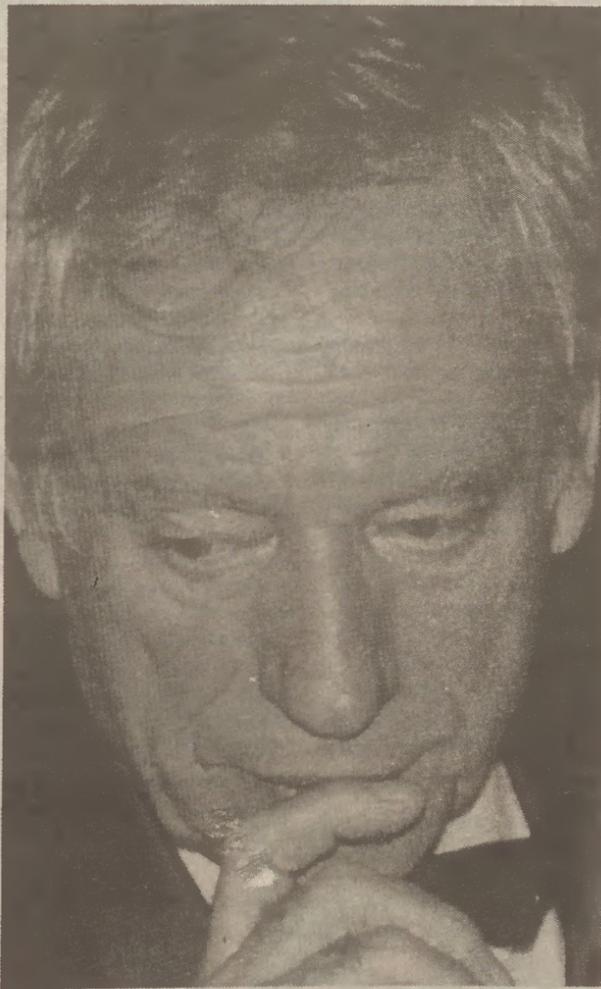
Fez-se Justiça (Terça, 14.50, Canal 1)

De um outro nome famoso do cinema e da intelectualidade franceses, André Cayatte, com vasta obra de temática social e política e um frequente regressar às questões da liberdade e da justiça, para a qual a sua formação de advogado naturalmente o encaminhava, este "Fez-se Justiça", que tem directamente a ver com o funcionamento dos tribunais.

Desafio de Gigantes (Terça, 21.35, Quatro)

Um duelo inusitado encenado com grande vigor por Robert Aldrich, que o situou num período duríssimo da história dos Estados Unidos - a Grande Depressão: bandos de vagabundos, sem trabalho, sem abrigo e sem dinheiro percorriam o território dos Estados Unidos, viajando clandestinamente nos comboios de mercadorias. Mas os condutores, feitos guardiões, são ferozes; um deles, conhecido pelo seu sadismo, jura dar cabo de quem se atrever a embarcar no seu comboio. Mas há entre os vagabundos quem lhe faça frente, e que acabará por vencê-lo no termo de uma luta de grande violência.

Inspirado em acontecimentos reais, o filme foi rodado no Oregon - paisagens soberbas desfilando perante a soberba câmara de



Yves Montand em «A Escolha das Armas», de Alain Corneau

Joseph Biroc e tem como principais intérpretes Ernest Borgnine e Lee Marvin.

Nota: a Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

Cinema

	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A Nascida Ontem	★★	-	★★
B Noite de Estreia	-	★★★★	★★★★
C Uma Mulher entre Dois Homens	★★★	★★★	-

Classificação de ★ a ★★★★★

A - Real. Luis Mandoki - Alfa/4 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15), Amoreiras/3 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), Mundial/3 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45) - Lisboa.
B - Real. John Cassavetes - Nimas (15.00, 18.15, 21.30) - Lisboa.
C - Real. John McNaughton - Amoreiras/10 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00); Quarteto/2 (14.45, 16.30, 18.15, 20.00, 22.00, 24.00) - Lisboa.

Teatro

AUDITÓRIO DE BENFICA

Lisboa, Av. Gomes Pereira, 17. Tel. 7154565. De 3ª a 6ª às 22.00. INOX TAKE 5, de José Pedro Gomes (até 31/7).

CINEARTE

Lisboa, Largo de Santos. Tel. 3965360. De 3ª a sáb. às 21.45, dom. às 17.00. MACBET UMA HISTÓRIA DE BRUXAS, de Ionesco, encenação de Helder Costa.

PALÁCIO RIBAMAR

Algés. 6ª e sáb. às 21.45. A BODA (OS NOIVOS E OS CONVIDADOS), de Bertolt Brecht, encenação de Armando Caldas, pelo Intervalo - Grupo de Teatro.

TEATRO ABERTO

Lisboa, Pç. de Espanha. TOP GIRLS, de Caryl Churchill, encenação de Fernanda

Lapa (Estreia prevista: sexta-feira, dia 30/7).

TEATRO DO BAIRRO ALTO

Lisboa, Rua Ten. Raul Cascais, 1-A. Tel. 3961515. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. 7 PORTAS, de Botho Strauss, encenação de Luís Miguel Cintra, pelo Teatro da Cornucópia (até 1/8).

TEATRO MUNICIPAL S. LUIZ

Lisboa, Rua António Maria Cardoso. Tel. 3427172. Companhia Teatral do Chiado - Sábado e domingo às 19.30: A ÚLTIMA BANDANA DE KRAPP, de Samuel Beckett, encenação e interpretação de Mário Viegas. Sábado às 23.00; domingo às 16.00: TOTÓ, encenação e interpretação de Mário Viegas.

PALAVRAS CRUZADAS

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15

1														
2														
3														
4														
5														
6														
7														
8														
9														
10														
11														
12														
13														

HORIZONTAIS: 1 - Entusiasmado; azedos. 2 - Agulha de pinheiro; gera. 3 - O sono infantil; época; campeão. 4 - Tritura; finalizam; espaço onde giram os astros. 5 - Solitário; passas para fora. 6 - Diz-se nas touradas; rio da Suíça; astro-rei. 7 - Flor do craveiro (pl.); separam. 8 - Camareiro; ferro temperado; maluco (pal. ing.). 9 - Cantiga; rumo. 10 - Aqui está; emprega utilmente; saudáveis. 11 - Samário (s.q.); áqueles; nome de letra. 12 - Filtras; sara. 13 - Convertem em massa; saltavam.

VERTICAIS: 1 - Arsénio (s.q.); doçura (fig.); progenitora; Bário (s.q.). 2 - Tinta de pintar; víscera dupla. 3 - Uma vogal (pl.); desonestos; aqui. 4 - Vinte e cinco folhas de papel; árvore ornamental da fam. das leguminosas; isolados. 5 - Paixão; eternidade; algumas. 6 - Oferece; existes; antiga nota dó; apelido. 7 - Preposição; membro de ave; andava. 8 - Ermida fora do povoado; temperatura elevada. 9 - Astatino (s.q.); curso natural de água; nona letra (pl.). 10 - Mil e cem romanos; a voz do cão; esquadrão; Cobre (s.q.). 11 - Lavram; emissão de voz; anil. 12 - Gracejas; moradia nobre; pertencia. 13 - Gálio (s.q.); silenciosos; avenida (abrev.). 14 - Tenho conhecimento; semelhante. 15 - Igreja episcopal; emprega; animação (fig.); Férmio (s.q.).

SOLUÇÕES DO NÚMERO ANTERIOR

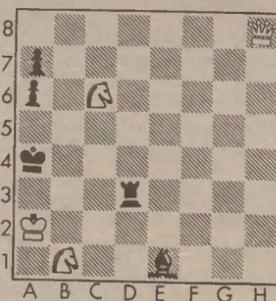
HORIZONTAIS: 1 - Pisaram; colinas. 2 - Socos. 3 - Som; rás; chá. 4 - Ir; ler; ria; PA. 5 - Ter; rol; par. 6 - Omar; are; sola. 7 - Amolam; Marina. 8 - Atar; ala, meca. 9 - Pás; sós; III. 10 - AM; pró; Eça; or. 11 - Rua; oca; ano. 12 - Arara. 13 - Monarca; isolado.

VERTICAIS: 1 - Palito; aparam. 2 - Rematam. 3 - Ramas. 4 - Ato; ror; pula. 5 - Mel; era. 6 - Ás; AC. 7 - Mor; ramas; ora. 8 - Calor; loiça. 9 - Cós; lemas; Ari. 10 - OS; AS. 11 - Cia; iça. 12 - Ilha; sim; anel. 13 - Pónei. 14 - Palácio. 15 - Somara; airoso.

XADREZ

CDXXI - 29 de Julho de 1993
PROPOSIÇÃO Nº 1993X059
Por: ANDRÉ CHÉRON
Le Temps, 1933

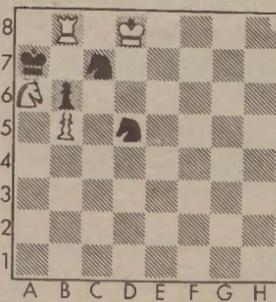
Pr.: [5]: Ps.a6, a7-Bé1-Td3-Ra4
Br.: [5]: Cs.b1,ç6-Dh8-Ra2



Mate em 4 lances

PROPOSIÇÃO Nº 1993X060
Por: LASKER/CAPABLANCA
Vossische Zeitung, 1914

Pr.: [4]: P.b6-Cs.ç7, d5-Ra7
Br.: [4]: Pb5-Ca6-Tb8-Rd8



Brancas jogam e ganham

SOLUÇÕES DO Nº CDXXI

Nº 1993X059 [A.Ch.]: 1. Db8! [Ameaça: 2. Cç3+...]; Ba5!; 2. Db2!, Bé1; 3. Cç3+... ++ Se: 2., Th3; 3. Dd4+, Rb5; 4. Ca7++

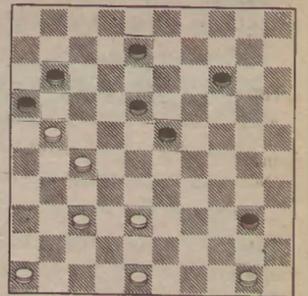
Nº 1993X060 [L/C]: 1. Cç7, Cç7; 2. Ta8+, Ca8; 3. Rç8 e ganha; Se: 1., R:b8?; 2. Cd5 e ganha

A. de M.M.

DAMAS

CDXXI - 29 de Julho de 1993
PROPOSIÇÃO Nº 1993D059
Por: O. BAEKE
- 1934

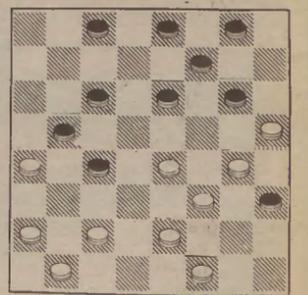
Pr.: [7]: 7-11-14-16-18-23-40
Br.: [7]: 21-27-37-38-46-48-50



Brancas jogam e ganham

PROPOSIÇÃO Nº 1993D060
GOLPE Nº 29/93
Por: Victor Cantalapiedra Martín - Valladolid, Fev. 1970
[Contra Pinacho]

1. 10-14, 23-19; 2. 14: 23, 28-19; 3. 9-13, 32-28; 4. 13-17, 28-23; 5. 5-10, 21-18; 6. 1-5, 18-14; 7. 11-18, 22-13; 8. 7-11, 13-9; 9. 10-13, 27-22; 10. 5-10, 25-2; 11. 11-14, 24-20; 12. 12-16, 19-15; 13. 3-7 DIAGRAMA:



Pretas jogam e ganham

SOLUÇÕES DO Nº CDXXI

Nº 1993D059 [O.B.]: 1. 50-44, (44x49=D); 2. 27-22, (49x41); 3. 22-2-D, (22x2=D); 4. 2x10 (41x5); 5. 48-42 e 6. 42-37 e 7. 46x37+

Nº 1993D060 [V.C.M.]: 13., 21-18; 14. 14-21, 9-5; 15. 2-9, (23-14); 16. 16-23, 31-28; 17. 23-32, 29-25; 18. 32-14, 25-2+

A. de M.M.

Tempo

Continuação do tempo quente.



a talhe de FOICE

Os bentinhos

Aprofundando o seu gosto pelas sínteses em família - auspiciosamente augurado quando chamou à sua casa "vivenda MARIANI" (uma elegante aglutinação de "Maria" com "Aníbal") - Cavaco Silva acrescentou, à tradição nacional das reuniões governamentais, um novo estilo: o do cursilho anual. Trata-se dum conclave feito para pensar, e o que eventualmente lhe falte no aspecto místico sobra-lhe em carácter mítico. Do ponto de vista geográfico, o cursilho anual de Cavaco Silva começou por escolher S. Julião da Barra, local suficientemente fortificado e metido na água para manter os pensamentos concentrados. Este ano, o Primeiro-Ministro quis tudo mais íntimo e patriarcal, levando a coisa para S. Bento. Como sempre, os jornalistas tiveram acesso às paisagens e mesas-postas destacadas para o exercício do pensamento governamental, ficando depois à espera das sínteses em porta-voz.

Foi assim que soubemos que o ministro das Finanças entrou em alta velocidade (o que deve explicar o precioso facto, também fornecido, de que foi o primeiro a chegar), que um outro (já não me lembro qual) esteve a trabalhar entre as nove e as dez (hora aprazada para os governantes começarem a pensar todos juntos), que estiveram presentes 16 ministros e 47 derivados e que o Primeiro-Ministro insistiu em ter a seu lado Teresa Patrício Gouveia, na "foto de família" do final da reunião, quando já ninguém estava a pensar nada de especial.

Embora a reunião fosse secreta e os pensamentos inconfessáveis, o picante não deixou de saltar para as páginas dos jornais, quando se soube (evidentemente por telepatia) que um secretário de Estado do ministro da Defesa se queixara de que estava farto de ser tratado como "ajudante de Ministro".

Fernando Nogueira, o chefe deste "ajudante", só não replicou que também estava farto de ser tratado como ajudante de Primeiro-Ministro, pelo simples facto de que não falou em toda a reunião. E em vez de pensar, escreveu. Foi o que nos safou, se não ficávamos sem saber o que diabo se tinha pensado em S. Bento: terminado o conclave, lá nos apareceu Fernando Nogueira a resumir o que o Governo pensou na casa do Primeiro-Ministro.

Ouvido o resumo, ficámos com a impressão que o Governo, afinal, não pensou - apenas se preocupou.

Com o desemprego, em primeiro lugar, pensando combatê-lo, não com mais trabalho e desenvolvimento, o que seria banal, mas com "espírito de solidariedade nacional" o que, quer se goste ou não, configura um pensamento bastante elevado.

Com os impostos, em segundo lugar, cujos não aumentarão no próximo ano porque, em tempo de pensamentos, há que pensar nas próximas eleições.

Depois vieram mais umas preocupações por grosso, todas devidamente despreocupadas por um original sistema de financiamentos, que irão aumentar apesar de os impostos diminuírem.

Ficámos todos mais descansados. Com pensamentos tão santos, já nem precisamos de puxar pela cabeça: basta votar e livrarmo-nos de tantos bentinhos.

■HC

Novas pensões para piorar

A nova legislação sobre o cálculo de pensões do Regime Geral da Segurança Social acaba, na prática, com a pensão mínima de invalidez e velhice, denunciou segunda-feira a Federação Sindical da Função Pública.

O decreto-Lei aprovado em Conselho de Ministros para vigorar a partir de 1 de Janeiro do próximo ano, afirma que a pensão estatutária (a que resulta do cálculo em função do ordenado médio e do número de anos de contribuição) não poderá ser acrescida de valor superior ao da pensão social. Vítor Duarte, da Comissão Executiva da Federação Sindical da Função Pública, diria à agência LUSA que se o valor da pensão estatutária

for de seis contos, para o caso da actual pensão social de 15 mil e 700 escudos, a pensão cifrar-se-ia em 21 mil e 700 escudos, isto é, abaixo dos 24 mil e 700 escudos actuais da pensão mínima do regime geral.

O diploma governamental estabelece ainda que «aos pensionistas de invalidez e de velhice do regime geral é garantido um valor mínimo a estabelecer periodicamente, em diploma próprio». Mas mais adiante diz que esse valor mínimo «está sujeito às adequações previstas» no decreto, pelo que se inscreveria nos valores levantados pela Federação.

O decreto aumenta a idade da reforma das mulheres para os 65 anos, com um período de transição em que

a idade de reforma feminina é aumentada de seis meses por ano, até chegar aos 65, partindo dos 62 anos e meio em 1994.

Para se ter direito à pensão de reforma por velhice, passará a ser necessário um mínimo de 15 anos de descontos para a Segurança Social (anteriormente 120 meses), com um mínimo de 120 dias de contribuição por ano, podendo-se somar anos com menos dias de contribuição, até atingir os 120 dias para contar como um ano.

Para a pensão de invalidez são exigidos cinco anos de descontos para a Segurança Social.

A percentagem da pensão é calculada multiplicando o número de anos de contribu-

ições por dois por cento, contra 2,2 por cento anteriormente, o que significa que para atingir o máximo de 80 por cento são necessários 40 anos de descontos (antes 37 anos).

Para cálculo do ordenado médio passam a ser considerados os melhores 10 anos dos últimos 15 (antes os melhores cinco dos últimos 10), dividindo os ordenados de cada ano por 14 (anteriormente 12).

A remunerações antigas são, no entanto, actualizadas pela aplicação do índice de preços no consumidor, sem rendas, isto é, do valor da inflação sem rendas anualmente estabelecido pelo Instituto Nacional de Estatística, o que anteriormente não acontecia.

Privatizações em exposição

Uma exposição sobre os efeitos das privatizações para os trabalhadores, as populações e o país estará hoje em exibição, a partir das 11 horas, no Rossio de Lisboa e a partir das dez na Praça da Liberdade, no Porto. A iniciativa é promovida pela CGTP-IN, Cintura Industrial de Lisboa e pela Coordenadora das Comissões de Trabalhadores da Banca, e é subordinada aos seguintes temas: garantir o serviço público; desenvolver o país; parar as privatizações e respeitar os direitos dos trabalhadores e das populações.

Na exposição de Lisboa irão contar-se, entre outras,

com as presenças de delegações da banca, TAP, EDP, CP, Tabaqueira, Centralcer e Unicer, Siderurgia, Quimigal, Petrogal, Gás de Portugal, Função Pública, administração local (água, saneamento e lixo), comunicações, telecomunicações e audiovisual (RTP, Marconi, Telecom, TLP, Correios, RDP, TDP), Carris, Rodoviária e EPAL.

No Porto, destas empresas e sectores, participarão os que têm instalações ou serviços nessa cidade (CP, EDP, banca, Siderurgia, Administração Local, Função Pública, comunicações, etc.).

CGTP condena ataques no Líbano

A CGTP-IN condenou «veementemente», em comunicado divulgado terça-feira, «os violentos e contínuos ataques desencadeados desde domingo passado pelas forças armadas israelitas contra o sul do território libanês, que já causaram inúmeras vítimas entre a população civil indefesa».

O comunicado diz ainda que «tais actos de retaliação por parte do Governo de Israel contra populares civis sediadas em territórios de um país soberano, em nada contribuem, no enten-

der da CGTP-IN, para o ultrapassar da profunda crise instalada nas negociações de paz israelo-árabes, antes agravam a já preocupante tensão entre o Líbano e Israel e em toda a região».

A concluir a CGTP apela «à contenção e ao bom senso das partes, para que cessem imediatamente as hostilidades e para que actuem de forma a serem criadas condições que permitam o retomar das conversações que aportem finalmente à tão ansiada paz no Médio Oriente».

Estado contrata a prazo

O Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Norte manifestou-se contra a contratação de mais de dois mil trabalhadores a prazo pelo Ministério da Educação, anunciada pelo secretário de Estado dos Recursos Educativos, Bracinha Vieira.

Para o sindicato, a contratação de mais de dois mil trabalhadores a termo para as novas escolas do Ensino Básico e Secundário «é um escândalo». Em comunicado divulgado na segunda-feira, a estrutura sindical lamenta que seja «o Estado a dar tão triste exemplo, usando e abusando dos contratos a termo para garantir serviços permanentes».

De acordo com os números do STFPN, há actualmente mais de oito mil e 500 trabalhadores a prazo nas escolas do Ensino Básico e Secundário e apenas 20 por cento serão integrados nos quadros do Ministério da Educação.

Até Setembro

A rubrica Um livro por quinzena, do nosso colaborador Pedro Ramos de Almeida, vai estar ausente das páginas do «Avante!» durante uns tempos. Tempo de férias. A 16 de Setembro volta, com novas leituras.

congresso
PCP

PROGRAMA
e
ESTATUTOS

Democracia
e Socialismo
o Futuro
de Portugal

edições
Avante!

Avante! festa!

Avante!

Director
Carlos Brito
SUPLEMENTO Nº 2
29 de Julho de 1993
Não pode ser vendido
separadamente

AMORA-SEIXAL
3, 4 e 5 SETEMBRO

Faltam cinco semanas



para a FESTA!

Vamos todos ajudar à construção



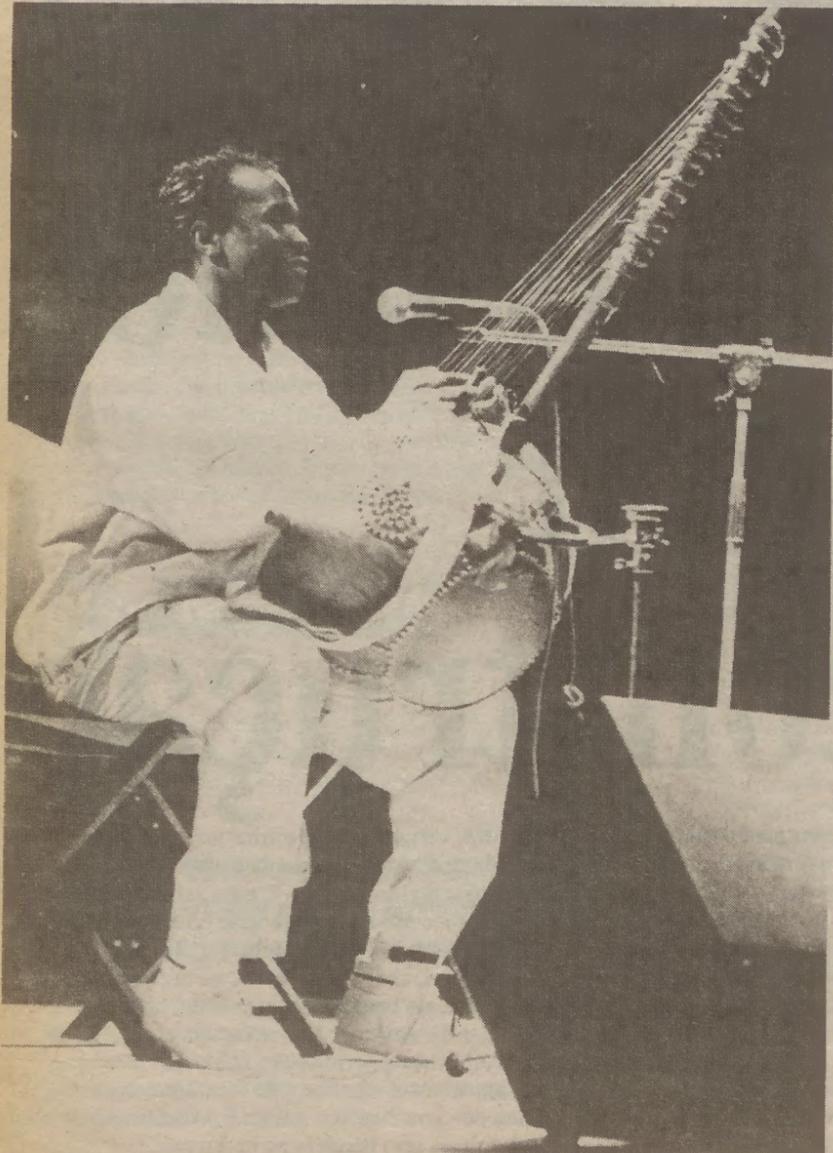
Temos só cinco semanas para construir a Festa! Pedreiros, carpinteiros, electricistas, serralheiros, pintores ou gente sem formação específica - homens e mulheres - todos os que tenham vontade de ajudar a construir a Festa, devem contactar as organizações regionais do PCP ou o gabinete da Festa do «Avante!» no centro de trabalho da António Serpa em Lisboa ou, ainda, o próprio colectivo da Atalaia para participar nas Jornadas de Trabalho que se realizam todos os fins-de-semana. A prévia inscrição facilita a organização dessas Jornadas de Trabalho para evitar os eventuais e sempre aborrecidos tempos mortos que de outra forma mais facilmente ocorrerão. No entanto, se pura e simplesmente queira aproveitar algum tempo livre do fim-de-semana e resolva aparecer na Atalaia, pode fazê-lo tendo a certeza que certamente não irá ficar de braços cruzados. Esta tradicional participação de centenas de pessoas, anualmente repetida e de forma generosa e voluntária, na construção da Festa do «Avante!», é um dos seus patrimónios mais valiosos, sendo uma das facetas que tornam a organização desta iniciativa única e sem paralelo no nosso país. Vamos pois todos ajudar!



Máquina do Tempo

Nesta «Máquina do Tempo», lembrámos a semana passada o ano de 1988, recordando que na Festa esse seria o ano da descoberta das vozes búlgaras, da vinda de um dos símbolos da *folk* dos anos 60, Melanie, da revelação em Portugal de cantor brasileiro (Gonzaguinha) que foi o compositor do celebrado «Meus Caros Amigos» na voz de Chico Buarque. O ano de 1988 foi também o ano para a afirmação de uma tradição de música africana na Festa com a chegada ao Palco 25 de Abril de um músico, um *griot*, do Mali que nesse mesmo ano incendiara as pistas de dança em França com uma música cheia de ritmo e cor, pontuada pelo som de uma harpa africana, a *kora*. Seria o nome de Mory Kanté a resposta certa à pergunta aqui deixada.

Hoje vamos referir-nos à última edição da Festa e a uma presença na área do Jazz importantíssima: nada mais nada menos do saxofonista tenor, arranjador e compositor que foi durante os anos 50 o director musical de uma das formações míticas desta música norte-americana: o Jazz Messengers de Art Blakey. Quem foi o músico que com o trombonista Curtis Fuller e o trompetista Eddie Henderson esteve o ano passado na Atalaia?



O *griot* Mory Kanté esteve em Loures em 1988

Se o Verão fosse já em

Mais promessas de Verão. Será em Setembro a grande reunião de amigos, o grande ponto de encontro em que a Festa do «Avante!» se transformou. A vontade de lá ir fica maior à medida que são conhecidos os motivos, os apetrechos, os sabores com que se fará a Festa... Se este Verão tão quente, ao menos fosse já Setembro...

Licor de maracujá, tabaco dos Açores, charutos, cigarrilhas, ananás, rama de malagueta.

Santarém

Decoração representando uma zona ribeirinha do Tejo com um lago, uma ponte, um barco e uma casa de pescadores e seus artefactos. Exposição didáctica sobre a influência do Tejo na região e outra sobre o trabalho da CDU em seis presidências de Câmara.

Pinturas em barro ao vivo, loiças pintadas à mão. Candeeiros de madeira, em palhinha, barro, peles e mantas de Alcanena. Serralharia artística.

Tasquinha Ribatejana com sopa da pedra e molinhos com grão. Cervejaria com mariscos, bifanas, sandes e cerveja.

Pão-de-ló de Rio Maior, tijeladas de Abrantes, bolos de Alpiarça, figos e bolos secos de Torres Novas.

Quermesse com mais de 10 mil prémios.

Açores

Exposição sobre a realidade regional, a actividade do Partido na região e na Assembleia Regional e as eleições regionais.

Louça de barro de Lagoa, São Miguel.

Bordados do Pico, canecos de leite e outra miniaturas da Terceira.

Apitos de barro de Vila Franca, São Miguel.

Trabalho em escama de peixe e miolo de figueira do Faial

Linguíça frita com inhame (Pico), morcela frita com inhame e ananás,

polvo guisado.

Queijo de São Jorge. Vinho do Pico (tinto). Angelica de verdeiro, bagaços velhos e novos, vinho verdeiro do Pico.



O PAÍS VAI À

Setembro

FESTA 1993
Avante!

Algarve

Exposição sobre a actividade do Partido e da CDU na região. Estúdio fotográfico com um motivo de fundo algarvio. Lagosta, sapateira, camarão, percêbes, ostras. Loíça de Almancil, cestos de Odeleite, mel, medronho de Monchique. Bolos de amêndoa, dom rodrigios, doces de figo, alfarrobas. Cocktails variados, sangria. Arroz de marisco, favas com choco,atum guisado, fatias de carne portuguesa.

Beja

Decoração com um aglomerado urbano tipicamente alentejano. Em conjunto com outras organizações alentejanas do PCP, a exposição abordará o trabalho do Partido nas autarquias e no Alentejo. Restaurante Planície com ensopado de borrego e outras especialidades. Queijos de Serpa, vinhos da Vidigueira.

Barros de Beringel, cöbres das Neves, cestos de Moura, peles curtidas de Serpa.

Setúbal

Presença que assinala a influência do mar, do litoral alentejano e do grande pólo industrial que é a península de Setúbal. O trabalho autárquico da CDU, força mais influente no distrito e a situação social na região são temas de exposição. Espaço de animação, com programação de vários espectáculos (bailes e música portuguesa), no Pátio dos Petiscos. Feijoada, caracóis, salada de búzios e de polvo. Pipis, lombinhos no pão, choco frito. Arroz de tamboril, ensopado de enguia, caldeirada de Sines, mariscos de Sesimbra. Moscatel, tortas de Azeitão, mel. Artesanato de Alcácer do Sal, velharias na Feira da Ladra, peles de Grândola, bonecas de trapos.

Coimbra

Exposição sobre realidades sociais do distrito e da organização ali existente do Partido. Chanfana cozinhada conforme a tradição das aldeias serranas. Vinhos da região (Bairrada e Dão). Petiscos e artesanato.

Deficientes

Exposição sobre novas tecnologias e computadores utilizados por cegos. Bolo inglês, moscatel caseiro. Mel.

Reformados

Exposição sobre as condições sociais dos reformados portugueses e algumas das suas reivindicações. Sopa, bifanas, sandes de queijo e chourição. Bebidas.

EP's premiadas Segundo sorteio é a 28 de Agosto

- 1.º Prémio — 9782
- 2.º Prémio — 173 661
- 3.º Prémio — 159 774

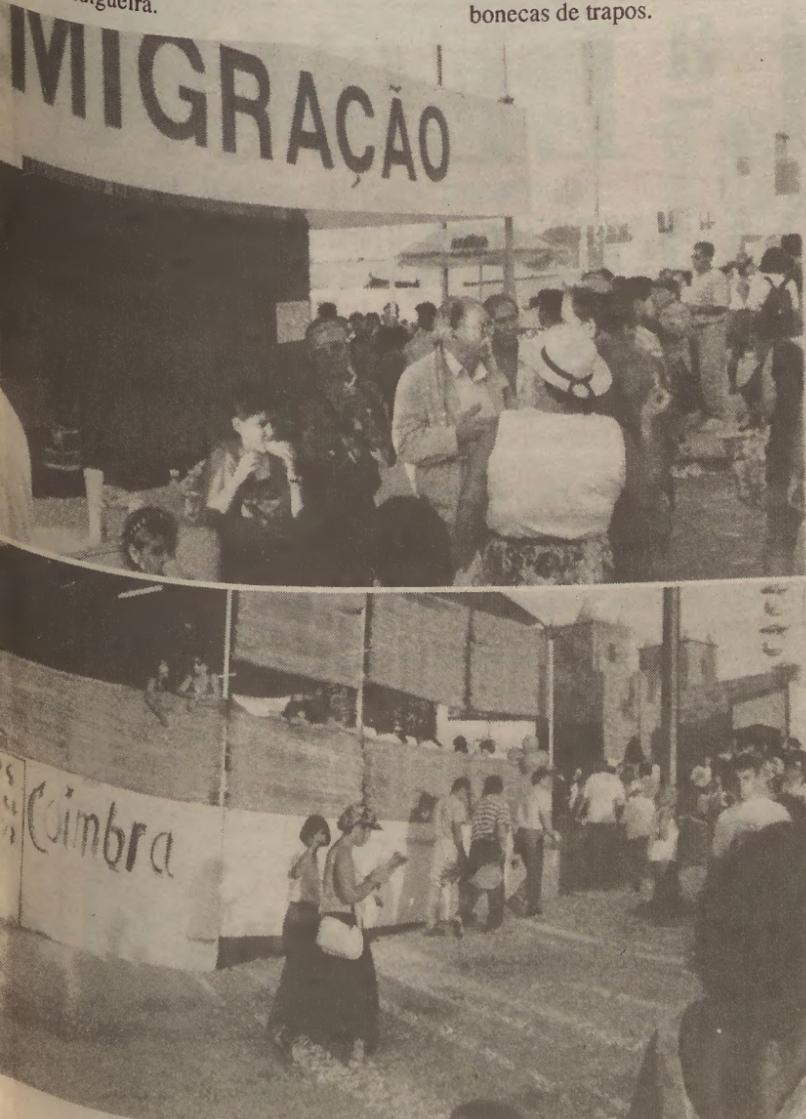
Estes prémios constam, respectivamente, de:

- 1.º Prémio — Vale de férias ou de viagens no valor de 250 000\$00;
- 2.º Prémio — Vale de material fotográfico no valor de 100 000\$00, da



3.º Prémio — Vale de livros no valor de 60 000\$00, da Editorial CAMINHO

Os prémios devem ser reclamados nos Serviços Administrativos da Festa, na Av. António Serpa, 26, 2.º Esq. 1000 Lisboa, com a apresentação da EP premiada. O prazo de levantamento termina a 30 de Setembro de 1993, devendo os premiados munir-se também de documento de identificação pessoal.



ANGOLA

NO

CORACÃO

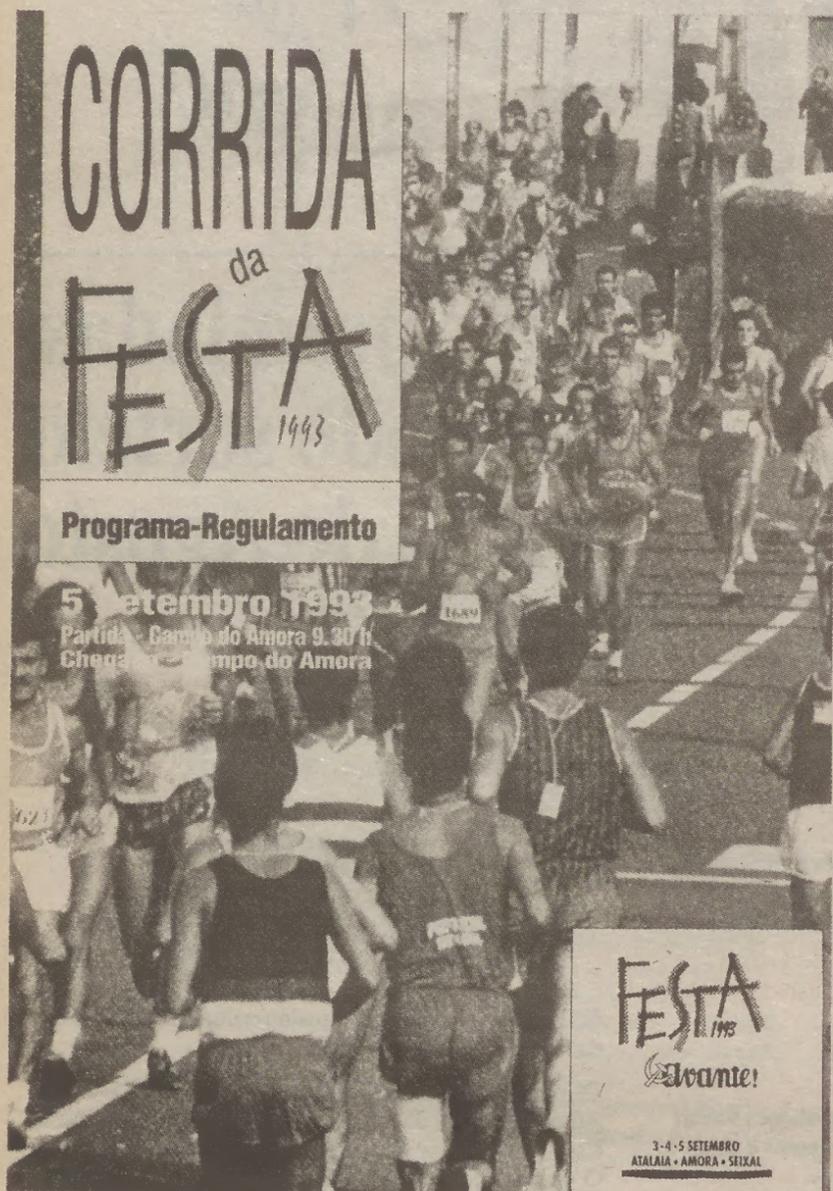
Campanha de Solidariedade

200 escudos

para Leite

ATALAIA

Milhares vão correr em festa



TORNEIO DE FUTEBOL DE SALÃO NO FINAL DA FASE DE APURAMENTO



O Torneio do Futebol de Salão prossegue a sua fase de apuramento, movimentando milhares de praticantes em todo o país, para determinar as equipas que farão os jogos que irão realizar-se na Atalaia. A foto documenta as equipas que ficariam no primeiro e terceiro lugar no torneio disputado no distrito de Lisboa, já concluído. Em 1.º lugar ficaria a Associação de Jovens do Sacramento (os jogadores da esquerda), em 2.º lugar os Galitos de São João e em terceiro o G. R. Inter do Desvio (à direita na foto).

1.ª LÉGUA DA FESTA FOI UM SUCESSO

Foi um sucesso a realização no último fim-de-semana em Lisboa da 1.ª Léguas da Festa do «Avante!», que reuniu mais de uma centena de atletas, distribuídos nas diversas categorias e nos diversos escalões etários. Crianças e mais crescidos correram na Alameda uma prova feita debaixo de bastante calor. Feitas as contas, as equipas vencedoras, premiadas com uma taça da prova, seriam as seguintes:

- 1.º lugar, Grupo Desportivo Calhariz de Benfica
- 2.º lugar, Grupo Desportivo Arcos de Valdevez
- 3.º lugar, Clube Musical União
- 4.º lugar, Grupo Desportivo de Chelas
- 5.º lugar, Desportivo de Portimão.

